

UNIVERSIDADE DE PASSO FUNDO
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO

Felipe de Almeida Silveira

ALTERAÇÕES NO PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
DE PASSO FUNDO: INSTRUMENTALIZAÇÃO DO
IMAGINÁRIO SOCIAL ACERCA DA DISCUSSÃO
SOBRE GÊNERO NAS ESCOLAS

Passo Fundo

2021

Felipe de Almeida Silveira

ALTERAÇÕES NO PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
DE PASSO FUNDO: INSTRUMENTALIZAÇÃO DO
IMAGINÁRIO SOCIAL ACERCA DA DISCUSSÃO
SOBRE GÊNERO NAS ESCOLAS

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação, da Faculdade de Educação, da Universidade de Passo Fundo, como requisito parcial e final para a obtenção do grau de mestre em Educação sob a orientação do(a) Prof. Dr. Telmo Marcon.

Passo Fundo

2021

CIP – Catalogação na Publicação

S587a Silveira, Felipe de Almeida

Alterações no plano municipal de educação de Passo Fundo [recurso eletrônico] : instrumentalização do imaginário social acerca da discussão sobre gênero nas escolas / Felipe de Almeida Silveira. – 2021.

1.8 Mb. ; PDF.

Orientador: Prof. Dr. Telmo Marcon.

Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade de Passo Fundo, 2021.

1. Plano municipal de educação. 2. Identidade de gênero.
3. Planejamento educacional – Passo Fundo (RS).
4. Socialização. 5. Democracia e educação. I. Marcon, Telmo, orientador. II. Título.

CDU: 37.014.5

A Comissão Examinadora, abaixo assinada, aprova a dissertação

**“ALTERAÇÕES NO PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE PASSO FUNDO:
INSTRUMENTALIZAÇÃO DO IMAGINÁRIO SOCIAL ACERCA DA DISCUSSÃO SOBRE
GÊNERO NAS ESCOLAS”**

Elaborada por

Felipe de Almeida Silveira

Dissertação apresentada no Programa de Pós-Graduação em Educação, do Faculdade de Educação, da
Universidade de Passo Fundo, como requisito parcial e final para a obtenção do grau de Mestre em
Educação

Aprovada em: 30 de agosto de 2021
Pela Comissão Examinadora



Prof. Dr. Telmo Marcon
Presidente da Banca Examinadora
Orientadora



Prof. Dr. Fernando Seffner
UFRGS
Faculdade de Educação

Prof. Dr. Fernando Seffner
Universidade Federal do Rio Grande do Sul



Profa. Dra. Rosimar Serena Siqueira Esquinsani
Universidade de Passo Fundo



Profa. Dra. Patrícia Ketzer
Universidade de Passo Fundo



Prof. Dr. Altair Alberto Fávero
Coordenador do Programa de Pós-Graduação em Educação

RESUMO

Os anos que se seguiram às manifestações de junho 2013 acabaram por constituir um terreno fértil para manifestações antidemocráticas no Brasil. Da intensificação aos ataques ao estado de bem estar social e à proteção estatal, até as intrusões desequilibradas entre os poderes, origem de operações e julgamentos controversos (nomeadamente a Ação Penal 470, a operação lava-jato e o Processo de Impeachment da Presidenta Dilma Rousseff), assistimos estarecidos à dissolução progressiva da ideia de proteção social e também a uma espécie de criminalização da política, esta última com alvos bem delineados e procedimentos que violam claramente as garantias de um Estado Democrático de Direito. Um dos fenômenos mais perturbadores gerados por este momento foi o movimento Escola sem Partido: objetivando normatizar a ação docente na escola pública interditando arbitrariamente a determinados assuntos, projetos afiliados despontaram de norte a sul do Brasil. Na cidade de Passo Fundo, apesar de não haver uma identificação nominal, um projeto similar foi apresentado à Casa Legislativa da cidade. Inicialmente planejado para cercear o debate de gênero nas escolas municipais, a bancada proponente contentou-se em pautar o conceito à sua maneira. O que se vê em primeiro plano esconde algumas sutilezas que a conjuntura política ajuda a desvelar: a instrumentalização do imaginário social acerca de questões polêmicas (ou desconhecidas da opinião pública) indica que a tramitação do projeto que alterou as metas do Plano Municipal de Educação deve ser analisada com maior rigor. Bronislaw Baczko (1985) nos oferece uma sistematização bastante abrangente acerca das dinâmicas que rondam a produção e as disputas pelo imaginário social, trazendo algumas questões que permeiam nosso debate, sobretudo a associação entre imaginário social e religião. Os estudos da professora Amy Erica Smith (2019/2020) iluminam a maneira pela qual a socialização em determinados temas relativos à moral e aos direitos sexuais e reprodutivos se converte em apoio político. Brown (2020) nos ajuda a entender como as últimas décadas concorreram para convergir com a radicalização dos discursos, aliando o fundamentalismo religioso e a dinâmica econômica neoliberal, promovendo a corrosão da democracia liberal. Como estamos tratando do caso específico da discussão das questões de gênero é interessante demonstrar a forma como vivem as pessoas transexuais e travestis, as principais vítimas do preconceito e da exclusão social, para isso lançamos mão de uma série de pesquisas e levantamento de dados. À luz da revisão de literatura vamos construir um estudo de caso por meio da análise dos pormenores da tramitação do projeto supracitado, que alterou as metas do Plano Municipal de Educação da cidade de Passo Fundo..

Palavras-chave: plano municipal de educação; imaginação social; gênero; identidade de gênero; socialização e poder político, educação e democracia.

ABSTRACT

The years that followed the protests of June 2013 turned out to be a fertile ground for anti-democratic demonstrations in Brazil. From vicious attacks on the idea of a welfare state and social protection, to unbalanced intrusions between powers (the embryo of operations and controversial judgments such as the Criminal Action 470, the so-called car-wash operation and President Dilma Rousseff's Impeachment Process), we witnessed, absolutely perplexed, the progressive weakening of the idea of social protection and also some sort of criminalization of politics towards some very well-defined targets, applying procedures that clearly violate the guarantees of a Democratic Rule of Law. One of the most disturbing phenomena generated by the political conjuncture was the 'Nonpartisan School' movement: aiming to regulate and control the teaching action in public schools arbitrarily interdicting subjects, numerous affiliated projects emerged from the north to the south of Brazil. Here, in the city of Passo Fundo, despite not having an openly identification as such, a similar project was presented to the Legislative House of the city. Initially planned to obliterate the gender debate in municipal schools, city councilors instead of eradicate it, settled for defining the concept in its own terms. What it shown in the foreground hides some subtleties that the political ambiance helps to unveil: the instrumentalization of social imaginary about controversial issues (or matters that are not familiar to public opinion) indicates that the course of the project that changed the goals of the Municipal Plan Education should be closely analyzed. Bronislaw Baczko offers us a very extensive systematization of the dynamics surrounding production and disputes over the social imaginary, bringing up some issues that cross our debate, especially regarding the association between social imaginary and religion. Professor Amy Erica Smith's studies shed a light on the way in which socialization on certain topics relating to morals and sexual and reproductive rights is converted into political support. Brown helps us to understand how the last few decades have contributed to converge with the radicalization of discourses, combining religious fundamentalism and neoliberal economic dynamics, to induce the corrosion of liberal democracy. As we are focusing on the discussion of gender issues, we aimed to demonstrate the way that transgender people and transvesties lives, as they're the main victims of prejudice and social exclusion, so in order to fulfil this purpose we resorted to a series of researches and data collection. From the literature review, we will build a case study through the analysis of the details of the processing of the aforementioned project, which changed the goals of the Municipal Education Plan of the City of Passo Fundo.

Key-words: municipal education plan; social imagination; gender; gender identity; socialization and political power, education and democracy.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – “Minorias Mimadas Autoritárias”	48
Figura 2 – Audiência pública lota plenário da câmara – 08/07/2015	81
Figura 3 – Alterações no Plano Municipal são aprovadas – 26/11/2018	112
Figura 4 – Alterações no Plano Municipal são aprovadas – 26/11/2018 (b).....	112
Figura 5 – Alterações no Plano Municipal são aprovadas – 26/11/2018 (c).....	112
Figura 6 – “Sob vaias, vereadores aprovam mudança no PME”	113
Figura 7 – Da esquerda para a direita: vereador Rudimar dos Santos, Paulo Neckle [...].	113

LISTA DE ABREVIACÕES E SIGLAS

ABGLT - Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais e Transexuais

ADIN - Ação Direta de Inconstitucionalidade

ADPF - Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental

ANTRA - Associação Nacional de Travestis e Transexuais do Brasil

BM - Banco Mundial

BNCC - Base Nacional Comum Curricular

CCCDH - Comissão de Cidadania, Cultura e Direitos Humanos da Câmara Municipal de Vereadores de Passo Fundo

CCJ - Comissão de Constituição e Justiça da Câmara Municipal de Vereadores de Passo Fundo

CDSG - Comissão de Diversidade Sexual e de Gênero da Ordem dos Advogados do Brasil

CF - Constituição Federal

CFPC - Comissão de Finanças, Planejamento e Controle da Câmara Municipal de Vereadores de Passo Fundo

CMP Sindicato - Centro Municipal de Professores de Passo Fundo

CMVPF - Câmara Municipal de Vereadores de Passo Fundo

CPDUI - Comissão de Patrimônio e de Desenvolvimento Urbano e do Interior da Câmara Municipal de Vereadores de Passo Fundo

DEM - Democratas

FBSP - Fórum Brasileiro de Segurança Pública

FHC - Fernando Henrique Cardoso

FMI - Fundo Monetário Internacional

IPEA - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

LDB - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional

LGBT - Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais

LGBTQIA+ - Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transexuais, Travestis, *Queer*, Intersexuais, Assexuais e demais pessoas transgênero, binárias ou não binárias.

OAB - Ordem dos Advogados do Brasil

ONG - Organização não governamental

ONU - Organização das Nações Unidas

PC do B - Partido Comunista do Brasil

PCNs - Parâmetros Curriculares Nacionais

PDT - Partido Democrático Trabalhista

PL - Projeto de Lei

PMDB - Partido do Movimento Democrático Brasileiro, atualmente MDB (Movimento Democrático Brasileiro)

PME - Plano Municipal de Educação

PNAD - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios

PNDH - Programa Nacional de Direitos Humanos

PNDH II - Programa Nacional de Direitos Humanos II

PNDH III - Programa Nacional de Direitos Humanos III

PNE - Plano Nacional de Educação

PRONA - Partido de Reedificação da Ordem Nacional

PSB - Partido Socialista Brasileiro

PSC - Partido Social Cristão

PSD - Partido Social Democrático

PSDB - Partido da Social Democracia Brasileira

PSL - Partido Social Liberal

PT - Partido dos Trabalhadores

RCG - Referencial Curricular Gaúcho

SME - Secretaria Municipal de Educação de Passo Fundo

TJMG - Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais

TJRS - Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul

UFRGS - Universidade Federal do Rio Grande do Sul

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	09
2 INSTRUMENTALIZAÇÃO DO IMAGINAÇÃO SOCIAL, SOCIALIZAÇÃO E PODER POLÍTICO E AS CONDIÇÕES PARA A RADICALIZAÇÃO DA POLÍTICA E DA OPINIÃO PÚBLICA	15
2.1 Relações técnico-instrumentais e disputas pelo imaginário social e a invenção da legitimidade do poder.	15
2.2 Congruência de opinião e representação descritiva: socialização nos templos e instrumentalização dos imaginários sociais.	28
2.3 Neoliberalismo e a justificativa da violência simbólica e da exclusão no imaginário social.	40
3 PRODUÇÃO DO DISCURSO FUNDAMENTALISTA, DADOS DA VIOLÊNCIA SOCIAL E VIOLÊNCIA SIMBÓLICA NO AMBIENTE ESCOLAR	50
3.1 O discurso evangélico e as estratégias de disputa e deslegitimação das pautas de gênero.	50
3.2 Dados da violência contra transexuais e travestis pela ANTRA – associação nacional de transexuais e travestis.	57
3.3 O ambiente escolar e as pessoas LGBTQIA+.	65
4 EMBATE DISCURSIVO E A INSTRUMENTALIZAÇÃO DA IMAGINAÇÃO SOCIAL NO AMBITO DO LEGISLATIVO DE PASSO FUNDO EM TORNO DA DISCUSSÃO SOBRE GÊNERO NAS ESCOLAS	75
4.1 O tema ganha as redes: um vídeo incendiário e algumas considerações acerca do termo “ideologia de gênero”.	75
4.2 Estratégias discursivas e a concepção da bancada proponente em torno do tema: imolação dos direitos LGBTQIA+ como forma de alinhamento político.	82
4.3 Alguns apontamentos acerca do texto e da tramitação dos Projetos de Lei e do Substitutivo posteriormente aprovado.	93
4.4 A Sessão Plenária de 26 de novembro de 2018.	104
4.5 Questões de gênero: o que a educação escolar tem a ver com isso?	113
4.6 O que de fato os vereadores proponentes das mudanças no PME objetivavam?	122
CONSIDERAÇÕES FINAIS	128
REFERÊNCIAS	133

1 INTRODUÇÃO

Em função do cruzamento de um discurso político fortemente excludente com predicados e valores pessoais, acompanhei atentamente a movimentação em torno das alterações propostas nas estratégias do Plano Municipal de Educação (PME) no final do ano 2017. Essas alterações possuíam objetivo manifesto de impedir a realização de debates ligados às questões de gênero e das relações entre gêneros nas salas de aula das escolas municipais de Passo Fundo. Inúmeros projetos similares despontaram nos mais diversos cantos do país com o surgimento e rápida adesão do movimento escola sem partido, um dos subprodutos mais abjetos da conturbada conjuntura política do período. O PME de Passo Fundo, construído poucos anos antes foi o resultado de disputas que envolveram os mais diversos setores sociais e acabou, portanto, sedimentando-se como um reflexo da pluralidade na construção de uma política pública e um atestado da energia potencial do processo democrático. A tentativa de censura e pauta do debate de gênero, consolidada com as alterações aprovadas posteriormente, constituiu um claro atentado à liberdade de cátedra dos professores municipais, porém o meu desassossego maior se deu em virtude da premência de realização deste debate frente à banalização da violência contra as mulheres cis, trans e travestis e da vulnerabilidade social das pessoas LGBTQIA+.

Recordo que, na abertura de sua conferência no seminário *Queer* realizado em 2015 no Sesc Vila Mariana (São Paulo), a filósofa americana Judith Butler afirma que “seus projetos mais recentes giram em torno da precarização das condições de vida das pessoas vulneráveis”, visto que “a economia global segue produzindo grandes desigualdades e, cada vez mais populações são efetivamente consideradas dispensáveis e supérfluas” (2015).

O termo original usado por Butler no final desta afirmativa não encontra uma tradução fiel na língua portuguesa; no vídeo disponível no canal oficial do Sesc São Paulo, a palavra “*ungrievable*” foi traduzida – com substancial dose de perda semântica – como “supérflua”, mas o significado esconde uma sutileza muito mais ilustrativa: o verbo “*to grieve*” está intimamente ligado à dor do luto. Populações qualificadas como “*ungrievable*” são aquelas cujo aniquilação não comove e aos quais a dor do luto não se estende. A escolha da palavra não foi aleatória, ela postula o grau de insensibilidade frente ao sofrimento do abandono, à marginalização e às políticas de extermínio que vitimam as minorias étnicas, sexuais e as classes mais vulneráveis.

De acordo com um levantamento da ANTRA – Associação Nacional de Travestis e Transexuais do Brasil, o número de pessoas transexuais e travestis assassinadas no primeiro

bimestre do ano 2020 cresceu 90% em relação ao mesmo período do ano anterior. Entre 01 de janeiro e 28 de fevereiro de 2019 a associação mapeou 20 ocorrências, ao passo em que no ano 2020 já se somavam 38, no mesmo período. Estimativas da ANTRA sugerem que o Brasil se mantém na liderança isolada do *ranking* de assassinatos de pessoas pertencentes à comunidade LGBTQIA+ (Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transexuais, Travestis, *Queer*, Intersexuais, Assexuais e demais pessoas transgênero, binárias ou não binárias) continuamente, durante os últimos dez anos. Em sua imensa maioria, esses números retratam o drama das pessoas que convivem com a não conformidade de gênero, as principais vítimas dos atos de violência e assassinatos, mas também de outras mazelas que compõe a extensa lista de violações que denunciam a marginalização das pessoas trans, como a exclusão social, o abandono familiar, a violência e exploração sexual e o desemprego.

A intersecção destes dilemas com o retrocesso na legislação educacional local levantou algumas questões que despertaram a necessidade de realizar a pesquisa que aqui ganha corpo: quais as forças atuaram na mobilização pelas alterações propostas no PME de Passo Fundo? Quais os pressupostos (religiosos, afetivos, morais, etc.) estão por trás dos embates que ocorreram durante esse movimento? Por que a questão de gênero incomoda tanto a determinados grupos e encontra ressonância tão apaixonada entre pessoas que comumente não se engajam na luta política?

Como afirmamos anteriormente, o Plano Municipal de Educação da cidade de Passo Fundo, formalizado no texto da Lei Ordinária nº 5.146/2015, foi construído com ampla participação popular, contando com larga atuação dos mais diversos setores sociais e abrindo espaço para conquistas dos movimentos sociais, como a inclusão da possibilidade de discussão das questões étnico-raciais e de gênero, contando ainda com previsão de suporte para formação de professores a fim de refinar a discussão e garantir a pluralidade de concepções apresentadas aos alunos.

No final do ano 2017, na esteira do discurso reacionário crescente após o golpe de 2016, surge a primeira proposta de alteração do texto originalmente aprovado, apresentada por uma bancada de vereadores que desejavam excluir do PME toda e qualquer menção à discussão das relações entre gêneros, referida em diversos itens das metas implementadas pela Lei de 2015. A proposta enfrentou grande resistência dos coletivos e movimentos sociais e o projeto acabou não sendo apreciado até o final do ano legislativo de modo que o texto acabou sendo arquivado pelo Poder Legislativo Municipal por iniciativa da própria bancada. No entanto, no final do ano seguinte, encorajados pelo fomento do autoritarismo crescente com a campanha eleitoral do Presidente Jair Bolsonaro, os vereadores apresentam um novo Projeto de Lei e um

Substitutivo com emendas a este, com vistas à realização de alterações nos anexos da lei supracitada, que dispõe sobre as metas do PME.

O substitutivo pretendia criar obstáculos à realização da discussão da identidade de gênero e das relações entre gêneros no ambiente escolar a partir da comutação do termo “gênero” pela expressão “gênero masculino e gênero feminino” em todas as metas em que o termo aparecesse. Após uma grande contenda entre os defensores, mobilizados pela bancada proponente e os opositores, integrantes de coletivos LGBTQ+ e demais movimentos sociais, o texto foi integralmente aprovado e formalizado por meio do texto da Lei Ordinária nº 5.387 de 08 de janeiro de 2019.

A experiência da cidade de Passo Fundo poderia ter encontrado consequências muito mais severas caso a proposta realizada trouxesse ataques mais agressivos ao Plano Municipal de Educação. No fim das contas a alteração aprovada cria um entrave, mas de maneira nenhuma impede a possibilidade de debate das questões de gênero na sala de aula. Partindo das disputas pelas alterações no PME de Passo Fundo, assenta como objetivo geral da nossa pesquisa o de delinear os contornos destes embates e situá-los como um problema fundamentalmente educacional. Em termos mais pragmáticos, podemos dizer que nosso objetivo principal é o de destacar os atores por trás desse processo, compreender suas motivações, ações e estratégias e avaliar as consequências dos resultados. Pretendemos também avaliar de que forma se produz e reproduz a estrutura que reforça as diferenças entre grupos com diferentes recortes de classe, raça, gênero e credo. Considerando a multiplicidade de vozes que ajudam a sedimentar as crenças pessoais e as convicções individuais, sejam elas deliberada ou inconscientemente adotadas, objetivamos dissecar os postulados do fundamentalismo religioso que constituem frente ampla de resistência ao debate de gênero dentro das escolas públicas.

A fim de cumprir com nossos objetivos, empregamos uma metodologia baseada na pesquisa documental, bibliográfica e na exposição de dados quantitativos. Vamos lançar mão da análise documental com ênfase especial no texto da Lei supracitada, bem como nos documentos que constam do Processo de tramitação do substitutivo proposto e dos anexos nos quais constam as metas do PME, a fim de construir um estudo de caso em torno deste tema, levantando questões importantes e embasando-as por meio da revisão de literatura. A análise documental se estende às justificativas da proposta e às atas das Comissões que avaliaram o projeto, ao Parecer Jurídico entre outras manifestações constantes do Processo, permitindo a reconstituição minuciosa dos subterfúgios empregados pelos proponentes e dos pormenores dos embates que tomaram a Câmara Legislativa da cidade de Passo Fundo. A fim de embasar nosso

trabalho e ampliar o aporte teórico, realizamos uma ostensiva pesquisa bibliográfica, que vai servir como substrato para a análise documental.

Os episódios revisitados nos parágrafos anteriores nos permitem eleger o elo entre educação e democracia como o plano de fundo sobre o qual se desenvolve o problema de pesquisa. Começamos por analisar as questões ligadas à produção e às disputas pelo controle do imaginário social além da importância do controle do imaginário para a legitimação do poder. A fim de entender melhor a vertiginosa ascensão neopentecostal e os mecanismos do fundamentalismo religioso e de que maneira se entrelaçam com a política, tomamos como base as ideias da professora Amy Erica Smith (2019), estudiosa das relações entre religião e democracia, com ênfase na realidade brasileira e latino-americana. As relações entre os gêneros (machismo e a dominação masculina) e a educação, a disjunção entre o sexo biológico e o gênero, assim como a ideia do gênero como performance, permeiam a investigação que desenvolvemos, porém não vamos aprofundar estes conceitos no âmbito deste estudo. Os trabalhos das catedráticas americanas Judith Butler (2015) e Wendy Brown (2020) e os levantamentos realizados pela ANTRA (2019/2020) servem como base para a composição da parte teórica da pesquisa, esclarecendo de que forma se deu a radicalização do sistema de referências e os enquadramentos epistemológicos que fazemos das vidas daqueles que percebemos como diferentes.

A estrutura de capítulos foi pensada para abordar inicialmente o problema a partir de uma análise geral da conjuntura que envolve a terceira onda neopentecostal. Como é praticamente impossível separar a ascensão neopentecostal dos meios que estes se utilizam para atingir o poder político, nosso ponto de partida são as considerações de Bronislaw Baczko (1985), a partir destas vamos explorar as dinâmicas por meio das quais se produzem os imaginários sociais acerca de determinados grupos, a importância dos bens simbólicos para a obtenção e manutenção do poder, a atuação dos estereótipos nas relações sociais e a ligação entre a relação técnico-instrumental da imaginação social e a religião. Ainda no primeiro capítulo vamos explorar um artigo de Boas e Smith(2019), que analisa a questão da congruência de opinião e alinhamento político entre diferentes categorias demográficas. Esse artigo foi determinante para esclarecer a forma através da qual a socialização nos púlpitos está se convertendo em representatividade política catapultando grupos conservadores e extremistas diretamente para as esferas do poder. Por fim, vamos trabalhar com a visão aguçada de Wendy Brown (2020) em torno do processo que permitiu que o avanço desenfreado da ideologia neoliberal sobre os ideais da justiça social pudesse corroer as bases, tanto sociais quanto políticas, sobre as quais as democracias liberais ocidentais se constituíram, criando um terreno

fértil para radicalização generalizada da política. Em síntese podemos dizer que o primeiro capítulo se sustenta sobre um tripé estável: (i) produção e instrumentalização do imaginário social, (ii) o uso das técnicas de socialização para conversão do imaginário em poder político e (iii) explicitação das condições históricas tornaram possível a implementação dessa dinâmica. Essas questões serão retomadas na análise documental das alterações propostas dentro do PME de Passo Fundo. Nossa tese central é de que o ataque à discussão de gênero serviu unicamente como forma de instrumentalizar o imaginário local acerca das questões sexuais e de gênero a fim de alcançar maior projeção política à custa do desmantelamento de uma política pública construída coletivamente e fundamentalmente importante para uma parcela vulnerável da sociedade.

O segundo capítulo lança mão de diversas pesquisas para ilustrar (por meio de dados) e dar corpo (pinçando alguns relatos) a situação de vulnerabilidade das pessoas trans. A dificuldade de acolher a diversidade sexual se reflete nos obstáculos ao alcance das demandas de grupos LGBTQIA+ aos espaços de elaboração, implementação e execução de políticas públicas (nas mais diversas áreas, não somente da educação). Dados da ANTRA (2019/2020) sugerem que, em função do abandono e das dificuldades para inserção no mercado de trabalho, até 90% das pessoas transexuais recorre à prostituição em algum momento da vida. Além disso, uma pesquisa realizada pela Comissão da Diversidade Sexual da OAB (Ordem dos Advogados do Brasil) demonstra que a média de evasão escolar entre travestis e transexuais atinge a assombrosa marca de 82%. Os percentuais elevados insinuam uma situação extrema em relação à vulnerabilidade social e acesso à educação, no entanto, o cenário catastrófico retratado pelos dados não é suficiente para sensibilizar a opinião pública e combater os estigmas reforçados pela dogmática religiosa, responsáveis por retroalimentar a ideia de que identidades de gênero e práticas sexuais desviantes da heteronormatividade vigente devem ser mantidas cativas em lugar de exclusão ou mesmo sumariamente eliminadas. Essa percepção desencoraja um olhar mais gregário e inclusivo em direção às minorias sexuais, além de se constituir em obstáculo à interlocução desses grupos com a representação política e a criação de políticas públicas que contemplem as suas demandas.

O nosso problema de pesquisa se situa na busca pelas respostas que surgem ao admitirmos que se a matriz heterossexual compulsória não é um dado universal, então o gênero pode ser entendido como um espectro e todos os indivíduos, independentemente do sexo biológico podem assumir, naturalmente, a identidade de gênero com a qual reconhecem a si próprios. Nesse capítulo vamos investigar também a maneira pela qual a violência simbólica

contra pessoas LGBTQIA+ se manifesta na vida escolar, qual a extensão dessa violência e quais são os seus efeitos sobre a trajetória educacional dessa parcela da população.

O terceiro capítulo se propõe a realizar uma análise documental acerca das disputas envolvidas nas alterações das metas fixadas pela Lei nº 5.146/2015, que dispõe sobre o Plano Municipal de Educação da cidade de Passo Fundo. Examinaremos os discursos dos atores envolvidos e as dinâmicas que resultaram nas transformações da legislação municipal, procurando efetuar um diálogo constante com o aporte teórico dos capítulos anteriores. Vamos analisar os indícios de que a movimentação proposta pelos representantes eleitos não passou de uma manobra técnico-instrumental para embarcar nas tensões geradas pela campanha das Eleições Gerais de 2018, banindo a discussão de gênero para exaurir a diversidade contida no Plano Municipal de Educação a fim de granjear a simpatia do eleitor conservador e absorver para si o capital político gerado nesse processo. Partindo do princípio de que a ação coletiva manifesta na construção de uma política pública marcada pela participação e pelo pluralismo é uma garantia da vitalidade do próprio processo democrático, nos parece que defender a integridade de políticas públicas de inclusão e promoção de equidade é garantir o futuro do próprio princípio democrático. Salvaguardar a democracia é essencial para aqueles que sonham com sociedade comprometida com uma distribuição justa, que possa garantir a dignidade e a proteção da pessoa humana, e fazer com que aqueles que ainda são percebidos como inelutáveis (*ungrievable*), os enjeitados, os desumanizados, possam finalmente partilhar da humanidade e da dignidade que lhes tem sido negada.

2 INSTRUMENTALIZAÇÃO DO IMAGINAÇÃO SOCIAL, SOCIALIZAÇÃO E PODER POLÍTICO E AS CONDIÇÕES PARA A RADICALIZAÇÃO DA POLÍTICA E DA OPINIÃO PÚBLICA

2.1 Relações técnico-instrumentais e disputas pelo imaginário social e a invenção da legitimidade do poder

“Governar é fazer crer”. A afirmação atribuída ao filósofo italiano Nicolau Maquiavel resgatada pelo também filósofo e historiador polonês Bronislaw Baczko¹ em seu ensaio “Imaginação Social” (1985, p. 301), sintetiza com elegância a estratégia de grupos emergentes no espectro político em diferentes países. O valor semântico de governar, neste caso, não se refere diretamente às formas institucionais de governo, alude na verdade à dimensão de controle manifesta na produção dos bens simbólicos e na sedimentação do imaginário social, na medida em que “fazer crer” é tomar para si a regência e a orientação dos ideais, princípios e convicções que pautam as mais diversas esferas da vida em sociedade.

Para Baczko, a asserção de Maquiavel “põe em destaque as relações íntimas entre o poder e o imaginário, ao mesmo tempo que resume uma atitude técnico-instrumental perante as crenças e o seu simbolismo, em especial perante a religião” (1985, p. 301). Por mais que este fenômeno ganhe protagonismo inaudito nos dias de hoje, Wendy Brown vai afirmar que “a exploração mútua entre fanáticos religiosos (e seus seguidores) e políticos ambiciosos sem religião tem precedentes” e que “Maquiavel foi um de seus mais brilhantes cartógrafos” (2019, p. 117). Vamos esquadrihar todas as contribuições do artigo supracitado, analisando conceitos e detalhando todas as particularidades que estão por trás da produção e da disputa dos imaginários sociais e a forma como estes processos se refletem na esfera política. A associação entre a manipulação do imaginário social e os dogmas religiosos será abordada mais diretamente na segunda seção deste capítulo.

Delineando a relação entre o imaginário social e o poder político, Baczko afirma que os movimentos revolucionários se tornam possíveis notadamente por conta das representações criadas no imaginário social. De acordo com o filósofo, são elas que colocam em ação as forças

¹ De acordo com informações da *International Balzan Prize Foundation*, do qual foi o vencedor no ano de 2011, Baczko nasceu em Varsóvia no ano de 1924, licenciou-se em letras em 1953 e concluiu o doutorado quatro anos mais tarde. Foi professor do departamento de Filosofia da Universidade de Varsóvia entre 1952-68, de onde foi demitido por conta de questões políticas. Foi membro da Academia de Ciências de Turim e tornou-se professor honorário da Universidade de Genebra e *Doutor Honoris Causa* pela Universidade de Ciências Humanas de Estrasburgo em 1981 e pela Universidade de Tours, na França em 1999. Foi autor prolífico de numerosas obras e artigos traduzidos em dezenas de línguas. Faleceu no ano de 2016 (tradução nossa). Fonte: <<https://www.balzan.org/en/prizewinners/bronislaw-baczko/bio-bibliography-french-baczko>>

reformadoras por conta da sua capacidade de produzir a idealização de um horizonte dotado de virtudes e benefícios, superação de adversidades ou um projeto de futuro mais satisfatório de acordo com as inclinações de determinado grupo de interesses.

Em qualquer conflito social grave – uma guerra, uma revolução – não serão as imagens exaltantes e magnificentes dos objetivos a atingir e dos frutos da vitória procurada uma condição da possibilidade da própria ação das forças em presença? Como é que se podem separar, neste tipo de conflitos, os agentes e os seus atos das imagens que aqueles têm de si próprios e dos inimigos, sejam estes inimigos de classe, religião, raça, nacionalidade, etc.? Não são as ações efetivamente guiadas por estas representações; não modelam elas os comportamentos; não mobilizam elas as energias; não legitimam elas as violências? [...] Não será que o imaginário coletivo intervém em qualquer exercício de poder e, designadamente, do poder político? (BACZKO, 1985, p. 298-299 adaptação nossa²)

Baczko afirma que o imaginário social possui uma natureza concreta embora a associação com substantivos abstratos como “imaginação” ou “imaginário” – referências mais habituais no mundo das artes e no domínio dos saberes nos quais impera a criatividade livre – possa insinuar o contrário. Para ele, “exercer um poder simbólico não consiste meramente em acrescentar o ilusório a uma potência “real”, mas sim em duplicar e reforçar a dominação efetiva pela apropriação dos símbolos e garantir a obediência pela conjugação das relações de sentido e poderio” (BACZKO, p. 299, 1985). Para além da materialidade dos signos que o imaginário produz, o autor retoma o caráter técnico-instrumental que caracteriza a relação dos grupos de interesse com a simbologia do imaginário popular, além de demonstrar o tensionamento que envolve as disputas pelo controle e reprodução destes signos:

Os bens simbólicos, que qualquer sociedade fabrica, nada tem de irrisório e não existem, efetivamente, em quantidade ilimitada. Alguns deles são particularmente raros e preciosos. A prova disso é que constituem objeto de lutas e conflitos encarniçados e que qualquer poder impõe uma hierarquia entre eles, procurando monopolizar certas categorias de símbolos e controlar outras. Os dispositivos de repressão que os poderes constituídos põem de pé, a fim de preservarem o lugar privilegiado que a si se atribuem no campo simbólico, *provam*, se necessário fosse, o caráter de certo imaginário, mas de modo algum ilusório, dos bens assim protegidos (BACZKO, 1985, p. 299, *grifo nosso*)

De acordo com o autor, é a partir da instalação do poder estatal centralizado que a instrumentalização dos imaginários sociais e o desenvolvimento das técnicas de manipulação se desprendem de práticas ritualísticas produzidas espontaneamente. Ao olhar em retrospecto

² A edição consultada utiliza a grafia original do português continental. A adaptação consiste de alterações simples e praticamente intuitivas para o leitor brasileiro (“*objetivo*” foi adaptado para *objetivo*, por exemplo) e foi aplicada à todas as citações do autor para preservar a fluidez da leitura sem alterar o sentido de suas considerações.

para a forma como as representações e símbolos interferem na prática coletiva, o autor coloca em destaque o que ele chama de *savoir-faire*, “a elaboração e aprendizagem das práticas e técnicas de manejo dos imaginários sociais”. Ele afirma que “ao produzir um sistema de representações que simultaneamente traduz e legitima sua ordem, qualquer sociedade instala também ‘guardiões’ do sistema que dispõe de uma certa técnica de manejo das representações e símbolos” (BACZKO, p. 299, 1985, *grifo do autor*). Nas sociedades ditas ‘primitivas’ estas manifestações seriam espontâneas e se combinariam aos mitos e ritos, de tal forma que os guardiões do imaginário social são também os guardiões do sagrado. Essa associação com o sagrado restringiria a liberdade de criação dentro dos sistemas de representações coletivas e dos imaginários sociais, tornando o simbolismo da ordem social tão quantitativamente limitado quanto imutável e duradouro. Para o autor, “também as técnicas de manejo destes símbolos se confundem com a prática dos ritos que reproduzem o fundo mítico, tratando-se tanto de técnicas corporais quanto da arte e da língua” (BACZKO, 1985, p. 300). Ainda,

[...] As situações conflituais entre os poderes concorrentes estimulavam a invenção de novas técnicas de combate no domínio do imaginário. Por um lado, estas visavam a constituição de uma imagem desvalorizada do adversário, procurando em especial invalidar a sua legitimidade; por outro lado, exaltavam através de representações engrandecedoras o poder cuja causa defendiam e para o qual pretendiam obter o maior número de adesões [...] (BACZKO, 1985, p. 300)

Como podemos notar, os traços da dinâmica detalhada por Baczko estão mais vivos do que nunca nas arenas de disputas pelo controle do ideário social e do poder político contemporâneo. Ironicamente, na era da informação a deslegitimação dos adversários por meio da destruição de reputação é uma estratégia que adquiriu grande envergadura com o uso político de notícias falsas, no entanto, antes ainda do advento das *fake news* e outras disfunções da comunicação em massa do século XXI, o autor desvela a crescente correlação entre a sofisticação do utilitarismo aplicado aos imaginários sociais e a ascensão da indústria da publicidade. Para Baczko, “a invenção de novas técnicas [*de combate no domínio do imaginário*], bem como o seu refinamento e diferenciação, implicavam a passagem de um simples manejo dos imaginários sociais a sua manipulação cada vez mais sofisticada e especializada”. É dessa forma que a “história do *savoir-faire* no domínio dos imaginários sociais confunde-se, em grande parte com a história da propaganda, isto é, a evolução das suas técnicas e instituições, a formação do seu pessoal, etc” (1985, p.300, *grifos nossos*).

A associação do refinamento dos métodos de propaganda ao florescimento das técnicas de dominação do imaginário social nos impõe a obrigação de descortinar os meios pelos quais

este mecanismo opera a nível individual. Baczko mostra-se sensível a esta questão ao fazer uma ressalva ao uso das palavras “imaginário” e “imaginação”, ambas carregadas de valor semântico amplamente difundido. Ele afirma que, acompanhado destes substantivos, o adjetivo “social” acaba por designar um duplo fenómeno,

por um lado trata-se da orientação da atividade imaginativa em direção ao social, isto é, a produção de representações da “ordem social”, dos atores sociais e das suas relações recíprocas (hierarquia, dominação, obediência, conflito, etc.), bem como das instituições sociais, em particular as que dizem respeito ao exercício do poder, as imagens do chefe, etc. Por outro lado, o mesmo adjetivo designa a participação da atividade imaginativa individual num fenómeno coletivo. Com efeito, todas as épocas tem suas modalidades específicas de imaginar, reproduzir e renovar o imaginário, assim como possuem modalidades específicas de acreditar, sentir e pensar (BACZKO, p. 309, 1985)

Para Baczko, os imaginários sociais são uma parte da vida social de seus agentes, não constituindo, portanto, um organismo emancipado que se manifesta inteiramente na diversidade de seus produtos (p. 309, 1985), de tal modo que

Os imaginários sociais constituem outros tantos pontos de referência no vasto sistema simbólico que qualquer coletividade produz e através qual [...] ela se percebe, divide e elabora os seus próprios objetivos. É assim que, através dos seus imaginários sociais, uma coletividade designa a sua identidade; elabora uma certa representação de si; estabelece a distribuição dos papéis e das posições sociais; exprime e impõe crenças comuns; constrói uma espécie de código de “bom comportamento”, designadamente através da instalação de modelos formadores tais como os do “chefe”, o “bom-súdito”, o “guerreiro corajoso”, etc. (BACZKO, p. 309, 1985)

No trecho anterior Baczko nos informa que é a partir dos imaginários sociais que os sistemas simbólicos se produzem, se orientam, galvanizam seus próprios princípios além de estabelecer e determinar os seus fins. Esse mecanismo tem ação direta sobre a esfera privada, permeando a construção e as relações do sujeito consigo e com o mundo, afinal, é por meio deste sistema que o indivíduo “apreende” as vidas dos outros, identificando-os enquanto agentes nocivos ou amistosos. Ainda de acordo com ele:

Assim é produzida, em especial, uma representação global e totalizante da sociedade como uma “ordem” em que cada elemento encontra o seu “lugar”, a sua identidade e a sua razão de ser [...]. Porém, designar a identidade coletiva corresponde, do mesmo passo, a delimitar o seu “território” e as suas relações com o meio ambiente e, designadamente, com os “outros”; e corresponde ainda a formar as imagens dos inimigos e dos amigos, rivais e aliados, etc. (BACZKO, p. 309, 1985, grifos do autor)

Podemos inferir que o imaginário coletivo se comporta como uma bagagem de referências que opera na produção de concepções, assimilação de valores e princípios morais, fornecendo um abrangente subsistema de organização social. De acordo com a síntese de Baczko, a jurisdição deste sistema se estende desde as relações do indivíduo consigo mesmo (as representações que tem de si) até suas relações com o outro e com a estrutura social em que está imerso (o lugar que ocupa, a linha que divide os amigos dos inimigos). Portanto, a profundidade da ação deste subsistema vai permear os mais variados domínios da interação social, de modo que não seria exagero dizer que o simbolismo de que está carregado o imaginário coletivo vai condicionar fortemente as atitudes e escolhas nas mais variadas instâncias, seja no foro pessoal, comunitário e por conseguinte, na arena política.

É particularmente notável a relevância dos arquétipos³ no governo do imaginário social, especialmente na definição daquilo que é valoroso em termos de atributos pessoais. Seria necessário o espaço de uma outra pesquisa para analisar com o empenho devido a construção destes arquétipos levando em conta os recortes históricos de raça e classe. Aqui vamos nos restringir às questões de gênero e sexualidade. Os paradigmas nominados por Baczko demonstram apelo às figuras de autoridade, às supostas virtudes da obediência e resignação e à bravura (1985, p.309). Como vamos ver mais a frente, a retórica contemporânea vai lançar mão da suposta autenticidade da tradição moral e da dinâmica de mercado, encarando-as como expressões fundamentais de liberdade, para construir os seus próprios protótipos, dismantelar a esfera do social e virar a seu favor a disputa pelo imaginário social. As minorias cuja sexualidade, identidade e expressão de gênero não encontram conformidade com o modelo branco-heteronormativo-patriarcal vigente costumam atrair para si a zombaria e o desdém sumarizados através de uma coleção de epítetos cujo objetivo é evidenciar uma espécie de “traição de gênero”⁴, desembocando em uma coleção de arquétipos nada lisonjeiros, usados para rebaixar e humilhar os ‘dissidentes’.

³ A questão dos arquétipos está intimamente ligada à discussão desenvolvida no próximo capítulo a partir das considerações de Judith Butler (molduras e o enquadramento epistemológico) e Lília M. Schwarcz (marcadores sociais da diferença), assumimos que de modo geral, trata-se de um conjunto de características por meio das quais grupos sociais reconhecem ou renegam as vidas de outros grupos, orientando a dimensão normativa do imaginário social em direção à colaboração ou a hostilidade.

⁴ O termo toma de empréstimo a expressão cunhada pela escritora Margaret Atwood na obra de ficção “O Conto da Aia”. A distopia de Atwood usa do termo para referir-se à tipificação penal dos homossexuais enforcados pela República de Gilead, imaginada pela autora. Gilead é retratada como uma teocracia fundamentalista ocidental que controla uma porção dos Estados Unidos após um golpe de Estado e que subjuga, violenta e escraviza as mulheres que ainda possuem a capacidade (cada vez mais rara) de gerar filhos biológicos. O uso do termo parece apropriado para ilustrar o propósito do uso social das ofensas contra LGBTQIA+, que estariam supostamente abrindo mão das virtudes da heterossexualidade e cisgeneridade para “trair” os papéis de gênero socialmente impostos.

Baczko afirma (1985, p. 309) que o imaginário social pode ser encarado como uma forma de subproduto às ameaças, reais ou hipotéticas, enfrentadas por uma comunidade, além de se constituir tanto no espaço em que tomam lugar quanto na finalidade última de determinados conflitos sociais (as disputas de narrativas ocorrem por meio da instrumentalização do próprio imaginário).

O imaginário social elaborado e consolidado por uma coletividade é uma das respostas que esta dá aos seus conflitos, divisões, e violências reais ou potenciais. Todas as coletividades tem seus modos de funcionamento específicos a este tipo de representações. Nomeadamente, elaboram os meios da sua difusão e formam os seus guardiões e gestores, em suma, o seu “pessoal”.

O imaginário social é, deste modo, uma das forças reguladoras da vida coletiva. As referências simbólicas não se limitam a indicar os indivíduos que pertencem a mesma sociedade, mas definem também de forma mais ou menos precisa os meios inteligíveis das suas relações com ela, com as divisões internas e as instituições sociais, etc. [...] O imaginário social é, pois, uma peça efetiva e eficaz do dispositivo de controle na vida coletiva e, em especial, do exercício da autoridade e do poder. Ao mesmo tempo, *ele torna-se o lugar e o objeto* dos conflitos sociais. (BACZKO, 1985, p. 309, *grifo nosso*)

Este aspecto da instrumentalização técnica da imaginação coletiva fica bastante evidente no passado mais recente da política brasileira. A pesquisadora da Universidade Federal Fluminense, Christina Vital da Cunha em entrevista concedida ao Instituto Humanitas da Unisinos (setembro de 2019), introduz o termo “retórica da perda” ao referir-se à estrutura discursiva utilizada na campanha para as eleições gerais de 2018, pelo então candidato Jair Bolsonaro. De acordo com ela, essa estrutura é caracterizada sobretudo pela mobilização de um sentimento de ameaças que conduzem a um cenário de descaminho potencialmente caótico, a fim de promover, em oposição, uma via única de resgate e manutenção da ordem. Segundo Cunha,

A retórica da perda seria uma tática discursiva articulada por diferentes lideranças sociais e políticas (dentre elas, religiosas) baseada em um imperativo: o retorno da ordem, da previsibilidade, da segurança, da unidade. Ou seja, diante do sentimento de insegurança, de ameaça em termos patrimoniais, físicos, financeiros e morais, articulou-se um discurso que produzia uma sensação de segurança, uma esperança de retorno ao passado (ainda que idealizado) do pleno emprego, das definições de papéis entre homens e mulheres – base da família e de toda a vida social tal como “existia”, da garantia de ir e vir em segurança. (APOIO..., 2019)

Não podemos deixar de assinalar que, conforme dito anteriormente, o imaginário social se constitui simultaneamente no local das disputas e no próprio fim dessas disputas. Dois aspectos deste mecanismo corroboram a tese de Baczko: o discurso é gerado em resposta à supostas ameaças ao bem-estar, no entanto, os embates acontecem dentro do próprio imaginário

social, partindo do aparelhamento de seus expedientes e concorrendo para o controle da narrativa hegemônica. O autor alerta ainda para o fato de que é também dentro da própria imaginação coletiva que assenta a questão da legitimação do poder constituído, de acordo com ele

Qualquer sociedade precisa de imaginar e inventar a legitimidade que atribui ao poder. Por outras palavras, o poder tem necessariamente de enfrentar o seu *arbitrário* e controlá-lo, reivindicando uma legitimidade. Efetivamente nenhuma cultura e, por conseguinte, nenhum poder podem ser deduzidos de qualquer princípio universal-físico, biológico ou espiritual, - visto não estarem ligados por qualquer espécie de relação interna à “natureza das coisas” ou à “natureza humana”. Em contrapartida, todo o poder tem de se impor, não somente como poderoso, mas também como legítimo. Ora, na legitimação de um poder, as circunstâncias e os acontecimentos que estão na sua²² origem contam tanto, ou menos, do que o imaginário a que dão nascimento e de que o poder se apropria. As relações de força e de poder que toda a dominação comporta, acrescentam-se assim as relações de sentido. Qualquer instituição social, designadamente as instituições políticas, participa assim de um universo simbólico que a envolve e constitui o seu quadro de funcionamento (BACZKO, 1985, p. 310, *grifos do autor*).

Baczko reafirma a centralidade da questão da legitimidade na dinâmica das disputas pelo controle do imaginário coletivo. Para ele, esse atributo não possui uma natureza eminentemente espontânea, ela é gerada por meio da instrumentalização do imaginário (“qualquer sociedade precisa imaginar e *inventar* a legitimidade que atribui ao poder” (BACZKO, 1985, p. 310), neste caso, resta evidente que a legitimidade do poder é um recurso inestimável para a manutenção da hegemonia, dado que a partir do momento em que uma instituição perde sua legitimidade, esvazia-se do reconhecimento e da conformidade que garantem a sua estabilidade. É com base neste pressuposto que Baczko afirma que

O poder estabelecido protege a sua legitimidade contra aqueles que a atacam, quanto mais não seja pondo-a em dúvida. Imaginar uma contra-legitimidade, um poder fundado numa legitimidade diferente daquela que se reclama a dominação estabelecida, é um elemento essencial do ato de pôr em causa a legitimidade do poder. Estes conflitos só são “imaginários” no sentido em que tem por objeto o imaginário social, ou seja, as relações de força no domínio do imaginário coletivo, e em que exigem a elaboração de estratégias adaptadas às modalidades específicas desses conflitos. A prova disso, caso seja necessário dá-la, reside no fato de os poderes terem inventado ao longo da história, a fim de proteger esses bens raros, um conjunto de dispositivos extremamente variados e bem “reais” de proteção, senão de repressão, com vista a assegurar-se do lugar privilegiado no domínio dos imaginários sociais. Outra prova é o facto de as épocas de crise de um poder serem também aquelas em que se intensifica a produção de imaginários sociais concorrentes e antagonistas, e em que as representações de uma nova legitimidade e de um futuro diferente proliferam e ganham difusão e agressividade (BACZKO, 1985, p. 310).

Ao afirmar que imaginar uma contra-legitimidade é imprescindível para desafiar as estruturas consolidadas, Baczko evoca mais uma vez a força do simbolismo no curso das

transformações sociais, ele nos fornece duas provas do valor da legitimidade e da sua importância para a manutenção da dominação. O desenvolvimento de uma série de dispositivos de proteção e repressão pelos poderes dominantes é dado como atestado da necessidade contundente de salvaguardar a legitimidade garantidora dos privilégios do poder. A segunda prova apresentada por Baczko reside na alegação de que os momentos de crise geram uma produção acentuada de discursos antagonistas e extremados, cada qual concorrendo para tomar posição de destaque no fundamento de uma nova legitimidade social. A conjuntura sócio-política do Brasil no final da segunda década do século XXI, se não se constitui uma prova conclusiva, ao menos ratifica o teorema de Baczko, posto que foi uma década fortemente marcada pelo acirramento das disputas pelo imaginário social. Tendo como estopim os protestos de junho 2013, atingindo novos picos após a inauguração do segundo mandato do Governo Dilma em 2015 e na campanha eleitoral de 2018, a crise política funcionou como um celeiro para a escalada de discursos cada vez mais extremistas que deram causa a uma polarização sem precedentes na opinião pública brasileira, engendrando uma rivalidade que transcendeu as convicções políticas e incendiou o imaginário social, abrindo lugar para o questionamento das relativas liberdades individuais e dos direitos civis de grupos minoritários. Cunha analisa esse fenômeno particularmente acentuado na bolha que envolve os grupos religiosos e extremistas:

Em períodos de transformação social que podem ganhar dimensão histórica, tal como o período [...] que acompanhamos no Brasil e no mundo na atualidade, medos são experimentados por diferentes grupos, pois “quando as pessoas estimam certos valores e não sentem que sobre eles pesa qualquer ameaça, experimentam o bem-estar. Quando os estimam, mas sentem que estão ameaçados experimentam uma crise – seja como problema pessoal ou questão pública. E se todos os seus valores estiverem em jogo, sentem a ameaça total do pânico” (Mills, 1969, p.17-18) (CUNHA, C. V. et al., 2017, p.112-113)

Cunha demonstra a forma como se desenha a dinâmica proposta por Baczko, ostensivamente examinada nos parágrafos anteriores. A produção de um discurso ancorado na sombra da ameaça encontra em um espaço de crise o terreno fértil para germinar, provocando o estremecimento da opinião pública e a possibilidade de fratura da legitimidade dos poderes preeminentes. No caso particular analisado por Cunha, a retórica da perda surge entre opositores no acirramento da disputa política, sugerindo uma tentativa de ataque ao domínio situacional a partir da corrosão de sua legitimidade por associação à suposta degeneração social, para fundar uma contra-legitimidade baseada na manutenção da ordem e extermínio das ameaças ao estado de bem-estar social e a um conjunto de valores caros à sociedade. Ainda de acordo com Cunha:

Nesses contextos de mudança [...] medos sociais podem ser manipulados com o intuito de conter processos em curso ou de conduzi-los de modo que possam ser controlados. Paralelo a isso, ao medo e ao pânico moral que se estabelecem em larga escala, esses momentos representam também a esperança de legitimação de demandas até então contidas sob as correntes da tradição. Diante disso, como ponto de partida, deve-se assumir que a tradição opera a partir de fatos sociais que geram conforto, porque possibilitam previsibilidade, condição fundamental para o estabelecimento da vida social, mas que também produzem coação e opressão. Nesse sentido, *a imagem da tradição como corrente que amarra e contém fluxos é importante, pois é em nome da manutenção de valores tradicionais que vários políticos e religiosos militam, se contrapondo a demandas pela ampliação e garantia de direitos de minorias políticas no Brasil e em outros países.* (CUNHA, C. V. et al., 2017, p.112-113, grifo nosso)

O grifo na citação acima antecipa um tópico que será desenvolvido na terceira seção deste capítulo: o papel da tradição como eixo fundamental dos privilégios dessa estrutura normativa vigente, tanto a tradição moral quanto concorrencial (mercadológica). Brown vai anatomizar os modos pelos quais Frederich Hayek (baluarte teórico do neoliberalismo) cria todo um léxico para justificar a manutenção dos privilégios do patriarcalismo branco através da vinculação destes a uma ordem supostamente original (patriarcal-branca, admitida como intrínseca, inescapável, nativa, gerada naturalmente por uma espécie de autogênese) que seria violada pela justiça social na medida em que esta reclama a proteção dos enfeitados da tradição moral (LGBTQIA+, mulheres inconformadas com a disparidade de gênero, etc.) e dos desvalidos (os que por infortúnio não dispõem de propriedade, recurso fundamental para o sucesso nas dinâmicas de mercado). É a nível de imaginação social que a tradição vai operar como “corrente que amarra e contém fluxos”: se a tradição moral/mercadológica é um estado que distingue genuinamente os homens brancos, heterossexuais detentores da propriedade privada, então a coletividade encontra o pretexto para não se ocupar dos demais, que não são abrigados por ela.

A produção de discursos desempenha papel fundamental na disputa pelo controle do imaginário social e, portanto, na realização das transformações sociais. Como foi reforçado anteriormente, os embates pelo imaginário social ocorrem por meio da instrumentalização das estruturas do próprio imaginário e tomam lugar dentro da mesma imaginação coletiva que se disputa. Baczko afirma que o imaginário social se exterioriza, “torna-se inteligível e comunicável através da produção dos “discursos” nos quais e pelos quais se efetua a reunião das representações coletivas numa linguagem” (BACZKO, 1985, p. 311). Se os discursos concorrentes estão em constante embate, podemos imaginar que exista um processo de “seleção natural”, em que os mais bem sucedidos vão compor um acervo de referências condensado na forma de linguagem. Tornar um discurso “inteligível” e “comunicável” é fundamental para o

processo de assimilação e reprodução social, no entanto, a comunicabilidade sozinha não explica a capilaridade de alguns discursos, Baczko nos diz que

Os mais estáveis dos símbolos estão ancorados em necessidades profundas e acabam por se tornar uma razão de existir e agir para os indivíduos e para os grupos sociais. Os sistemas simbólicos em que assenta e através do qual opera o imaginário social são construídos a partir da experiência dos agentes sociais, mas também a partir dos seus desejos, aspirações e motivações. Qualquer campo de experiências sociais está rodeado por um horizonte de expectativas e de recusas, de temores e de esperanças [cf. Desroche 1973]. O dispositivo imaginário assegura a um grupo social quer um esquema coletivo de interpretação das experiências individuais, tão complexas quanto variadas, quer uma codificação das expectativas e das esperanças. Um só e mesmo código permite fazer concordar as expectativas individuais, exprimir as coincidências e as contradições entre as experiências e as esperanças, e ainda sustentar os indivíduos em ações comuns. *Os imaginários sociais fornecem, deste modo, um sistema de orientações expressivas e afetivas que correspondem a outros tantos estereótipos oferecidos aos agentes sociais: ao indivíduo relativamente ao seu grupo social; aos grupos sociais relativamente a sociedade global, as suas hierarquias e relações de dominação, etc.; a sociedade global relativamente aos (“outros” que constituem o seu meio envolvente [Ansart 1977, pp. 228-29]).* (BACZKO, 1985, p. 311, grifo nosso)

Compreender o funcionamento da dimensão normativa dos imaginários é necessário para desvelar o movimento através do qual a esfera individual é instrumentalizada a fim de mobilizar o poder político. O alcance dos imaginários vai muito além da percepção de si mesmo e do mundo ao redor, ultrapassando a função de “esquema de interpretação”, dado que a amálgama resultante da interação a nível individual (experiência) com a subjetividade (desejos, aspirações e motivações) vai ser traduzida e elaborada por meio das lentes do imaginário corrente. Ao afirmar que os imaginários fornecem sistemas de orientações que correspondem a determinados estereótipos, Baczko dissecou com precisão cirúrgica a maneira como o próprio sistema de representações dominante toma para si a prerrogativa de determinar o lugar social de cada grupo, reproduzindo e consolidando hierarquias e relações de poder. Se a linguagem atua como a bagagem de referências compostas a partir dos embates discursivos [“a reunião das representações coletivas” (1985, p. 311)], então ela não pode ser tomada como o fiel da balança, uma vez que a sua neutralidade pode ser colocada em xeque, pois ela carrega tendências e juízos de valor que vão permear a relação do indivíduo com os demais e consigo mesmo:

A potência unificadora dos imaginários sociais é assegurada pela fusão entre verdade e normatividade, informações e valores, que se opera no e por meio do simbolismo. Com efeito, o imaginário social informa acerca da realidade, ao mesmo tempo que constitui um apelo a ação, um apelo a comportar-se de determinada maneira. Esquema de interpretação, mas também de valorização, o dispositivo imaginário suscita a adesão a um sistema de valores e intervém eficazmente nos processos da sua interiorização pelos indivíduos, modelando os comportamentos, capturando as energias e, em caso de necessidade, arrastando os indivíduos para uma ação comum. (BACZKO, 1985, p. 311)

A mobilização dos afetos, de acordo com Baczko, é a chave para a capacidade do imaginário social de provocar e orientar a ação, mais do que somente a interpretação dos fenômenos, além de constituírem “apelos imperativos ao respeito e à obediência” (BACZKO, 1985, P. 312). Para ele, as representações que conferem legitimidade a um poder são também responsáveis por garantir a sua realidade e gerência sobre o comportamento, individual ou coletivo. Os imaginários coletivos acabam por constituir uma forma de contornar as dificuldades ou fornecer o pretexto conveniente para simplificar o processo de tomada de decisões, especialmente nos períodos de maior instabilidade (1985, p. 312).

Sendo todas as escolhas sociais resultantes de experiências e expectativas, de saberes e normas, de informações e valores, os agentes sociais procuram, sobretudo em situações de crise e conflito graves, apagar as incertezas que essas escolhas necessariamente comportam. É assim que estas escolhas são muitas vezes imaginadas como as únicas possíveis e mesmo como impostas por um destino inelutável (1985, p. 312).

Se na medida em que um dilema moral se apresenta sentimos que temos uma escolha única ou que uma alternativa se impõe “por um destino inelutável”, fazendo com que nos sintamos compelidos a “apagar as incertezas”, negar a complexidade e talvez até os possíveis desdobramentos de nossas escolhas – se o reflexo neste caso é preencher as dúvidas com as certezas prontas colhidas no imaginário social, então a reprodução deste imaginário social pode exaurir movimentos de criticidade e autonomia para vir a se tornar uma matriz de preconceito e intolerância. Baczko também defende a ideia de que os imaginários tem ação direta sobre o “tempo coletivo no plano simbólico” não raro imprimindo na memória coletiva os efeitos e representações geradas por um acontecimento com maior luminosidade do que o próprio acontecimento ou mesmo gerando projeções futuras das mais diversas nuances (“angústias, esperanças e sonhos coletivos”) (1985, p. 312).

A interação entre a dimensão afetiva e intelectual através das quais operam as representações do imaginário social são discriminadas por Baczko com bastante objetividade: legitimar/invalidar, justificar/acusar, tranquilizar/perturbar, mobilizar/desencorajar, incluir/excluir. O autor não pretende encerrar toda a complexidade destas interações nestas díades, pelo contrário, alega que estas estão subordinadas ao efeito de outras especificidades de diferentes campos sociais e mentais: estruturas sociais, sistemas de poder, intensidade dos conflitos sociais, sistemas de valores dominantes e concorrentes, simbolismo e ritual instalados, etc. (1985, p.312) A propósito, Baczko reforça o caráter interativo dos imaginários ao afirmar que

Os imaginários sociais e os símbolos em que eles assentam fazem parte de sistemas complexos e compósitos, tais como, nomeadamente, os mitos, as religiões, as utopias e as ideologias [...] insistimos no fato de os imaginários sociais não funcionarem isoladamente, entrando, sim, em relações diferenciadas e variáveis com outros tipos de imaginários e confundindo-se por vezes com eles e com a sua simbologia (por exemplo, a utilização do simbolismo do sagrado a fim de legitimar um poder). (BACZKO, 1985, p. 312)

A religião, conforme sublinhado nas primeiras linhas deste capítulo é sem dúvida um grande meio de dispersão e socialização de crenças e valores, portanto de produção de discurso e influência do imaginário social. Brown sustenta que é por meio dela que se replica a intuição de “ordem natural” que é fonte das arrogações do privilégio branco-masculino-heterossexual. Além dela, Baczko aponta a prevalência das ferramentas que surgem com o desenvolvimento da tecnologia e seus reflexos na cultura, na disseminação de valores e no controle do imaginário coletivo.

A influência dos imaginários sociais sobre as mentalidades depende em larga medida da difusão destes e, por conseguinte, dos meios que asseguram tal difusão. Para garantir a dominação simbólica, é de importância capital o controle destes meios, que correspondem a outros tantos instrumentos de persuasão, pressão e inculcação de valores e crenças. É assim que qualquer poder procura desempenhar um papel privilegiado na emissão dos discursos que veiculam os imaginários sociais, do mesmo modo que tenta conservar um certo controle sobre os seus circuitos de difusão. As modalidades de emissão e controle eficazes alteram-se, entre outros motivos, segundo a evolução do suporte tecnológico e cultural que assegura a circulação das informações e imagens. (BACZKO, 1985, p. 313)

O autor destaca a transição da cultura oral para a escrita e o surgimento dos meios de comunicação em massa como os dois grandes pontos de clivagem na evolução dos meios de instrumentação do imaginário social. Por mais que o texto possa parecer um pouco datado frente ao vigoroso avanço dos meios de comunicação no final do século XX e início do século XXI (com destaque para o fato de que a comunicação não se restringe mais a uma lógica de um para vários, pelo contrário, está marcada pela democratização da produção/disseminação de conteúdo), em geral os apontamentos de Baczko seguem atuais, e alguns na verdade parecem quase proféticos.

Baczko chama atenção para o fato de que os meios de comunicação da época concentravam grande poder nas mãos de um único emissor, de modo que “garantem a um único emissor a possibilidade de atingir simultaneamente uma audiência enorme, numa escala até então desconhecida” (1985, p. 313). Além disso, a cultura de massa edificada pelos meios de comunicação seria uma forma de maximização do que o autor chama de “funções performativas dos discursos difundidos e dos imaginários sociais que eles veiculam” (1985, p. 313), de sorte

que o fluxo, volume, a continuidade e a modelagem da informação alastram seu domínio sobre as mais diversas esferas da vida social:

A informação está centrada na atualidade, sendo portanto necessariamente atomizada e fragmentada: o acontecimento que é hoje posto em foco, amanhã será esquecido e recalçado. Devido tanto a sua quantidade como a sua qualidade, esta massa de informações presta-se particularmente às manipulações. A sua transmissão impõe inevitavelmente uma seleção e uma hierarquização por parte dos emissores (BACZKO, 1985, p. 313).

Nota-se que para o autor os meios de comunicação em massa não proporcionam somente o monopólio dos recursos e instrumentos de difusão, mas também o controle sobre o formato de tratamento da informação. O que Baczko denomina “as funções performativas do discurso” nós interpretamos como o conjunto de características capazes de otimizar a capacidade de persuasão da comunicação, logo, de modificação do imaginário social. Há mais de trinta anos Baczko alertava acerca dos perigos da sobrecarga de informação e para a forma como o aporte de grande volume e a atomização da informação contribuem para a volatilidade dos fatos. Outra preocupação central do autor diz respeito à manipulação deliberada por grupos de interesse, dado que o controle da mídia favorece a censura e a supressão de conteúdo considerado indesejável. Outra crítica contundente a acertada do autor diz respeito à fragmentação da informação como forma de criação de inquietações e tensões que reforçam necessidades e abrem espaço para o êxito da indústria da propaganda (1985, p. 313-314).

Com efeito, aquilo que os *mass media* fabricam e emitem, para além das informações centradas na atualidade, são os imaginários sociais: as representações globais da vida social, dos seus agentes, instâncias e autoridades; as imagens dos chefes, etc. Em e mediante a propaganda moderna, a informação estimula a imaginação social e os imaginários estimulam a informação, contaminando-se uns aos outros numa amálgama extremamente ativa, através da qual se exerce o poder simbólico [cf. Ellul 1962; Domenach 1954; Schramm e Roberts 1965] (BACZKO, 1985, p. 314).

Evidentemente a diatribe de Baczko não atinge aos meios de comunicação que revolucionaram o século XXI. Os indícios de manipulação deliberada de emoções e imaginários denunciados por Baczko foram sobremaneira amplificados pelo avanço da tecnologia da informação e pelo advento da internet, sobretudo após o surgimento das redes sociais. A monetização do engajamento (cliques, curtidas, compartilhamentos) explora sistematicamente a inclinação ao sensacionalismo, independentemente das suas consequências práticas. A lógica de mercado legalizou o vale-tudo nas redes, permitiu a disseminação de conteúdo extremo e sensacionalista, garantindo o lucro de companhias que oferecem seu “produto” gratuitamente

em troca da informação que transforma os usuários em uma valiosa base de dados à serviço da indústria da propaganda. Basta uma busca rápida pelas notícias para encontrar uma profusão de relatos e apontamentos de especialistas que ratificam a influência determinante das mídias sociais em fenômenos como o *Brexit* (referendo que votou a saída do Reino Unido do bloco econômico europeu), a eleição de Donald Trump nos Estados Unidos em 2016, o genocídio rohingya em Myanmar ou mesmo na ascensão de políticos de extrema direita em diversos países; a busca implacável pelo lucro ainda supera em muito a preocupação com os desdobramentos da falta de regulamento do conteúdo compartilhado nas redes.

O trabalho mais recente de Wendy Brown (2020) (que vamos explorar na terceira seção deste capítulo) joga um facho de luz sobre o mecanismo que abriu passagem para discursos de ódio, teorias de conspiração e uso de notícias falsas com fins políticos sob o pretexto de liberdade de expressão. Esses elementos tem abalado cada vez mais as instituições e prostrado as democracias de inúmeros países nos mais diversos cantos do globo. A polarização da opinião pública mostra a força destes dispositivos na guerra pelo controle do imaginário social, no entanto, o foco de nosso estudo será nas técnicas empregadas por um grupo particular (evangélicos neopentecostais) em uma arena em especial (o campo político). Com Boas e Smith (2019) vamos desvelar o que está por trás do crescimento dos adeptos da religião que mais cresce no país e da ampliação do poder econômico, midiático e político deste controverso grupo.

2.2 Congruência de opinião e representação descritiva: socialização nos templos e instrumentalização dos imaginários sociais

Baczko nos trouxe valiosas lições acerca da dinâmica que ronda a produção e a disputa dos imaginários sociais, enfatizando o quanto a instrumentalização dos meios de influência é determinante para a produção de uma contra-legitimação e para a conquista do poder político. A abordagem mais especulativa de Baczko nos permite ter uma ideia bastante generalizada da forma como estas dinâmicas operam em uma escala mais global, porém, vamos lançar mão de um estudo que nos ajuda a entender o modo particular como setores de igrejas neopentecostais estão sequestrando o imaginário de uma parcela cada vez maior da população, transcendendo a esfera pessoal e convertendo a dogmática religiosa em poder econômico, visibilidade midiática e poder político.

Um fator importante na contemporaneidade e que foi brilhantemente analisado pela catedrática americana, professora de ciência política na *Iowa State University* e estudiosa das particularidades da democracia brasileira contemporânea, Amy Erica Smith, é a

representatividade descritiva determinada pela convergência de opinião entre políticos e eleitores que partilham similaridades demográficas. Autora de *Religion and Brazilian Democracy: Mobilizing the People of God* (2019), Smith dedica-se (de acordo com seu *website* pessoal) primariamente às maneiras como “pessoas comuns entendem e engajam-se nas esferas políticas”, além disso, “grande parte de seu trabalho mais recente concentra-se nas dinâmicas entre religião e política” (tradução nossa). Em um artigo publicado na *Latin American Research Review*, realizado em parceria com o pesquisador Taylor C. Boas, da *University of Boston*, intitulado “*Looks Like Me, Thinks Like Me: descriptive representation and opinion congruence in Brazil*”⁵ (2019, p. 310-328), Smith e Boas analisam a maneira pela qual formas alternativas de representação política começam a superar os meios tradicionais, nomeadamente àqueles baseados na representação partidária.

Os autores chamam atenção para uma “crise de representação” política na América Latina a partir da década de 1990, marcada pela perda de domínio de partidos tradicionais em alguns países e pelo enfraquecimento do sistema partidário em outros. Nesse cenário, emergem estruturas sociais alternativas capazes de concorrer pela representatividade política, uma vez que “quando as instituições tradicionais a exemplo dos partidos ou círculos eleitorais⁶ falham em canalizar os interesses populares, outras formas de interconexão cidadãos-elite, incluindo organizações da sociedade civil, podem provisionar a base para uma representação efetiva” (2019, p. 311, *tradução nossa*). O artigo supracitado defende a ideia de que as similaridades demográficas constituem uma força tangível de representação especialmente entre grupos tradicionalmente sub-representados como as mulheres, pessoas com status socioeconômico menos elevado, minorias étnicas, raciais e religiosas. Observa-se, no entanto, que apenas estas similaridades não são capazes de garantir o alinhamento entre as posições dos cidadãos e dos políticos eleitos. Para os autores,

Quando um sistema baseado na representação partidária funciona bem, isso se deve não somente ao fato de os membros do partido e os oficiais eleitos identificarem-se entre si e compartilharem interesses, mas também por que os partidos integram as massas e elites promovendo uma visão de mundo em comum e fornecendo meios para que os cidadãos mantenham os oficiais eleitos sob controle⁷ pelos seus atos. Se as formas alternativas de representação pretendem tomar o lugar dos partidos políticos, elas precisam replicar estas funções (2019, p. 311, *tradução nossa*).

⁵ Se parece comigo, pensa como eu: representação descritiva e congruência de opinião no Brasil, tradução nossa.

⁶ No original “*territorial constituency*”. Optamos pela tradução “círculo eleitoral”, uma vez que o termo original se refere às regiões de maior influência dos representantes em função da adjacência (proximidade territorial). Neste caso, é a localidade que favorece interação entre representantes e representados.

⁷ No original “*hold them accountable*”, no contexto em que aparece, sugere que as estruturas da representação partidária fornecem os meios para que os representantes eleitos não desviem da plataforma sobre a qual se elegeram, restringindo o espaço para divergências e conferindo uma sensação de controle aos apoiadores.

Para os autores, no caso particular do Brasil essa dinâmica encontra condições bastante favoráveis para instalar-se visto que a maioria dos partidos podem ser considerados “genéricos ou clientelistas⁸”, ou seja, seus apoiadores tem poucos interesses em comum e há pouca chance de ocorrer um alinhamento mais global nas visões de mundo do povo e dos representantes políticos. Essa dissonância faz com que se possa antecipar uma convergência mais estreita em temas mais caros a determinados grupos, como as cotas raciais por exemplo, ainda que os autores sublinhem que recortes como raça e gênero tenham pouca capacidade de mobilização em comparação à capacidade organizacional, estrutura de autoridade vertical e homogeneidade das redes sociais dos grupos evangélicos cristãos (2019, p. 311, *tradução nossa*).

Conforme demonstra este estudo, os índices de congruência e alinhamento das preferências entre populares e cúpulas políticas são mais significativos entre parlamentares e cidadãos que partilham categorias demográficas específicas. Surpreendentemente são encontrados desvios maiores em comparação aos círculos eleitorais e aos próprios correligionários do que ao público em geral. “Entre as categorias demográficas, evangélicos geralmente atingem maior congruência que mulheres, afro-brasileiros ou integrantes de classes sociais menos favorecidas”, “um produto da liderança nos púlpitos”, arguem os pesquisadores. Eles observam ainda que o voto baseado nas características do candidato em detrimento de princípios partidários pode limitar a representação e a congruência, porém, “para uma parcela de eleitores historicamente sub-representada, escolher alguém que se parece consigo (e que professa a mesma fé⁹) pode parecer uma maneira eficiente de eleger alguém que pensa de forma similar em questões políticas mais significativas” (2019, p. 311, *tradução e adaptação nossa*).

Apesar de importante o alinhamento de pensamento não é considerado indispensável pelos estudiosos visto que pode haver representação considerável (“oficiais eleitos agindo em nome dos interesses de seus eleitores”) sem este paralelismo de opiniões: orientação divergente da bancada, senso de dever ou aspirações à reeleição podem causar desvios das preferências pessoais, todavia, a opinião pessoal é bastante importante, sobretudo nos expedientes mais inconspícuos, como a votação em comissões, por exemplo (2019, p. 312). Em democracias jovens e mais frágeis, como no caso do Brasil, a volatilidade dos sistemas partidários e fraqueza da identificação com os partidos aliada à desigualdade social entre populares e a classe política podem constituir obstáculos e inibir ainda mais a congruência de opiniões entre representantes

⁸ No original “*catchall or clientelistic*”.

⁹ No original “[...] *choosing someone who looks (and worships) like them*”.

e representados. Ainda assim, os autores afirmam que a possibilidade de eleger membros de grupos sub-representados nesses países tem maior potencial de fortalecer a congruência do que a votação por um determinado partido. E eles enfatizam: “quando líderes de grupos da sociedade civil efetivamente orientam as opiniões das elites políticas e da massa de populares, a congruência se torna ainda mais forte” (2019, p. 312, *tradução nossa*).

Boas e Smith identificam três fontes distintas de convergência das opiniões entre massas e elites políticas: a primeira delas é a *autosseleção*, marcada pelo voluntarismo visto que são as inclinações pessoais que levam à adesão a um grupo determinado (um ambientalista que se junta ao Partido Verde, por exemplo); a segunda é a aderência por *interesses materiais* que provém o senso de identidade de grupo (ações afirmativas como as cotas raciais são um exemplo); a terceira via de alinhamento é a *socialização*, que consiste na “influência mútua entre grupos e seus líderes, de modo a induzir maior proximidade entre as opiniões da elite política e da massa de populares ao longo do tempo” (2019, p. 312, *tradução nossa*). O exemplo dado pelos pesquisadores é bastante ilustrativo: um indivíduo sem opinião formada em temas como aborto ou a união entre casais homoafetivos é convertido à fé evangélica atraído inicialmente pela dogmática religiosa, é muito possível que ele venha a adotar uma postura conservadora acerca destes temas após a exposição aos sermões e ao consenso entre outros membros da igreja. Como demonstrado pelo exemplo, a socialização pode ser horizontal quando ocorre entre pares (interações informais entre amigos, família, colegas, etc.) ou vertical quando um grupo de líderes busca manipular deliberadamente a opinião dos membros de um grupo (2019, p. 312). Os autores observam que

Dado que a congruência por socialização frequentemente envolve esforços organizados, é menos comum que as duas outras formas. A socialização das massas pelas mãos das elites é mais efetiva quando a liderança de um grupo concorre em uma visão de mundo abrangente – definindo quais são as posições “corretas” dentre uma variedade de questões do domínio político, idealmente derivativa de ideologias maniqueístas ou princípios teológicos. A socialização também costuma ser mais efetiva quando os líderes são dotados de altos níveis de autoridade, quando a estrutura organizacional facilita o contato regular com os membros e quando as redes sociais dos indivíduos possuem altas taxas proporcionais de outros membros do mesmo grupo, fatos que implícita e explicitamente reforçam as mensagens emitidas por figuras de autoridade. (2019, p. 312, *tradução nossa*).

De acordo com os acadêmicos, “para qualquer canal de representação, em geral, a possibilidade de alinhamento de opiniões deve derivar de uma combinação destas três distintas formas de congruência” (BOAS, SMITH, 2019, p. 312, *tradução nossa*). Baixas taxas de congruência são esperadas na maior parte dos partidos contemporâneos com variações na capacidade de socialização de acordo com a estrutura organizacional. No caso da representação

territorial a variação se dá de acordo com a extensão do território (quanto mais extenso, mais dispersa a congruência) (2019, p. 312, *tradução nossa*). Dadas as relações de contexto dentro das categorias demográficas analisadas, é de se esperar que

[...] organizações religiosas geram expectativas de congruência similares (*às dos partidos de massa*¹⁰), especialmente em países ou entre denominações que são altamente devotas. Não apenas a conversão (*religiosa*) permite a autosseleção como elites e massas possuem interesses compartilhados a exemplo dos subsídios para grupos religiosos ou legislação pertinentes à liberdade religiosa. A socialização também pode alinhar as opiniões das elites e massas. Religiões lançam mão de visões de mundo abrangentes, frequentemente maniqueístas e o clero possui a capacidade organizacional – incluindo o contato regular com os fiéis – para transmitir essa visão tanto às massas quanto às elites. (2019, p. 313, *tradução nossa, grifos nossos*)

O estudo deixa bastante claro que para além da religião há uma queda na probabilidade de congruência, particularmente nas similaridades demográficas ligadas à raça e gênero. Estas tendem a menores taxas de alinhamento em princípio pela implausibilidade da autosseleção podendo haver conformidade no caso de convergência de interesses materiais. Minorias étnicas também podem ser favoráveis às políticas que beneficiam pessoas em situação de maior vulnerabilidade social na medida em que esses traços se sobrepõe, além disso, as estruturas mais tradicionais em termos de identidade podem refletir na indiferença às próprias pautas da categoria, de tal maneira que políticas baseadas equidade de gênero não encontrem apoio entre grupos de mulheres e pessoas de pele escura se oponham à ações afirmativas caso não se identifiquem como negros ou pardos (2019, p. 313, *tradução nossa*).

A socialização das pautas ligadas às políticas raciais e de gênero também encontra limitações em comparação à outras categorias demográficas, especialmente se considerarmos verdadeira a premissa de que as elites se tornam representantes efetivas dos interesses das massas somente através de “processos de mobilização de grupos e deliberação na sociedade civil” (HTUN, apud BOAS, SMITH, 2019, p. 313, *tradução nossa*). Os ativistas pelos direitos das mulheres não gozam de uma infraestrutura tão conveniente quanto a dos grandes conglomerados religiosos, portanto não têm acesso à interação com grandes números de representados. Os autores alertam ainda para o fato de que os líderes da sociedade civil geralmente não desfrutam de grande coeficiente de autoridade e no caso das mulheres, integram redes sociais mistas (em relação ao gênero) o que desidrata um pouco seu potencial de mobilização por conta da heterogeneidade do grupo. Em relação às minorias étnicas os autores apontam circunstâncias potencialmente mais favoráveis em virtude de a concentração de

¹⁰ No original “*full-fledged class mass parties*”.

comunidades em territórios mais próximos favorecer a organização, formação de redes mais homogêneas e contato direto com lideranças, fortalecendo a autoridade destes. Não obstante, em se tratando de grupos mais dispersos essas vantagens se perdem e são acrescidas da dificuldade para a conjugação de suporte entre movimentos sociais representativos de diferentes recortes raciais, étnicos e de gênero, posto que estes tendem a ser mais estritamente focados nas próprias demandas. (2019, p. 313, *tradução nossa*)

A partir destas considerações, os autores entendem que no embate entre a congruência descritiva e de opinião e a influência partidária e territorial “depende da natureza das instituições políticas e da natureza demográfica dos grupos” (BOAS, SMITH, 2019, p. 313, *tradução nossa*). O cenário ganha novos contornos quando se trata de democracias jovens, para eles

Nas novas democracias, as expectativas divergem. (Nesses países) Organizações religiosas frequentemente tem maior capacidade de socialização que na Europa além de que a diversidade étnica e racial é geralmente maior. A representação proporcional envolve grandes e heterogêneos distritos eleitorais. Por fim, partidos genéricos e clientelistas predominam, levando à baixa probabilidade de congruência com linhas partidárias. A representação descritiva pode, portanto, prover uma base mais adequada para a congruência, particularmente em questões centrais e nos casos em que os grupos identitários estão bem organizados. (BOAS, SMITH, 2019, p. 314, *grifo nosso, tradução nossa*)

Analisando a congruência de opinião no caso particular do Brasil,¹¹ os autores fazem alguns apontamentos acerca das particularidades da jovem democracia e do sistema legislativo eleitoral brasileiro. Afirmam que há um consenso na responsabilização do sistema eleitoral pela insuficiência da representação democrática e a debilidade da congruência territorial e partidária, no entanto acreditam que a representação descritiva constitui um panorama mais elucidativo, visto que oferece maiores chances de congruência entre populações sub-representadas, como mulheres, negros, pessoas mais pobres e sobretudo evangélicos (2019, p.314, *tradução nossa*).

A falta de uma base marcada por recortes claros (um núcleo *sui generis*) entre os partidos brasileiros e alta adesão por autosseleção limitam as expectativas de congruência das mais diferentes linhas partidárias. Sublinha-se que não raro “os políticos tendem a escolher os

¹¹ Conforme informações do site pessoal da autora verificamos a extensa relação de sua pesquisa com a conjuntura política da América Latina, em especial a do Brasil. De acordo com a página "grande parte de seu trabalho atual versa sobre religião e política", porém informa também que parte substancial de seu trabalho contempla "comportamento de eleitores, opinião pública, eleições e representação nos países em desenvolvimento". Entre suas publicações encontramos "*Building a Sustainable Future in Brazil: Environment, Development, and Climate Change*" (Construindo um Futuro Sustentável no Brasil: Meio-ambiente, Desenvolvimento e Mudanças Climáticas, tradução nossa) e o já citado "*Religion and Brazilian Democracy: Mobilizing the People of God*" (Religião e a Democracia brasileira: mobilizando os fiéis, tradução nossa).
Fonte: < <http://amyericasmith.org/research/>>

partidos com base na ambição de carreira e o posicionamento frente ao governo em exercício em detrimento das posições políticas”, além disso, consideram que grande parte dos partidos brasileiros “também possuem pouca capacidade para socializar seus membros no sentido de uma visão de mundo mais abrangente” (BOAS, SMITH, 2019, p.314, *tradução nossa*).

O sistema proporcional adotado no país também não gera grandes expectativas de representação territorial – de acordo com os estudiosos, dado que a representação na Câmara dos Deputados é proporcional ao número de habitantes por Estado (com variações entre oito a setenta Deputados, atualmente) é provável que os representantes promovam medidas de estímulo ao desenvolvimento regional, no entanto “massas e elites oriundas do mesmo Estado não compartilham necessariamente dos mesmos interesses e identidades”. Declaram ainda que autosseleção nesse caso é improvável em um país de renda média como o Brasil, visto que mudanças de território estão mais associadas às questões econômicas do que políticas. (BOAS, SMITH, 2019, p.314, *tradução nossa*)

O núcleo empírico do estudo aqui analisado vai se concentrar sobre quatro camadas demográficas sub-representadas na política brasileira: mulheres, negros, evangélicos e pessoas de classe social mais baixa. A premissa capital é a de que “enquanto o sistema eleitoral brasileiro trabalha para minar a congruência de opinião e a qualidade da representação democrática”, a “representação descritiva constitui uma base alternativa para o alinhamento da elite e da opinião popular, especialmente entre grupos de populações marginalizados” (BOAS, SMITH, 2019, p.314, *tradução nossa*).

Conforme destacado pelos autores, no período de realização do estudo, o percentual de mulheres e pessoas negras na população brasileira era de 51% cada e que à época 89% dos brasileiros não possuíam ensino superior (critério adotado para a aferição da classe social), entretanto, estas categorias representavam um intervalo inferior a um quinto dos representantes, variando entre 8 e 19% dos legisladores eleitos. Evangélicos representavam 15 a 22% da população no período estudado e possuíam entre 6 e 12% do Congresso. Ainda que haja sobreposição entre estes grupos (maior proporção de mulheres e brasileiros negros entre evangélicos, por exemplo), os autores destacam que existem distinções suficientes para que os grupos sejam tratados separadamente. Não obstante, ressaltam que pode haver alguma congruência relacionada aos interesses materiais, “mulheres, afro-brasileiros e pessoas de classe sociais mais baixas têm potencial interesse em apoiar políticas de não-discriminação, ações afirmativas e políticas de redistribuição” (LUSTIG, VALENTE e BERRY, apud BOAS, SMITH, 2019, p. 315, *tradução nossa*).

Os autores deixam claro que para além da questão dos interesses materiais, a congruência depende de duas variáveis distintas: o potencial de autosseleção e a capacidade de socialização. “Autosseleção nas categorias de gênero, raça e classe é pouco comum e dificilmente baseada em posições políticas¹², especialmente quando a classe é operacionalizada em termos de educação” (BOAS, SMITH, 2019, p. 315, *tradução nossa*). Ainda de acordo com eles, movimentos organizados de mulheres e afro-brasileiros enfrentam dificuldades para promover a socialização em razão dos obstáculos estruturais para mobilização e organização, como dispersão geográfica e o mito da democracia racial (e outros fatores discutidos anteriormente). Em contrapartida há uma clara vantagem de grupos evangélicos tanto em relação à autosseleção quanto à socialização, posto que, de acordo com Boas e Smith,

Igrejas evangélicas são [...] particularmente bem equipadas para atingir a congruência através da socialização. Os pastores no Brasil não são tímidos ao discutir política (Smith 2019). Sermões frequentemente abordam homossexualidade, aborto e outras questões do cenário legislativo. Os fiéis evangélicos, além disso, são mais inclinados a seguir as orientações do clero em questões políticas (Boas e Smith 2015). A socialização provavelmente afeta os evangélicos em cargos públicos tanto quanto seus correligionários não eleitos. Além do mais, algumas denominações proeminentes exercem influência direta sobre “seus” políticos. A Igreja Universal do Reino de Deus reiteradamente seleciona membros para concorrer a cargos públicos, apoiar suas campanhas e instruir aos membros da igreja sobre como votar. Uma vez eleitos, estes políticos tendem a se considerarem representantes da igreja, mais do que do partido (2019, p. 315-316, *tradução nossa*).

Os dados utilizados no estudo foram coletados a partir dos resultados das três ondas do *Brazilian Legislative Surveys* e quinze pesquisas distritais do *Latinbarómetro*, *AmericasBarometer* e do 2010 *Brazilian Electoral Panel Study*, o período analisado compreende os anos de 2002 a 2013. Para medir a congruência os autores “focaram em sete áreas de sobreposição entre as pesquisas com populares e com elites: regime econômico (estadista *versus* livre mercado), posicionamento ideológico autodeclarado, aborto, casamento homoafetivo, ambientalismo, e cotas raciais e cotas sociais para admissão em Universidades” (BOAS, SMITH, 2019, p. 316, *tradução nossa*).

Não vamos nos aprofundar no detalhamento dos procedimentos metodológicos utilizados para a realização do estudo em questão. O tratamento matemático dos dados, a construção dos modelos e demais esclarecimentos podem ser revisados nos apêndices do estudo original, disponível para *download* em endereço indicado na publicação original (ver endereço indicado nas referências). A fim de manter a brevidade e fluidez vamos nos concentrar sobre a

¹² No original “*policy attitudes*”.

análise parcial de alguns resultados apresentados e nas conclusões do artigo, pontos mais significativos para esta pesquisa.

A função de distribuição cumulativa para massas e elites foi adotada como parâmetro para análise da congruência entre representantes políticos e eleitores nas mais diversas categorias. Foram analisadas categorias demográficas (evangélicos, mulheres, negros e pessoas que não possuem curso superior), e incluídas variáveis para a descrição de preferências partidárias (PT, PMDB e PSDB) e geográficas (São Paulo e Minas Gerais). A plotagem dos dados mostra maior alinhamento entre as categorias demográficas do que entre as demais, chama atenção o fato de que

Entre as categorias de representação descritiva, evangélicos frequentemente se destacam em termos de congruência. Nas três áreas – regime econômico, posicionamento ideológico e aborto – os evangélicos são os mais próximos dos seus eleitores, numa quarta, casamento homoafetivo, estão logo atrás das pessoas que não possuem curso superior (*lembrando que esta foi a medida utilizada para parametrizar a classe social*). As exceções dizem respeito ao ambientalismo, nos quais os grupos evangélicos estão situados na metade¹³ e nas duas formas de ações afirmativas (*cotas raciais e sociais*), nas quais são o grupo demográfico mais distante. (2019, p. 319, grifo nosso)

A comparação das diferenças de congruência entre categorias demográficas em relação às partidárias e territoriais foi realizada por meio de uma regressão por mínimos quadrados ponderados, com os dados dispostos em pares “massa-elite”. Os resultados da regressão confirmam a hipótese de que a representação descritiva “frequentemente leva a maiores níveis de congruência do que a representação partidária ou territorial” (BOAS, SMITH, 2019, p.320). Os autores fazem uma ressalva para o fato de que no caso de algumas categorias como o aborto ou as questões ambientais o volume (insuficiente) dos dados pode ter alguma interferência, “no entanto, onde as diferenças de coeficiente são mais significativas, estes são principalmente negativos, o que significa que o par demográfico gera mais congruência do que uma combinação partidária ou territorial. Cotas baseadas em raça e classe no ensino superior são exceções, nas quais representação partidária se sai comparativamente bem” (BOAS, SMITH, 2019, p.320-321). É particularmente notável que

[...] os evangélicos se sobressaem com mais frequência entre as categorias descritivas. Eles são significativamente mais congruentes do que as correspondências territoriais

¹³ Conforme observado pelos autores, a função da distribuição cumulativa é calculada a partir da área da curva dada pela integral definida no intervalo de 0 a 1, de modo que zero representa o total alinhamento entre as opiniões das massas e elites e 1 representa total divergência, ou seja, quanto mais próximo de zero, maior o alinhamento de opinião entre massas e representantes eleitos e quanto maior a área (mais próximo de 1) maior a divergência de opiniões.

e partidárias no que diz respeito à ideologia, aborto e casamento homoafetivo, embora sejam significativamente menos congruentes nas duas questões de ação afirmativa. [...] Tanto para o aborto quanto para o casamento homoafetivo, os legisladores e os cidadãos evangélicos estão sobre meio desvio padrão mais próximos uns dos outros do que as elites e massas do mesmo partido, e cerca de um terço de um desvio padrão mais próximo do que aqueles do mesmo estado. Para ideologia, são cerca de um quarto e um sétimo de um desvio padrão mais próximo, respectivamente. (BOAS, SMITH, 2019, p. 321, *tradução nossa*)

Dados o resultado da comparação acima, os autores “supõe que os evangélicos seriam a categoria mais congruente de representação descritiva por duas razões principais: o potencial de autosseleção por meio da conversão e a capacidade das igrejas de socializar as massas e elites, que devem alinhar opiniões sobre outras questões”. O exame das duas hipóteses formuladas segue o entendimento de que “se a autosseleção leva a altos níveis de congruência de um grupo, pode ser porque concordar com a elite influencia a decisão de ingressar no grupo ou porque a discordância afeta a decisão de sair” (BOAS, SMITH, 2019, p.321). Porém, alertam para o fato de que existe uma assimetria muito grande entre adesões e deserções da fé entre evangélicos, de tal maneira que o número de novos convertidos supera e muito o de dissidentes. Esse fato permite inferir que

É um fato que poucos evangélicos estão deixando a fé, seja porque discordam das elites ou por quaisquer outras razões. Portanto, se a autosseleção é o mecanismo subjacente à congruência evangélica, seria necessário que os recém convertidos estivessem mais próximos da opinião da elite do que os evangélicos mais antigos, tornando o credo como um todo mais congruente pelo ato de conversão. No entanto, [...] o posicionamento de ambos os grupos é indistinguível um do outro de acordo com as pesquisas *Pew* de 2006 e 2014¹⁴. Nas áreas mais relevantes - preferência de regime econômico, ideologia, aborto e casamento homoafetivo - não há diferenças de atitude entre evangélicos mais longevos e recém convertidos. [...] Concluímos que a autosseleção por meio de conversão não explica a maior congruência de opinião dos evangélicos no Brasil. (BOAS, SMITH, 2019, p. 321, *tradução nossa*)

Descartada esta hipótese, restava testar os efeitos da socialização para a convergência das opiniões entre crentes das elites e das massas. Para avaliar esta questão os pesquisadores voltaram sua atenção à pesquisa realizada como parte do Projeto *Churches North and South Project*¹⁵ que entrevistou frequentadores de oito igrejas católicas e evangélicas da cidade de Juiz de Fora no estado de Minas Gerais, além do público em geral em locais próximos de centros de saúde e *shoppings centers* (2019, p.321, *tradução nossa*).

Se os esforços de socialização das igrejas explicam os níveis de congruência acima da média entre evangélicos, temos várias expectativas. Em primeiro lugar, devemos encontrar confirmação de que as questões em que os evangélicos são altamente

¹⁴ Modelo aplicado sobre dados da pesquisa realizada pelo *Pew Forum on Religion and Public Life*: “*Spirit and Power: A 10-Country Survey of Pentecostals*” (2006) and “*Religion in Latin America*” (2014).

¹⁵ Projeto Igrejas de Norte a Sul.

congruentes são as mesmas que os pastores mais enfatizam em suas pregações. Em segundo lugar, se os pastores evangélicos estão orientando com sucesso o rebanho, devemos ver menor variação na postura em relação às questões priorizadas dentro congregações evangélicas do que em congregações católicas ou grupos comparáveis oriundos do público em geral. Em questões que não são o foco dos esforços de socialização, não esperamos que a opinião evangélica varie menos do que a de outros grupos (2019, p. 322, *tradução nossa*).

A pesquisa mostra que homossexualidade e aborto (nos quais a congruência é alta) são temas mais frequentes nas pregações dos pastores evangélicos do que a proteção ao meio-ambiente, por exemplo (que apresenta baixa congruência). Conforme relatado pelos autores, na questão particular da homossexualidade a socialização (discussão) é muito mais elevada entre evangélicos do que entre católicos, ao contrário de temas como racismo e ambientalismo (2019, p.322). A variância de posicionamento entre as diferentes congregações também foi mensurada a partir de um modelo de regressão, resultados confirmam a hipótese de que

[...] a variação de posicionamento em relação ao casamento homoafetivo é muito menor em congregações evangélicas do que dentro das congregações católicas ou em relação ao público em geral. Os evangélicos também têm a menor variação em relação ao aborto, muito embora a diferença só seja significativa se comparada ao público em geral. A despeito disso, não há diferenças na variação de juízos relativos às questões ambientais, no que diz respeito ao racismo, as atitudes dos evangélicos são significativamente mais dispersas do que em relação às do público em geral. (2019, p.323, *tradução nossa*)

A forte correlação dos dados ratifica e embasa empiricamente a postulação óbvia de que as igrejas evangélicas atingem maior congruência entre as opiniões dos fiéis e seus representantes políticos a partir da socialização em questões privilegiadas nos sermões. Os autores concluem o artigo fazendo um balanço dos resultados e levantando questões importantes a serem avaliadas em decorrência das consequências dessa conclusão para o futuro da democracia no Brasil e na América Latina. Salientamos aqui uma colocação especialmente importante para o nosso objetivo nesta pesquisa, concluem os autores:

Nossa análise dos dados de pesquisa de massas e elites no Brasil mostram que, em uma variedade de áreas temáticas, a congruência é quase sempre maior para legisladores e cidadãos de um ou mais grupos demográficos historicamente sub-representados do que para os do mesmo estado ou partido. Em alguns casos, os interesses centrais podem estar em jogo, como no caso de classes ou raças preferências no ingresso na universidade. No entanto, a socialização é importante para a congruência em uma ampla gama de questões, e os cristãos evangélicos se destacam. Examinando pesquisas originais de clérigos e congregações, argumentamos que a congruência evangélica depende se os pastores priorizam uma questão em sua pregação, o que efetivamente orienta as massas, ou discute-o com menos frequência, o que permite que opiniões heterogêneas persistam (2019, p. 323).

A questão da laicidade do Estado se impõe fortemente se admitirmos que existe uma correlação entre as idiossincrasias da prática religiosa neopentecostal e os rumos da representação política no país. A pesquisa de Boas e Smith (2019) mostra que os conglomerados neopentecostais contam com algumas vantagens para concretizar o processo de socialização dos seus fiéis quando comparados com outras categorias de representação demográfica, e mostra também que este processo de socialização de determinados temas está tendo reflexos diretos na esfera política. Mais do que um lugar do exercício da liberdade religiosa pessoal, os púlpitos estão se tornando um espaço de manipulação do imaginário social de uma parcela da população que não para de crescer.

Baczko (1985) nos alertou acerca da potência dos artifícios da comunicação de massas, outra aposta dos grandes grupos neopentecostais do país. A presença maciça dos embaixadores da teologia da prosperidade em canais de televisão é um fenômeno que evidencia a amplitude do poder econômico e do domínio sobre os canais de difusão de informação e consequentemente, de formatação do imaginário social dos consumidores de conteúdo. As “funções performativas do discurso” de acordo com termo cunhado por Baczko, ficam bastante evidentes a partir da retórica grandiloquente dos pastores e seus rituais hiperbólicos como curas e exorcismos, e podemos inferir que estas técnicas são utilizadas como forma de mobilização dos afetos a fim de atingir aquilo que Baczko denominou “apelos imperativos ao respeito e à obediência”.

A pesquisa de Boas e Smith (2019) evidencia o alcance da dimensão normativa dos imaginários demarcada por Baczko (1985), uma vez que a socialização encenada nos púlpitos transcende a relação do indivíduo consigo mesmo e com as próprias convicções morais, fazendo com que os valores ali insuflados se reflitam nas ações e escolhas deste grupo particular. A pregação se torna um embrião de atividade tanto na esfera privada quanto na esfera política, constituindo, portanto, uma forma de sequestro do imaginário social e um poderoso meio de mineração de poder político. Apesar disso, mesmo com toda força e infraestrutura da congregação neopentecostal, as reflexões de Baczko evidenciam que todo poder tem de imaginar e conquistar sua própria legitimidade. Vamos explorar os estudos da americana Wendy Brown (2020), posto que estes fazem apontamentos interessantes no sentido de desvelar os mecanismos que justificam intrusões antidemocráticas cada vez mais frequentes na esfera pública e os ataques deliberados à proteção oferecida pela ideia de justiça social.

2.3 Neoliberalismo e a justificativa da violência simbólica e da exclusão no imaginário social

Até agora discutimos os pormenores da dinâmica por trás da construção e das disputas pelo imaginário social, além de esquadriharmos os meios através dos quais o imaginário instrumentalizado, sobretudo por meio da socialização vinculada à dogmática religiosa, convertendo-se em alinhamento de opinião, representação política e, conseqüentemente, fortalecimento de determinados grupos sociais. Nesta seção vamos analisar a conjuntura que produziu as condições para que esta dinâmica se estabelecesse, desde a calcificação das políticas neoliberais até as investidas contra o estado de bem estar social e o atual recrudescimento do extremismo e do fundamentalismo cristão no mundo ocidental.

Há um argumento subjacente à expansão do conservadorismo que desloca, no imaginário social, a tutela do Estado em relação a proteção das minorias étnicas, raciais e sexuais, redesenhando uma esfera na qual este não tem o direito de intervir, nem mesmo para garantir a integridade física, a liberdade individual nas expressões de foro íntimo, sequer o acesso a direito civis que são naturalmente assegurados à parcela da população que não compõe estas minorias. Para os entusiastas deste argumento, qualquer ação do Estado em direção à inclusão e a proteção de grupos minoritários seria uma violação à liberdade de expressão e/ou da liberdade religiosa e da tradição moral baseada na ética cristã e num conjunto de valores partilhados e reificados por uma fração supostamente dominante (não necessariamente majoritária) da população.

Essa percepção se concretiza nos ataques às ações afirmativas especialmente à política de cotas raciais e sociais para ingresso às Universidades Públicas ou o preenchimento de cargos públicos na Administração Direta e Indireta, mas passa também pelas investidas às políticas públicas de redistribuição e garantia de acesso aos serviços mais básicos às pessoas em situação de rua ou de vulnerabilidade social. O fortalecimento da racionalidade neoliberal e narrativa da meritocracia que ganhou fôlego nos últimos anos tem uma relação íntima com os ataques desferidos à esfera social e ao conceito de sociedade e também com a ideia de uma “esfera pessoal protegida”, uma suposta inviolabilidade de privilégios de expressão e exploração que vamos detalhar na sequência.

Na obra *Nas ruínas do neoliberalismo – a ascensão da política antidemocrática no ocidente* – publicada no Brasil em 2020 – Brown¹⁶ explicita com grande rigor os meios através

¹⁶ De acordo com o site da Editora Politeia, responsável pela tradução e publicação de “Nas ruínas do neoliberalismo: a ascensão da política antidemocrática no ocidente”, Wendy Brown é uma filósofa e teórica política norte-americana e professora da Universidade da Califórnia, além de ser uma das analistas mais refinadas

dos quais “a racionalidade neoliberal preparou o terreno para mobilizar e legitimar forças ferozmente antidemocráticas na segunda década do século XXI” (BROWN, 2020, p. 16). Ao refazer o caminho pelo qual o Estado social vem sendo desfigurado, Brown estabelece a igualdade política como condição fundamental para o exercício da democracia, de modo que assimetrias de poder como a desigualdade social, representam ameaças à consolidação plena do regime democrático. “Segundo o critério da igualdade política, aquilo que se costuma chamar, de modo variado, de democracias liberais, burguesas ou capitalistas nunca foram democracias plenas” (BROWN, 2020, p. 34). Mesmo reafirmando esta contradição, o Estado social é visto como um contrapeso, uma compensação à disparidade de poder político resultante das desigualdades, além de constituir um espaço de expressão dos direitos políticos (2019, p.9-38).

A justiça social é o antídoto essencial para as estratificações, exclusões, abjeções e desigualdades outrora despolitizadas que servem ao privatismo liberal nas ordens capitalistas e é, em si mesma, uma réplica modesta à impossibilidade da democracia direta entre grandes Estados-nação ou em seus sucessores pós-nacionais, como a União Europeia. Mais do que uma convicção ideológica, a justiça social – a modulação dos poderes do capitalismo, colonialismo, raça, gênero e outros – é tudo o que se põe entre manter a promessa (sempre não cumprida) da democracia e do abandono generalizado dessa promessa. O social é o local em que somos mais do que indivíduos ou famílias, mais do que produtores, consumidores ou investidores econômicos e mais do que meros membros da nação. (BROWN, 2020, p. 38)

É esta imagem do social que será sistematicamente atacada pela racionalidade neoliberal numa tentativa de empurrar a justiça social ao descrédito, insuflando no imaginário a ideia de que “a preocupação com o social é a assinatura de todas as tentativas mal concebidas de controle da existência coletiva, símbolo da tirania” (BROWN, 2020, p.41). A miragem de um Estado perigosamente poderoso vai ser consolidada e fundamentada pela perspectiva teórica do economista austríaco Frederich Hayek. Para Hayek a sociedade “não surge do sentimento comum ou da busca comum organizada, mas de indivíduos que seguem regras de conduta que emanam dos mercados e das tradições morais” (BROWN, 2020, p.42), ou seja, para ele a sociedade não é resultado de processos articulados racional e intencionalmente, mas o resultado de uma ordem anterior a razão, originada por uma espécie de geração espontânea e estabelecida naturalmente, sem a necessidade de coerção, tal qual as dinâmicas de mercado. Brown sintetiza esta ideia afirmando que, para Hayek,

do neoliberalismo. Ainda de acordo com informações da editora, neste livro, ela traça a ambição da extrema direita de substituir a ordem democrática pela disciplina dos mercados e a solidariedade democrática pela moralidade sectária, racista e tecnocrata. Nesse quadro, a família ressurgue como núcleo moral e econômico fundamental ao projeto neoconservador e ultracapitalista.

Fonte: <<https://editorapoliteia.com.br/nas-ruinas-do-neoliberalismo/>>

O mercado e a moral, portanto, não são nem compatíveis com nem opostos à razão, não são racionais nem irracionais. Eles perduram e são válidos porque surgem “espontaneamente” evoluem e se adaptam “organicamente”, unem os seres humanos independentemente das intenções e estabelecem regras de conduta sem depender da coerção ou punição estatais. Tanto o mercado quanto a tradição moral geram uma ordem dinâmica, e não estática, e criam novos “poderes humanos que de outra forma não existiriam” (BROWN, 2020, p. 44).

Em tempo vamos retornar ao tratamento e importância que Hayek dá às tradições morais, por enquanto, é necessário pôr em evidência a estreita ligação que estas compartilham (de acordo com ele) com as dinâmicas de mercado. Ao sugerir que ambas têm origem espontânea, quase como leis naturais, Hayek se esforça por legitimar tanto o conjunto de leis morais forjados por uma classe dominante, quanto as condições da competição no mercado, ao mesmo tempo em que deslegitima a ideia do social e da busca por justiça social como formas de intervenção e coerção que violam a autenticidade das leis morais e da liberdade de mercado. Brown afirma que

Agora estamos em condições de entender o que Hayek considera tão perigoso nos “guerreiros da justiça social” que recriariam o mundo de acordo com um plano racional ou com um grande cálculo moral. Eles recorrem à “ilusão fatal” da sociedade e ao princípio equivocado da igualdade para atacar os pilares gêmeos da civilização: a moralidade tradicional e mercados competitivos. (BROWN, 2020, p. 47)

Para Brown, a campanha do neoliberalismo contra o social e a vinculação deste com uma forma de coerção passou a promover uma reconfiguração do liberalismo: enquanto enfraquecia o discurso estatal, também desafiava a ideia de igualdade (2019, p.53). Brown analisa cada um dos eixos da erosão da democracia ocidental, o primeiro deles justamente o esmagamento do ideal de justiça e proteção social, o segundo, o destronamento da dimensão política e o terceiro, a hipertrofia da proteção à esfera pessoal. Aniquilar a legitimidade da ideia de proteção social é fundamental para que a racionalidade neoliberal se imponha, visto que “se não existe tal coisa como a sociedade, mas apenas indivíduos e famílias orientadas pelo mercado e pela moral, então não existe tal coisa como um poder social que gera hierarquias, exclusão, violência, tampouco há subjetividade nas condições de classe, gênero ou raça” (BROWN, 2020, p. 53). Para a autora o ataque neoliberal ao social legitima a desigualdade e permite um ataque aos sujeitos mais vulneráveis (2020, p. 54).

Quando a alegação de que “a sociedade não existe” se torna senso comum, ela torna invisíveis as normas e as desigualdades sociais geradas pelos legados da escravidão, do colonialismo e do patriarcado. Isso autoriza a privação efetiva de direitos (e não apenas o sofrimento) produzida pela falta de moradia, de assistência médica e de

educação. E permite ataques em nome da liberdade ao que quer que tenha sobrado do tecido social. (BROWN, 2020, p. 55, grifos da autora)

O *insight* de Brown ilumina o mecanismo por meio do qual a ideologia neoliberal foi capaz de conjugar as forças de uma “direita raivosa” para drenar a legitimidade da proteção social contra a desproporção de poder político e destruir o conceito de sociedade. Ao fermentar o conservadorismo associado ao resgate do prestígio da tradição moral conservadora e canonizar o livre mercado dotando-o de uma origem autóctone e, portanto, de legitimidade suprema; corrói as bases da justiça social e do ideal de equidade, posto que essa última se torna uma prática despótica e contrária à ordem e sobretudo, à liberdade. A autora afirma que

A liberdade sem sociedade destrói o léxico pelo qual a liberdade torna-se democrática, combinada com a consciência social e aninhada na igualdade política. Liberdade sem sociedade é puro instrumento de poder, despida de preocupação com os outros, o mundo ou o futuro.

A redução da liberdade à licença pessoal não regulada no contexto de repúdio ao social e do dismantelamento da sociedade faz ainda outra coisa: consagra como livre expressão todo sentimento histórico e politicamente gerado de arrogância (perda) baseada na branquitude, masculinidade ou nativismo, enquanto nega que estes sejam produzidos socialmente, desatrelando-os de qualquer conexão com a consciência, compromisso ou consequências sociais. A arrogância perdida dos privilégios da branquitude, masculinidade e nativismo é então facilmente convertida em ira justificada contra a inclusão social e a igualdade política dos historicamente excluídos. Essa raiva, por sua vez, torna-se a expressão consumada da liberdade [...]. Com a igualdade e a solidariedade social descreditadas e com a negação da existência de poderes que reproduzem as desigualdades, abjeções e exclusões históricas, o supremacismo masculino branco ganha assim nova voz e legitimidade no século XXI. (BROWN, 2020, p. 57-58, grifo nosso)

Além de desvelar o dogma que deu passe livre ao discurso de ódio na esfera política, Brown também alerta para a necessidade de manter vivo o imaginário político do social. No início deste capítulo trouxemos uma contundente afirmação feita por Baczko ao alertar que os imaginários coletivos são os responsáveis pelo despertar dos movimentos de revolução, na medida em que tornam virtualmente possível imaginar (portanto, desejar) uma nova ordem ou pensar outras legitimidades para os poderes que nos governam. Brown converge com essa ideia ao afirmar que

À medida que o social desaparece de nossas ideias, discurso e experiência, ele desaparece de nossas visões do futuro, tanto utópicas quanto distópicas. Imaginamos futuros nacionalistas autoritários, futuros virtualmente ligados em rede, futuros tecnocráticos, futuros anarquistas, futuros cosmopolitas transnacionais e futuros fascistas. Falamos em termos vagos da “multidão” ou “dos comuns”, sem a democratização concreta dos poderes que eles abrigam e pelos quais eles seriam guiados. Nenhum deles visa inventar possibilidades do governo democrático para o século XXI, alcançado e apoiado em parte pela democratização do poder social. Nenhum opera no âmbito do poder social, mesmo que esse poder continue a gerar

dominação, exploração, exclusão e abjeção. E nenhum nos reúne enquanto sociedade para deliberar sobre ela e governá-la em comum (BROWN, 2020, p. 65-66, grifos da autora).

Com esta afirmação Brown autentica a proposição de Baczko ratificando a importância da imaginação social na busca por um futuro mais democrático e representativo. Brown destaca o quanto somos capazes para imaginar uma multiplicidade de cenários diferentes, situados num espectro amplo de possibilidades, porém ela nos alerta para o progressivo abandono da esfera social nas nossas representações coletivas. Baczko nos diz que não podemos separar os agentes das imagens e da bagagem de referências que estes carregam ao capitanear mudanças e revoluções, donde podemos concluir que se a dimensão do social progressivamente deixa de povoar nossas representações coletivas de futuro é cada vez menos provável que seja uma parte integral deste futuro.

Brown expõe a face semioculta do neoliberalismo moderno ao denunciar o fisiologismo da associação entre liberalismo econômico/tradicionalismo moral, esta primeira sendo sua faceta mais familiar, a segunda teorizada por diferentes abordagens como mero complemento, hibridismo, ressonância, convergência ou caso de exploração mútua com a primeira (2019, 109-118). Para a autora “nenhuma delas, no entanto, apreende o lugar da moralidade tradicional – tanto assegurando a família quanto dela emanando – dentro da racionalidade neoliberal” (BROWN, 2020, p. 118). Brown afirma que Hayek foi o teórico mais bem sucedido no sentido de “reincorporar o sujeito proletarizado à autoridade e provisão da família” (BROWN, 2020, p. 118) desonerando o Estado e guarnecendo o discurso meritocrático.

De acordo com a autora, Hayek ajudou a forjar um conceito quase orgânico para tradição, como vimos anteriormente, ele concebe a liberdade econômica e moral como fenômenos estruturais básicos, por conseguinte, precisamos detalhar o que exatamente Hayek entende por “liberdade”. Brown reconstrói esta ideia de forma bastante precisa e didática:

Para Hayek, a liberdade exige a ausência da coerção explícita por outros seres humanos, quer esta coerção seja direta, quer seja exercida por meio de instituições políticas. Liberdade para Hayek não é emancipação, não é o poder de pôr em prática a vontade individual e não é uma licença. De fato, não é sequer escolha. É mais importante ainda, também não se trata de independência em relação às tradições que geram regras de conduta e em relação aos hábitos de segui-las. Em um de seus cadernos, Hayek escreve: “a coibição é uma condição, e não o oposto da liberdade” (BROWN, 2020, p.119, grifos da autora).

Percebe-se que para o economista a liberdade pressupõe independência total de qualquer forma de coerção, porém está fundada sobre um princípio de coibições, nomeadamente aquelas “aceitas comumente pelos membros do grupo no qual prevalecem as regras da moral”

(HAYEK, *apud* BROWN, 2020, p. 118), não é por acaso que Brown destaca uma nota particularmente reveladora do autor: “a demanda por ‘liberação’ em relação a estas coibições é um ataque a toda liberdade possível entre os seres humanos” (HAYEK, *apud* BROWN, 2020, p. 118).

Concebida desta maneira a liberdade se torna a pedra de toque dos ataques à justiça social e a proteção dos socialmente vulneráveis. Se “a liberdade mais do que limitada pela tradição moral, é em parte constituída por ela. Inversamente, a liberdade moral, mais do que desafiada pelos esquemas de justiça impostos politicamente é destruída por eles. Este quadro prepara o terreno para o desmantelamento da democracia robusta em nome da liberdade e dos valores morais” (BROWN, 2020, p. 120). Com exceção da definição de liberdade, essas ideias não são novas, já as apresentamos anteriormente nesta mesma seção, sabemos que para Hayek toda forma de isonomia e equidade pautadas por demandas políticas de redistribuição e inclusão constituem uma afronta a liberdade moral/de mercado. O que não está explicado até o momento é a forma como estas ideias se capilarizaram no imaginário social e produziram as condições favoráveis a sua consolidação.

Se, como quer a teoria hayekiana a moralidade e o mercado são manifestações de uma tradição que emerge espontaneamente, então não são fruto de nenhum *design* inteligente ou arquiteto que age no sentido de impor ou assegurar essa tradição (BROWN, 2020, p. 123), no entanto Hayek reconhece que “é a religião que quase sempre a codifica e a transmite” (BROWN, 2020, p. 123-124), de outra maneira,

Como seria possível que tradições das quais as pessoas não gostam ou que não compreendem, cujos efeitos elas normalmente não apreciam e não podem ver nem prever, e as quais ainda estão combatendo fervorosamente, continuem a ser transmitidas de geração em geração? [...] Nós devemos a persistência de certas práticas e a civilização que resultou delas em parte ao suporte de crenças que não são verdadeiras [...] no mesmo sentido em que as demonstrações científicas o são. (HAYEK *apud* BROWN, 2020, p. 124)

Enquanto advoga pela suposta legitimidade da desigualdade social (o jogo tem ganhadores e perdedores), Hayek lança mão da autogênese da tradição e da dinâmica de mercado para posteriormente reconhecer que estas estruturas só se reproduzem por meio do maquinismo religioso. O mais curioso é que ele mesmo qualifica essas tradições como “verdades simbólicas”, afirmando ainda assim que estas são “superiores ao “delírio racionalista” de que podemos usar nossa razão para projetar ordens morais” (BROWN, 2020, p. 124, grifos da autora). Ainda de acordo com Brown, apesar de atribuir papel fundamental à religião, Hayek não compactua com o animismo e a ideia de um desígnio superior e vontade

soberana por trás da instituição da tradição, pelo contrário, para ele, “a necessidade lógica de crença em uma fonte ilimitada de poder simplesmente não existe” (HAYEK apud BROWN, 2020, p. 125), não obstante, Hayek defende que

A fonte básica da ordem social, [...] não é uma decisão deliberada de se adotar certas regras comuns, mas a existência, entre as pessoas, de certas opiniões sobre o que é certo e o que é errado. O que possibilitou a Grande Sociedade não foi uma imposição deliberada de regras de conduta, mas o crescimento de tais regras entre homens que quase não tinham uma ideia de qual seria a consequência de sua prática geral. (HAYEK apud BROWN, 2020, p. 125)

Dessa forma Hayek busca cancelar a valência positiva de uma “vontade divina inscrita na soberania política” (BROWN, 2020, p. 125), para Brown, o efeito direto desta dinâmica é o esvaziamento da soberania da esfera política autenticada pelo interesse público e a transferência desta soberania à normativa religiosa (2019, p. 125).

O político [...] fica limitado a gerar regras aplicadas universalmente (que são elas mesmas as melhores possíveis quando são codificações de normas que emanam da tradição) e técnicas que têm a característica de serem práticas, muito mais do que verdadeiras. A tradição assegurada pela religião, por outro lado, assume o manto de incontestabilidade e de verdade simbólica ao mesmo tempo em que serve como um limite ao político. Esta formulação explica uma vertente da racionalidade que organiza nosso predicamento atual: a verdade suprimida da vida política é transferida para declarações morais ou religiosas enraizadas na autoridade da tradição. O efeito é dissociar a verdade da responsabilidade [*accountability*] (uma receita do autoritarismo), contestar a igualdade e a justiça por meio da tradição, e eliminar a legitimidade da soberania popular (BROWN, 2020, p. 125-126, *grifo da autora*).

Se a soberania derivada das tradições religiosas não pode ser atribuída a uma entidade superior; a tradição moral e as dinâmicas de mercado são geradas espontaneamente e tampouco o Estado pode ser o manancial da moralidade (sob pena de violar a legitimidade da liberdade), devendo atuar somente como garantidor dos pré-requisitos da vida moral (liberdade, propriedade, regras universais de justiça e deferência política à tradição). Nesse caso, para que o Estado possa “resgatar os princípios morais tradicionais” sem legislar sobre eles, garantir a autoridade da tradição sem profanar sua “natureza orgânica e seu voluntarismo” e “minimizar a coerção política ao assegurar o governo pela tradição” (2019, p. 127-128), Hayek oferece três técnicas:

[...] limitar o poder legislativo a gerar regras universais e excluí-lo de fazer políticas de interesse público; desacreditar qualquer discurso de justiça social como disparatado e totalitário; expandir o que Hayek chama de “esfera pessoal protegida” para estender a alçada da moralidade tradicional para além dos confins da igreja e da família. Juntas, estas três técnicas garantem um lugar e um poder social às reivindicações da tradição e de suas liberdades peculiares, ao mesmo tempo em que restringem reformas

enraizadas no racionalismo, no planejamento ou em outras formulações não orgânicas do bem. Juntas, elas promovem a moralidade tradicional e o mercado ao mesmo tempo que contêm o alcance do político e restringem as reformas democráticas da sociedade. (BROWN, 2020, p. 127-128)

Brown afirma que a “esfera pessoal protegida” é tanto “um limite quanto uma espécie de ação estatal” (BROWN, 2020, p. 128) e que a sua expansão consiste na ampliação do domínio sobre o qual o poder estatal não deve interferir (domínio este que vai desde a proteção à propriedade privada até os bens intangíveis e liberdades de foro íntimo), ao mesmo tempo em que delega ao Estado a tarefa de atuar como fiador das condições necessárias para que a dobradinha tradição moral/mercadológica possa triunfar (legislação sobre propriedade, casamento, contratos e herança) (2019, p. 131). Brown afirma (2019, p. 129) que ao expulsar o poder coercitivo do Estado, Hayek exclui a coerção das demandas por igualdade e proteção social, e desta maneira “liga a liberdade com a difusão dos costumes tradicionais para além da família e da esfera privada de culto” (BROWN, 2020, p. 129). A expansão da esfera pessoal protegida se torna o princípio fundamental para corroer a legitimidade do social aos olhos do imaginário social, conforme destaca Brown,

Aqui, devemos nos lembrar do que está em questão na busca pela reivindicação da sociedade organizada democraticamente com normas e códigos de conduta derivados do mercado e das tradições morais. A respeito das “convenções e costumes do intercambio humano”, protegidos pela tradição, escreve Hayek, “as regras morais são as mais importantes, mas de modo algumas únicas significativas”. Pelo contrário, estão em jogo coisas como normas heteropatriarcais e formas familiares; normas e enclaves raciais; posse de propriedade e acumulação, retenção e transmissão de riqueza – em suma, tudo aquilo que reproduz e legitima poderes e ordenações de classe, parentesco, raça e gênero. (BROWN, 2020, p. 130, grifos da autora)

Avaliando a efetiva materialização do neoliberalismo, Brown afirma que os desejos de Hayek não se concretizaram por inteiro, uma vez que a esfera moral foi parcialmente rejeitada fazendo com que a privatização econômica se tornasse a face reconhecível do neoliberalismo. No entanto, ela define a esfera pessoal protegida como outra face do privatismo neoliberal – oculta, porém, dotada de muita força – “na verdade elas operam juntas, conceitual e praticamente: o desmonte da provisão pública vai rotineiramente de par com normas da esfera privada estendida para deslegitimar o conceito de provisões de bem-estar social e o projeto de democratização dos poderes sociais de classe, raça, gênero e sexualidade” (BROWN, 2020, p. 132-133).

Brown levanta exemplos recentes de embates que tomaram lugar na sociedade americana, nos quais fica bastante notável a forma como essa dinâmica serviu aos interesses de

grupos religiosos fundamentalistas que, alegando direito à liberdade individual plena estão promovendo ataques aos mais diversos dispositivos legais de proteção de minorias e promoção de igualdade, com notável destaque para os avanços conquistados no campo dos direitos sexuais e reprodutivos. O “direito” de empresas e agências de adoção discriminarem clientes LGBTQIA+ é um exemplo de como “os direitos são a ponta de lança com a qual os compromissos democráticos com a igualdade, a civilidade e a inclusão são contestadas nas batalhas legais neoliberais. Mas as forças por trás deles, que realizam incursões contra a sociedade e a democracia, são os valores e reivindicações do mercado, combinados com aqueles do familismo heteropatriarcal cristão” (BROWN, 2020, p.140).

Ainda que a concepção teórica neoliberal tenha colaborado com a criação de condições favoráveis para sua implementação, Brown afirma que a infiltração da moralidade cristã conservadora na esfera pública é uma ruptura com as raízes orgânicas e com a geração espontânea proposta por Hayek (2019, p. 141). Ainda que possamos apontar um sem número de contrastes e diferenças entre a jovem e frágil democracia brasileira e a longa e tão amplamente enaltecida consistência da democracia americana (narrativa parcialmente retorquida pela invasão do Capitólio em 06 de janeiro de 2021), é inegável que este desgaste começa a mostrar refluxo também na arena política brasileira.

Figura 1 - “Minorias Mimadas Autoritárias”



Foto de Valter Campanato para o Le Monde Diplomatique Brasil
 Fonte: < <https://diplomatique.org.br/neopentecostais-e-o-projeto-de-poder/> >

A fotografia acima é um registro de um protesto de grupos evangélicos realizado em frente ao Congresso Nacional no ano de 2017. Os discursos que acusam as minorias de autoritarismo e vitimismo encobrem um projeto de poder que segue a mesma dinâmica descrita por Brown: destruição da esfera social e subjugação da esfera política sob pretexto de exercício

da liberdade individual plena e da livre concorrência de mercado. Esse discurso obedece à lógica examinada por Baczkó: excitar a produção de uma contra-legitimação, nesse caso, cimentada na tradição moral conservadora cristã com a finalidade de combater a proteção social reclamada por grupos minoritários específicos a pretexto do direito à liberdade individual, religiosa ou de mercado.

A pesquisa de Smith e Boas demonstrou a importância da socialização de temas particulares para a concretização desse processo. O alinhamento das opiniões entre eleitores e representantes dos setores evangélicos apresenta convergência deliberadamente engendrada em questão de direitos reprodutivos e em matéria de gênero e sexualidade. Geralmente quando pensamos em proteção social a primeira imagem que nos vem à cabeça é a da assistência social contra as disparidades de classe, não obstante, diversos dispositivos que visam garantir paridade entre gênero e raça – sejam os que ainda estão em disputa ou aqueles que foram conquistados em um passado recente através da luta incansável dos movimentos sociais – estão sendo sistematicamente atacados, correndo risco de ficarem de fora das nossas representações de futuro.

Se analisarmos as premissas propostas por Baczkó e os pontos levantados por Brown, podemos inferir que a guerra contra os avanços dos direitos civis, direitos reprodutivos, contra a igualdade racial e a liberdade sexual, camuflam interesses muito mais profundos e opressivos. O ataque ao social pelo flanco da tradição moral, da família tradicional e da liberdade religiosa oculta a defesa de medidas excludentes, a perpetuação e a naturalização da desigualdade de classe, de práticas econômicas que favorecem a concentração de renda, o racismo e os desequilíbrios nas relações entre gêneros, elementos primariamente constitutivos das “molduras” a partir das quais determinadas vidas são categorizadas como “precárias” e não “passíveis de luto”, conforme termos cunhados por Butler. No próximo capítulo vamos analisar as contribuições de Judith Butler para esquadrihar as condições de precarização da vida das pessoas que estão à margem dos círculos de poder e privilégio.

3 PRODUÇÃO DO DISCURSO FUNDAMENTALISTA, DADOS DA VIOLÊNCIA SOCIAL E VIOLÊNCIA SIMBÓLICA NO AMBIENTE ESCOLAR

3.1 O discurso evangélico e as estratégias de disputa e deslegitimação das pautas de gênero

No capítulo anterior analisamos os postulados acerca do imaginário social, tal como proposto por Baczko (1985), delineando a configuração das disputas por controle através da instrumentalização e desenvolvimento de métodos e técnicas de domesticação das representações coletivas, com a finalidade de influenciar o imaginário e transformá-lo em capital político. Smith e Boas (2019) nos mostraram a relevância dos processos de socialização para atingir este fim – seus estudos demonstram que a estrutura das congregações viabiliza o processo de convergência: ao mesmo tempo em que propicia agrupamento de grande volume de pessoas, garante aos emissores do discurso (pastores) uma vantagem posicional, um lugar de autoridade e influência, portanto, de maior persuasão. Além disso, o estudo supracitado põe em destaque o valor das pautas morais (especialmente na questão dos direitos sexuais e reprodutivos) que acabam por se tornar um eficiente catalisador no processo de alinhamento das opiniões dos fiéis e de seus representantes eleitos.

Brown (2020) nos mostra que a promiscuidade entre a ideologia neoliberal e a instrumentalização da religião atuam como meio de reprodução da dimensão normativa da moralidade tradicional e legitimação da desigualdade social ao pretender salvaguardar uma liberdade fundamental autogerada, garantidora dos privilégios do patriarcado branco, contra a qual atuariam os “guerreiros da justiça social”. Essa é a gênese do discurso tão em voga, que atribui às minorias e suas demandas uma espécie de vitimização e suposto autoritarismo, na medida em que se reclama ao Estado a tutela da proteção social e a implementação de políticas públicas promotoras de equidade, uma ameaça frontal ao privilégio histórico das elites.

Neste capítulo vamos examinar mais detalhadamente as consequências práticas deste discurso para a comunidade LGBTQIA+, com destaque para a violência que penaliza pessoas transexuais e travestis, sem dúvida o grupo mais exposto da sigla. A força da tradição moral derivada da dogmática religiosa contida dentro da agenda que preconiza a liquidação da proteção social, contamina o imaginário social que cerca as minorias sexuais. O imaginário social construído em torno da comunidade LGBTQIA+ está permeado de uma violência simbólica que legitima a violência física e a exclusão.

Na obra “Quadros de Guerra”, Judith Butler dispõe acerca dos “modos culturais de regular as disposições afetivas e éticas por meio de um enquadramento seletivo e diferenciado

da violência” (BUTLER, 2009, p. 13). Apesar de adotar uma terminologia própria, podemos inferir que há uma forte convergência entre o que Butler chama de “enquadramento seletivo” e a ideia de um imaginário social excludente, reprodutor e legitimador de determinadas violações dirigidas à grupos minoritários em particular.

É de Butler também o termo “*ungrievable*¹⁷” ao qual nos referimos na introdução deste trabalho. O termo foi usado por ela na abertura do Seminário Queer no Sesc Pompéia, em São Paulo no ano 2015, fazendo referência às vidas de grupos de pessoas cuja aniquilação não sensibiliza, visto que suas são vidas não são inteiramente percebidas nos mesmos termos que outras, de grupos dominantes, ou ainda, estão situadas em uma cadeia tão mais insignificante que sequer são consideradas como vidas em primeiro lugar:

uma vida específica não pode ser considerada lesada ou perdida se não for primeiro considerada uma vida. Se certas vidas não são qualificadas como vidas, ou se, desde o começo não são consideradas como vidas de acordo com certos enquadramentos epistemológicos, então essas vidas nunca serão vividas nem perdidas no sentido pleno dessas palavras (BUTLER, 2009, p. 13).

Os referidos “enquadramentos epistemológicos” podem ser vistos como uma lente através da qual estabelecemos relações com o mundo e com os outros. Butler afirma que estes enquadramentos carecem de neutralidade, de acordo com ela “as molduras pelas quais apreendemos ou, na verdade, não conseguimos apreender a vida dos outros como perdida ou lesada (suscetível de ser perdida ou lesada), estão politicamente saturadas” (2009, p. 14) essa assertiva converge com o que estudamos no capítulo anterior, essas lentes (ou as molduras, como quer Butler) por meio das quais enxergamos (ou enquadrados) o mundo e os outros e nos relacionamos com eles são em grande parte determinadas pelo imaginário social. É do imaginário coletivo que vamos extrair a bagagem de referências com as quais estaremos munidos ao estabelecermos relações sociais. A importância dos processos de socialização no alinhamento de opinião e a acomodação da tradição moral na dimensão sociopolítica são provas bastante persuasivas da interferência política sobre as nossas representações globais. Se admitirmos que estas estão “politicamente saturadas”, temos um bom ponto de partida para analisar a questão das violências simbólicas contidas no imaginário social que são dirigidas a grupos específicos. Ainda sobre este tema, Butler reforça a importância da dimensão normativa dos imaginários, afirmando que

¹⁷ “Inelutáveis”, aqueles que não são passíveis de luto, cujo extermínio não comove.

A capacidade epistemológica de apreender uma vida é parcialmente dependente de que essa vida seja produzida de acordo com normas que a caracterizam como uma vida, ou melhor dizendo, como parte da vida. [...] Os “enquadramentos” que atuam para diferenciar as vidas que podemos apreender daquelas que não podemos (ou que produzem vida através de um *continuum* de vida) não só organizam a experiência visual como também geram ontologias específicas do sujeito. Os sujeitos são constituídos mediante normas que, quando repetidas, produzem e deslocam os termos por meio dos quais os sujeitos são reconhecidos. Essas condições normativas para a produção do sujeito produzem uma ontologia historicamente contingente, de modo que nossa própria capacidade de discernir e nomear o “ser” do sujeito depende de normas que facilitem esse reconhecimento. (BUTLER, 2009, p. 16-17)

O constante tensionamento das vozes que compõe o imaginário social em torno das sexualidades divergentes ganha um contorno bastante hostil no seio da dogmática neopentecostal. Mais uma vez nos voltamos ao trabalho da professora Amy Erica Smith, uma vez que em *Religion and Brazilian Democracy - Mobilizing the People of God*¹⁸, Smith dedica um capítulo inteiro para descortinar algumas das premissas que integram o discurso socializado nas igrejas (*What Clergy Think and Say: Religious Teachings and Political View*¹⁹). A análise realizada encontra pontos de dissonância entre os axiomas da fé católica e da neopentecostal em torno da sexualidade, de acordo com Smith, “o estudo revela grandes diferenças entre católicos e evangélicos em relação à prioridade dada em uma única questão: homossexualidade [...] a aceitação da homossexualidade e do casamento homoafetivo constitui na única visão política ligando a visão dos cidadãos evangélicos às dos seus sectários nas elites dos púlpitos e do Congresso” (SMITH, 2019, p. 80, *tradução nossa*). Vamos reproduzir na sequência o trecho em que é mencionada a fala do pastor evangélico Osésa Rodrigues, proferida em uma reunião do conselho de pastores da comunidade Manancial de Juiz de Fora, no Estado de Minas Gerais, em agosto de 2014.

Na sua fala de mais ou menos uma hora, pastor (Pr.) Osésa listou as ameaças às igrejas evangélicas atualmente, ameaças tanto políticas quanto sociais. O movimento LGBT é retratado como um grande vilão. O movimento, ele disse, desejava incluir “novos gêneros” nos currículos das escolas públicas. Eles estavam mandando casais gays às igrejas evangélicas num esforço de levar as igrejas à justiça por discriminação quando estas rejeitavam os casais. O movimento LGBT quer acabar com a ideia de deus no Brasil e eliminar o “dia das mães” e “dos pais” em prol do “dia do cuidador”. Pr. Osésa exortou os pastores ali reunidos a trabalharem em conjunto com conselhos de pais e professores para lutar contra a ameaça LGBT. (SMITH, 2019, p. 82, *tradução nossa*)

A autora faz um contraste entre a fala do pastor, acima reproduzida com os excertos da fala de dois representantes da fé católica: a primeira traz a entrevista de um dos dirigentes de

¹⁸ Em tradução livre, Religião e Democracia Brasileira – Mobilizando os fiéis (ainda sem tradução no Brasil)

¹⁹ Capítulo IV - O que o Clero Pensa e Fala: Ensinaamentos Religiosos e Visão Política, tradução nossa.

uma associação religiosa²⁰ em Juiz de Fora e a segunda, de uma palestrante católica estrangeira que proferiu uma fala em outra comunidade da mesma cidade. O primeiro, considera a homossexualidade um pecado, mas em geral mostra-se mais moderado (inclusive em questões de sexualidade e legislação pertinente aos direitos da comunidade LGBTQIA+ e a segunda bastante extremista, lançando mão de uma linguagem mais agressiva e faz uma campanha feroz contra o aborto (2019, p. 83-84). A intenção da pesquisadora é a de realçar essa contraposição, de modo que a partir da fala de cada um o leitor possa inferir as ideias gerais de cada congregação a respeito destes temas mais “espinhosos”. No âmbito desta pesquisa nos cabe somente analisar mais cuidadosamente a fala do pastor evangélico.

Em primeiro lugar precisamos ressaltar que o pastor em questão está orientando outros pastores, de modo que é lícito supor que inequivocamente, seus ouvintes vão reproduzir o mesmo discurso nos respectivos púlpitos, dispersando ainda mais as distorções das demandas do movimento LGBTQIA+. Por uma questão de integridade somos forçados a admitir que as duvidosas afirmações do pastor em relação à inclusão de “novos gêneros” no currículo escolar podem ser fruto tanto do desconhecimento quanto de uma estratégia deliberada de descrédito, visto que as particularidades da teoria *Queer* que embasam as reivindicações do movimento em relação à identidade de gênero ainda são pouco conhecidas fora do próprio movimento e do meio acadêmico. No entanto, as afirmações subsequentes, como dito que “o movimento LGBT quer acabar com a ideia de deus no Brasil” ou mesmo que deseja abolir o dia dos pais e das mães, são afirmações reconhecidamente falaciosas, que sugerem mormente que o tom combativo do pastor não é resultado de equívoco, posto que tem mais componentes de má-fé e distorção deliberada do que propriamente de ignorância. Além disso, depreende-se facilmente do discurso do pastor os elementos da instrumentalização dirigida à ruptura, deslegitimação e disputa pelo imaginário: esforça-se por salvaguardar a supremacia da tradição moral (defesa da estrutura tradicional de família) e há forte presença da retórica baseada na ameaça, perda de valores e decadência.

A exortação do pastor ao trabalho conjunto com pais e professores é o ponto nevrálgico da nossa pesquisa. Não resta dúvida de que o setor evangélico²¹ aperfeiçoou os métodos de

²⁰ No original, *prayer community*.

²¹ Quando aludimos e fazemos críticas ao setor evangélico não estamos nos referindo particularmente aos adeptos da fé evangélica de uma maneira homogênea, tampouco tecendo críticas às práticas de foro íntimo ou as questões pessoais que permeiam a relação do indivíduo com a sua fé. Generalizações são tão inimigas da verdade e da fidelidade quanto informações falsas e temos ciência de que entre pessoas desta congregação encontram-se pessoas gregárias e preocupadas com o bem estar social, acolhendo a todos, independentemente de recortes de classe, raça sexualidade e gênero. Essa análise se concentra na prática de lobismo político e disputa do imaginário social, prática obstinada de uma cúpula dos grandes conglomerados da religião neopentecostal, que não fazem segredo da sua atuação na arena política nem sequer dos meios indecorosos que exploram a fim de lograr seus objetivos.

socialização de seus fiéis e tem sido bastante bem sucedido na conversão de opiniões e alinhamento baseado em temas polêmicos como forma de escalada política. A ofensiva destes grupos sobre as escolas revela a disposição para cooptar um espaço que tem potencial para oferecer grande resistência ao triunfo precipitado nos templos. Essa questão será mais amplamente discutida no próximo capítulo.

Como vimos anteriormente, ambos os representantes entrevistados pela professora Amy Erica Smith concordaram que a homossexualidade seria um pecado, de acordo com suas crenças. Para ela, o que distingue o tratamento de cada congregação em relação ao tema não está ligado somente às crenças em torno do tema, mas a ênfase dada em relação a outras questões (2019, p. 84). O estudo conduzido por Smith entrevistou 425 ministros entre padres e pastores das igrejas evangélica, pentecostal e católica apostólica romana. As respostas em relação aos discursos ligados as questões políticas apontam tendências bastante específicas para cada congregação. Em relação às questões socioeconômicas, enquanto os integrantes da igreja católica declaram privilegiar a assistência aos pobres²² e dar moderada atenção ao trabalho árduo e responsabilidade²³, a igreja evangélica alega dar igual tratamento a ambas. Para além das idiosincrasias de cada grupo, “as diferenças [...] em questões socioeconômicas não são tão dramáticas” (2019, p. 87, tradução nossa). A pesquisa não encontrou grande variação em relação à frequência das pregações que versam sobre o tema do aborto (relativamente frequente entre ambas) e da castidade. Quanto “ao pecado da homossexualidade” há uma disparidade grande entre católicos e evangélicos: as discussões são pouco mais que “raras” entre os primeiros e bastante comuns entre os segundos. Diferenças significativas também aparecem em se tratando de proteção ambiental e racismo: “padres católicos mencionam o racismo como a segunda maior prioridade nos sermões, atrás apenas da assistência aos pobres. Proteção ambiental aparece em quarto lugar. Em contrapartida, preocupações com o racismo e ambientalismo estão ranqueadas em último e penúltimo entre evangélicos e neopentecostais” (SMITH, 2019, p. 89).

A preocupação ubíqua dos pastores evangélicos com a homossexualidade e as pautas ligadas ao conceito de gênero sugerem uma forte instrumentalização da agenda moral. As pautas do movimento LGBTQIA+ são imoladas, atuando como o “boi de piranha” das bancadas

²² *No original: ministry to the poor.*

²³ *No original: hard work and responsibility.* Conforme nota da autora, os sermões que versam sobre o trabalho e responsabilidade tendem a encorajar a oposição à assistência social (2019, p. 86), de modo que acabamos por inferir que o termo usado no texto se refere ao discurso da meritocracia tão característico da racionalidade neoliberal, ou seja, a desoneração da tutela estatal e responsabilização do indivíduo (e da família) pelo próprio sustento e prosperidade num cenário marcado pela competitividade cada vez mais acirrada.

evangélicas: as vidas das pessoas que vivem sua sexualidade de forma não normativa e/ou que convivem com a não conformidade de gênero são rifadas para garantir o alinhamento político através da defesa da tradição moral. O valor destas vidas é mensurado numa escala inversamente proporcional que decorre substancialmente deste discurso: à medida que se afastam do padrão heteronormativo, se tornam vidas cada vez menos passíveis de luto, mais próximas das vidas que não são percebidas como vidas, de fato.

Apesar de já termos discutido amplamente a dinâmica dos imaginários sociais, é preciso aprofundar a discussão no aspecto mais prático e normativo dessa tese. O conceito de marcadores sociais da diferença, forjado pelo Núcleo de Estudos sobre Marcadores Sociais da Diferença e retomado pela antropóloga Lilia Moritz Schwarcz na obra *Sobre o Autoritarismo Brasileiro*, nos ajuda a compreender de que forma a consolidação de um discurso opressivo inflige sofrimento e condena à exclusão e invisibilidade determinadas parcelas da população. Nas palavras de Schwarcz “toda sociedade elabora seus próprios marcadores de diferença. Ou seja, transforma diferenças físicas em estereótipos sociais, em geral de inferioridade e, assim produz preconceito, discriminação e violência” (SCHWARCZ, 2019, p. 174).

Como vimos no capítulo anterior, Baczko atribui aos estereótipos a função de apelo à esfera afetiva, mobilizando a dimensão normativa do imaginário social e atuando como um determinante do lugar social de determinados grupos. No entanto, a afilidade entre o conceito usado por Schwarcz e a tese de Baczko não acaba aí, de acordo com a antropóloga.

Marcadores sociais da diferença são, [...], “categorias classificatórias compreendidas como construções sociais, locais, históricas e culturais, que tanto pertencem à ordem das representações sociais – a exemplo das fantasias, dos mitos, das ideologias que criamos –, quanto exercem uma influência real no mundo, por meio da produção e reprodução das identidades coletivas e de hierarquias sociais (SCHWARCZ, 2019, p. 175).

É inegável a correlação entre o conceito supracitado e os postulados de Baczko e de Butler, analisados anteriormente. A concepção de Butler (acerca das molduras²⁴ por meio das quais enquadrados as vidas alheias) assentam sobre o negativo simétrico do próprio problema: enquanto Schwarcz trata dos marcadores da diferença, Butler fala dos marcos de reconhecimento, redes de normas por meio das quais uma vida se torna reconhecível como tal. Para Butler,

O problema não é apenas saber como incluir mais pessoas nas normas existentes, mas sim considerar como as normas existentes atribuem reconhecimento de forma

²⁴ No original: “frames”.

diferenciada. Que normas são possíveis e como são forjadas? O que poderia ser feito para produzir um conjunto de condições mais igualitário da condição de ser reconhecido? Em outras palavras, o que poderia ser feito para mudar os próprios termos das condições de ser reconhecido a fim de produzir resultados mais radicalmente democráticos? (BUTLER, 2009, p.20)

Ainda que estes diferentes sistemas se baseiem em diferentes faces do mesmo problema, fica claro que a finalidade de ambos é sinalizar com maior ênfase a atribuição do lugar social do indivíduo por meio de um predicado socialmente definido. Ao passo que Baczkó propõe uma análise *lato sensu* utilizando o termo “estereótipo”, a ideia de marcadores sociais/marcos de reconhecimento aprofunda essa compreensão e reforça a potência da construção do imaginário no ordenamento social. Em relação aos marcadores da diferença Schwarcz, nos diz que

[...] essas categorias não produzem sentido apenas isoladamente; elas agem, sobretudo, por meio da íntima conexão que estabelecem entre si – o que não quer dizer que possam ser reduzidas umas às outras. Na lista de marcadores sociais, com impacto na realidade em que vivemos, estão incluídas categorias como raça, geração, local de origem, gênero, e sexo, e outros elementos que têm a capacidade de produzir diversas formas de hierarquia e subordinação. Em nossa sociedade, o uso perverso de tais categorias tem gerado todo tipo de manifestação de racismo, levado ao feminicídio, produzido muita misoginia e homofobia, bem como justificado uma disseminada “cultura do estupro”, cujos números continuam alarmantes mas são, ao mesmo tempo, majoritariamente silenciados no país [...] (SCHWARCZ, 2019, p. 175)

Embora Schwarcz se dirija prontamente aos efeitos da violência originada do processo de dominação/hierarquização nas relações entre raças e gêneros (misoginia, feminicídio, cultura do estupro, racismo), são muito diversos os recortes que podem ser classificados como marcadores sociais da diferença, variando de acordo com diferenças geopolíticas e culturais. A violência simbólica e a recorrente violência física perpetrada contra membros da comunidade LGBTQIA+, em particular os atos que vitimam pessoas transexuais e travestis, compõe um dos marcadores sociais mais perversos e sem dúvida um dos mais instrumentalizados pela terceira onda neopentecostal na persecução do poder econômico/político. O impacto dos marcadores sociais da diferença no caso das minorias sexuais se traduz perfeitamente a partir das estatísticas relativas ao acesso aos serviços mais básicos como saúde, educação, renda e empregabilidade, além é claro dos índices de violência e exclusão. Os dados levantados por diversas organizações confirmam o lugar social de exclusão e privação dispensado às minorias sexuais e de gênero pelo discurso hegemônico calcado na tradição moral, de tal maneira que é impossível deixar de estabelecer uma relação de causa e efeito entre um e outro.

3.2 Dados da violência contra transexuais e travestis pela ANTRA – associação nacional de transexuais e travestis

Fundada no ano 2000 na cidade de Porto Alegre, a ANTRA – Associação Nacional de Travestis e Transexuais é, de acordo com o site, “uma rede nacional que articula em todo o Brasil 127 instituições que desenvolvem ações para promoção da cidadania da população de Travestis e Transexuais”. Ainda de acordo com a página oficial da associação, a atuação da ANTRA abrange desde a elaboração de campanhas informativas e colaboração com outras entidades de direitos humanos e movimentos sociais, divulgação e denúncia de atos de discriminação e violência, além do apoio às ações de prevenção e conscientização acerca do HIV e outras infecções sexualmente transmissíveis e suporte às travestis e homens e mulheres trans que convivem com o HIV. A entidade também se propõe a fomentar a articulação de pessoas trans e travestis com vistas à organização e encaminhamento de suas demandas.

Desde 2017 a ANTRA vem realizando o mapeamento dos atos de violência e assassinatos de pessoas trans e travestis e editado os resultados dessa pesquisa através do Dossiê dos Assassinatos contra Travestis e Transexuais Brasileiras. A metodologia adotada pela associação segue o padrão internacional estabelecido pela ONG *TransgenderEurope*, uma das primeiras a denunciar a infame liderança do Brasil no *ranking* internacional da violência entre pessoas transexuais. Os dados que compõe o Dossiê são coligidos por meio de registros de matérias de jornais e revistas e veículos de mídia digital nos casos de maior repercussão. Casos não noticiados são apurados por meio da coleta de relatos de pessoas próximas ou do envio de informações enviadas às entidades parceiras da associação, que não conta com qualquer tipo de apoio institucional ou aporte de recursos materiais/financeiros para a realização deste levantamento (BENEVIDES, NOGUEIRA, 2020, p. 15-16). Os dados levantados pela ANTRA se tornaram referência para outras publicações, matérias de jornal e veículos de mídia em geral, pesquisas e trabalhos acadêmicos, chegando a ser citados nas publicações de maior destaque dentro do tema da segurança nacional.

O trabalho realizado pela ANTRA no Dossiê preenche uma lacuna criada pelo Estado tanto pela recusa deliberada de levantar dados demográficos que poderiam compor um perfil quantitativo das pessoas que se identificam como transexuais e travestis, quanto pela ausência de normativa consistente com vistas à prevenção da subnotificação dos crimes de ódio contra pessoas LGBTQIA+. A catalogação desses dados é necessária para acusar com maior precisão a espécie de vulnerabilidade a qual está sujeita esta população, servindo, portanto, como uma

base para a elaboração de políticas públicas voltadas à melhoria da qualidade de vida e acesso aos serviços básicos. De acordo com a ANTRA,

É importante frisar que tanto a subnotificação - dificuldade de acesso a dados pela lei de acesso à informação – quanto a falta de dados a partir de agências reguladoras estatais e outros órgãos governamentais podem ser vistas como intencionais, uma vez que, ao se abster de mapear ou informar sobre o transfeminicídio, o Estado se exime da responsabilidade e apresenta informações – muitas vezes insuficientes ou ausentes, que nos levam a acreditar em uma queda nos dados de violência, quando, na realidade vemos exatamente o oposto. Ressalte-se que o Estado abre mão de ter que pensar em ações de políticas públicas para enfrentar o problema causado pelo próprio Estado quando se abstém do comprometimento com estas vidas precarizadas e ainda lidas como abjetas e por isso, não assistidas - logo, não pensadas em políticas de assistência à saúde, emprego, acesso à educação, moradia, renda, ou outros direitos sociais e políticos. (BENEVIDES, NOGUEIRA, 2020, p. 20)

O texto contido no documento da associação ressalta a leitura vulgarmente presumida das vidas trans, comumente “lidas como abjetas”, ou não-vidas, retomando a ideia de Butler. A existência das pessoas trans ainda é tratada como um objeto político controverso e de caráter privado, como se a existência dessas pessoas e o tratamento a elas dispensado (na esfera pública e pessoal) dependesse exclusivamente de princípios individuais, negando o caráter cidadão da demanda por inclusão das minorias sexuais. Além disso, conforme destacado por Smith e Boas (2019), o pragmatismo político faz com que essas demandas se percam, uma vez que boa parte da classe política não tem disposição para legislar acerca de temas considerados polêmicos, preferindo se afastar a fim de não comprometer seu futuro político. O Atlas da Violência produzido pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) em parceria com o Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP) também faz um alerta para a necessidade de produção institucional de dados relativos às violências de gênero e orientação sexual.

A escassez de indicadores de violência contra LGBTQI+ permanece um problema central. Um primeiro passo no sentido de resolvê-lo seria a inclusão de questões relativas a identidade de gênero e orientação sexual no recenseamento que se aproxima. Paralelamente, é essencial que essas variáveis se façam presentes nos registros de boletins de ocorrência, para que pessoas LGBTQI+ estejam contempladas também pelas estatísticas geradas a partir do sistema de segurança pública. Sem esses avanços, é difícil mensurar, de forma confiável, a prevalência da violência contra esse segmento da população, o que também dificulta a intervenção do Estado por meio de políticas públicas. (CERQUEIRA, BUENO, 2020, p. 54)

A edição 2020 do Anuário Brasileiro de Segurança Pública produzido pelo FBSP (Fórum Brasileiro de Segurança Pública) corrobora a objeção da ANTRA e do Atlas da Violência, fazendo uma correlação com os crimes de racismo e acusando também a insuficiência dos dados produzidos pelo sistema de Saúde Pública.

De modo análogo ao que ocorre com dados de racismo e injúria racial, dados relativos a violência contra a população LGBTQI+ possuem um imenso déficit de captação e publicização por parte do setor de Segurança Pública. Dados do Atlas da Violência 2019 e 2020 demonstram que há baixa produção de dados referentes a este segmento a partir do setor da Saúde, que ainda assim, tem maior desempenho, produzindo dados de qualidade muito superior aos que nos foram entregues pelas Secretarias de Segurança Pública. (FBSP, 2020, p. 110)

A terceira edição do Dossiê elaborado pela ANTRA registrou 124 assassinatos de pessoas trans, sendo 121 travestis e mulheres transexuais e 3 homens trans ocorridos no ano de 2019 (BENEVIDES, NOGUEIRA, 2020, p. 22). Ainda de acordo com informações preliminares divulgadas pela associação no boletim 04/2020, somente nos primeiros oito meses do ano 2020 foram registrados 129 assassinatos de pessoas trans. Além de superar o número total de assassinatos ocorridos no ano anterior em apenas dois terços do ano, esse total representa um acréscimo que atinge a assombrosa marca de 70% em relação ao mesmo período do ano anterior (BENEVIDES, NOGUEIRA, 2020b, p. 01).

Do total de assassinatos ocorridos no ano 2019, a região nordeste foi a que apresentou a maior concentração, com 37% das ocorrências, em seguida aparece a região sudeste com 30%, região sul e região norte aparecem na sequência, ambas com 11% dos casos e, por fim a região centro-oeste, com 10% dos assassinatos²⁵. O Estado de São Paulo lidera as estatísticas de ocorrências de assassinatos contra pessoas transexuais/travestis nos três últimos anos, seguido pelos Estados da Bahia, Ceará, Rio de Janeiro e Pernambuco. O total de assassinatos ocorridos nestes Estados responde pela metade (49,5%) do total de casos registrados entre 2017 e 2019. (BENEVIDES, NOGUEIRA, 2020, p. 26-28)

As taxas de assassinatos de pessoas transexuais/travestis a cada 100.000 habitantes mostram prevalência da proporção entre os Estados das regiões norte e nordeste. Ocupam as dez primeiras colocações Roraima (com percentual igual a 8,69%), Mato Grosso (7,62%), Tocantins (6,66%), Paraíba (6,55%), Amazonas (6,34%), Ceará (6,33%), Rio Grande do Norte (6,02%), Rondônia (5,91%), Espírito Santo (5,24%) e Goiás (4,50%). Apesar de não existirem dados oficiais, a Associação estima que a população não cis-gênera represente em torno de 1,9% da população brasileira, sendo 1,1% pertencente ao gênero feminino (travestis e mulheres trans) e 0,8% ao gênero masculino (homens trans e transmasculinos). (BENEVIDES, NOGUEIRA, 2020, p. 28-29)

²⁵ Os dados da classificação de assassinatos por região tomam como referência um total de 122 assassinatos ocorridos em território brasileiro. O Dossiê dos assassinatos e da violência contra travestis e transexuais brasileiras inclui no total anual dois registros de assassinatos (de mulheres transexuais/travestis) que ocorreram fora do país, o que representa a diferença de menos de 1% observada nos percentuais por região, constantes do Dossiê.

O perfil das vítimas (cuja idade pode de fato ser apurada) mostra maior sujeição à violência entre pessoas mais jovens, geralmente entre os 15 e 29 anos de idade: nos anos de 2017, 2018 e 2019 o total de assassinatos que vitimou pessoas nesta faixa etária foi de 67,9%; 60,5% e 59,2%, respectivamente, em contrapartida, no Atlas da Violência 2019, consta que “a média de idade de pessoas em geral (desconsiderada a identidade de gênero) assassinadas nessa mesma faixa etária é de 53,9%”. A idade média das vítimas no ano de 2019 foi de apenas 29,7 anos.

O perfil socioeconômico das pessoas trans tem ligação direta com os dados da violência. O Dossiê publicado em 2020 referenda um dado da edição anterior que estima que 90% das pessoas transexuais/travestis acabam por adotar a prostituição como fonte de renda. Estima-se que somente 4% possuem emprego formal e os 6% restantes exercem atividade econômica informal. O levantamento aponta que 64% dos assassinatos registrados em 2019 ocorreram nas ruas e 67% vitimaram mulheres transexuais e travestis que atuavam como profissionais do sexo (BENEVIDES, NOGUEIRA, 2020, p. 31-32). Outros recortes podem ser feitos em relação ao perfil das vítimas e os dados relativos à evasão escolar confirmam a hostilidade do sistema educacional às pessoas trans/travestis:

Devido à exclusão familiar, estima-se que 13 anos de idade seja a média em que Travestis e Mulheres Transexuais são expulsas de casa pelos pais (ANTRA)- e que cerca de 0,02% estão na universidade, 72% não possuem o ensino médio e 56% o ensino fundamental (Dados do Projeto Além do Arco-Iris/AfroReggae). Essa situação se deve muito ao processo de exclusão escolar, gerando uma maior dificuldade de inserção no mercado formal de trabalho e deficiência na qualificação profissional causada pela exclusão social. (BENEVIDES, NOGUEIRA, 2020, p. 32)

Uma matéria especial do *Jornal Correio Brasiliense* cita uma pesquisa conduzida pelo defensor público João Paulo Carvalho Dias, na época presidente da Comissão de Diversidade Sexual da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), na qual se estima que o índice de evasão escolar entre travestis e transexuais chegue a impressionantes 82%. Esse dado demonstra o poder esmagador da opressão exercida sobre essas pessoas ainda em idade escolar. Entrevistada na mesma matéria, a professora de psicologia social do Instituto Federal do Rio de Janeiro (IFRJ), Jaqueline de Jesus afirma que “transexuais vivem no Brasil um apartheid de gênero”. “Alguém que não pode usar nem a própria identidade civil (por indicar um gênero e um nome com os quais a pessoa não se identifica) não pode ser visto como humano. E aqui, infelizmente, é assim”. Ainda em relação ao acolhimento na escola, a professora é categórica ao apontar a ineficiência das políticas públicas elaboradas para conter o fenômeno que ela classifica como “expulsão dos transexuais da educação formal no Brasil”, para ela “os transgêneros,

especialmente as mulheres, são obrigadas a deixar os estudos. Elas não têm um espaço de respeito e acolhimento [...] apesar de o Brasil ser signatário de vários acordos que propõem a maior inclusão de transexuais, o governo insiste em não executá-los” (HANNA, CUNHA. Acesso em 21/11/2020).

De acordo com o Dossiê elaborado pela ANTRA, também atinge a marca de 82% o número de assassinatos que vitimaram pessoas transexuais pretas ou pardas no ano de 2019. Bastante notável também a disparidade de gênero entre as vítimas, 97,7% das vítimas forma perpetrados contra pessoas transexuais do gênero feminino. A sobreposição de marcadores sociais da diferença entre as vítimas perfiladas fica bastante evidente a partir dos percentuais apresentados pela ANTRA. De acordo com as organizadoras,

O Transfeminicídio vem se reproduzindo entre todas as faixas etárias. Uma pessoa Trans apresenta mais chances de ser assassinada do que uma pessoa cisgênera. Porém, estas mortes acontecem com maior intensidade entre travestis e mulheres transexuais negras, assim como são as negras as que têm a menor escolaridade, menor acesso ao mercado formal de trabalho e a políticas públicas. Travestis e Transexuais negras são maioria na prostituição de rua. Proporcionalmente, são essas as que têm os maiores índices de violência e assassinatos. (BENEVIDES, NOGUEIRA, 2020, p. 34)

Outro fato destacado pelo Dossiê é a violência simbólica e/ou flagrante desrespeito à identidade de gênero das vítimas além da realização de associações pejorativas e depreciativas ligadas à estereótipos da transexualidade tanto nos protocolos oficiais quanto nos veículos de notícias. Apesar de assinalar uma melhora consecutiva no quadro em comparação aos anos anteriores, 29% dos casos notificados ainda apresentaram alguma forma de distorção/desrespeito à identidade de gênero, 91% destes implicando na exposição do nome de registro em detrimento do nome social das vítimas (BENEVIDES, NOGUEIRA, 2020, p. 36-37). As autoras denunciam ainda o viés sensacionalista e preconceituoso recorrente nos meios de comunicação ao noticiarem essas ocorrências:

É importante ressaltar que, nas notícias da mídia, vemos uma prevalência nos dados dos assassinatos de pessoas identificadas como sendo Travestis, que aparece em 87% dos casos, diretamente relacionadas a marcadores como o território onde ocorreu o assassinato, contexto e classe social, raça e ocupação. Apesar de importância desses marcadores para a identificação dos casos, a mídia tem uma tendência de classificar as identidades a partir de tais elementos, muitas vezes de forma equivocada, racista, classista e estereotipada. Com isso, contribui para o processo de acirramento da marginalização da imagem da Travesti. Ao mesmo tempo, a mídia faz a opção de uso da identidade Mulher Transexual, para se referir, normalmente, a um perfil socialmente aceito daquelas que não atuavam na prostituição, que eram brancas e

apresentavam um alto grau de *leitura social cisgênera*²⁶. (BENEVIDES, NOGUEIRA, 2020, p. 37, *grifo das autoras.*)

O levantamento da associação também faz menção ao *modus operandi* dos assassinatos. Estima-se que no ano de 2019, em “80% dos casos os assassinatos foram consumados com requintes de crueldade, como o uso excessivo de violência e a associação com mais de um método e outras formas brutais de violência”. Além disso, foram registrados aumento nos casos de apedrejamento e uso de armas brancas e mais da metade dos casos catalogados de assassinato por espancamento tiveram associação com outros métodos. (BENEVIDES, NOGUEIRA, 2020, p. 39). A variedade de métodos presentes numa amostra de 124 ocorrências/ano é absolutamente assustadora: de asfixia e decapitação, ao enforcamento e afogamento, são métodos tão diversos quanto cruéis, sintomas que acusam o ódio por trás da transfobia que motiva os crimes cometidos contra pessoas trans e travestis. (BENEVIDES, NOGUEIRA, 2020, p. 39).

De acordo com a ANTRA a falta de dados nos registros coligidos é o que impede de traçar um perfil dos assassinos: “enquanto vemos um alto índice de publicação dos nomes de registro das vítimas, os suspeitos tem suas identidades preservadas pela mídia” (BENEVIDES, NOGUEIRA, 2020, p. 40). Não obstante, dados do Dossiê de 2018 indicam que em torno de 80% não possuíam relação direta com a vítima. Esse dado fica ainda mais sugestivo se comparado com os dados do feminicídio divulgados pelo Anuário Brasileiro de Segurança Pública de 2020: 89,9% dos feminicídios registrados foram praticados por companheiros/ex-companheiros das vítimas, 4,4% por individuo com relação de parentesco, 3,1% por algum conhecido e 2,6% por desconhecido ou pessoa sem vínculo com a vítima. (FBSP, 2020, p.122)

A ANTRA também registrou 50 tentativas de homicídio de pessoas trans e travestis no ano de 2019. O perfil das vítimas das tentativas de assassinato se assemelha bastante ao das vítimas de assassinatos efetivamente consumados: majoritariamente pretas ou pardas e com idade oscilando entre os 20 e os 30 anos. A grande maioria das vítimas de tentativas de homicídio também é composta por profissionais do sexo (58%). A concentração destes eventos foi maior nas regiões Nordeste e Sudeste, com 36 e 32% dos registros respectivamente. (BENEVIDES, NOGUEIRA, 2020, p. 42-46)

²⁶ Em nota as autoras esclarecem que o termo “leitura social cisgênera” diz respeito às características físicas e expressões de gênero adotadas e que contribuem para que determinadas pessoas trans sejam percebidas como cisgêneras, em linguagem popular, a “passabilidade”. A passabilidade, como se pode notar do trecho destacado, acaba sendo um critério de atenuação ao preconceito e à violência simbólica geralmente ligado a outros marcadores sociais como raça e classe social.

O levantamento da ANTRA engloba ainda um panorama acerca da saúde mental da comunidade resgatando uma estimativa resultante de um artigo publicado na revista italiana *Diritto Pubblico Europeo Rassegna Online* em outubro de 2016. O referido artigo se baseia em estudo publicado na revista *BMC Public Health (Bio Medical Center Public Health)* em janeiro do mesmo ano. Realizado na cidade de Ontário, no Canadá, a partir de um questionário respondido por pessoas transexuais participantes do Projeto Trans PULSE que “moravam, trabalhavam ou recebiam tratamento de saúde na cidade e que tinham mais de 16 anos e se identificassem como transexuais (independentemente da forma que se situassem dentro deste espectro ou de que tivessem iniciado processos de transexualização)”, o estudo concluiu que praticamente metade das pessoas transexuais acaba por atentar contra a própria vida em algum momento. De acordo com Schumann & Martini,

Problemas como invisibilidade, discriminação social, falta de apoio dos pais e familiares, estigma de doente mental e difícil acesso ao processo transexualizador são fatores de risco que contribuem para a ideação suicida ou mesmo para a sua concretização. O diagnóstico patologizante da transexualidade e, principalmente, a obrigatoriedade deste diagnóstico para o transexual ter acesso ao processo transexualizador podem ser fatores decisivos para a morte. (2016, p.02-03)

Os resultados obtidos pelos pesquisadores no Canadá estão alinhados com as conclusões de um levantamento realizado por pesquisadores brasileiros a partir de dados de pacientes atendidos em um ambulatório de transgêneros do Distrito Federal. A pesquisa publicada no *Jornal Brasileiro de Psiquiatria* no primeiro trimestre de 2020, intitulada ‘Pensamento Suicida Entre a População Transgênero: um Estudo Epidemiológico’, realizou uma abordagem multifocal analisando os mais diversos aspectos sociais, culturais e econômicos obtidos por meio de uma amostra de 194 prontuários qualificados de pacientes atendidos no ambulatório de transgêneros. O perfil dos pacientes analisados revela que mais da metade da amostra foi composta por jovens entre 18 e 25 anos (somados correspondem à 56,7% do total), 59,8% declararam-se pretos ou pardos e além disso a distribuição por identidade de gênero mostra prevalência de homens trans (56,2%) entre os perfis analisados. Com relação à ocorrência de pensamentos suicidas, os resultados revelam que

que as faixas etárias mais jovens [...] estão mais associadas a esse quadro, com 79,2% dos membros com idade menor que 20 anos, 88,7% entre aqueles com 21 a 25 anos e 71,8% dos com 26 a 30 anos. Em relação à cor/raça, os negros (83,3%) e indígenas (100%) são os que mais desenvolveram pensamentos suicidas. Além disso, o sexo de nascimento [...] feminino (80,5%) apresentou maiores taxas dessa ideação que o sexo oposto. Na análise do estado civil [...], notou-se predomínio dos solteiros (77,7%) no desenvolvimento dessa condição. Tem-se que aqueles com maior escolaridade [...] possuem maiores taxas de pensamento suicida, estando presente em 86% dos

indivíduos com ensino superior incompleto, 78,9% daqueles com ensino superior completo, 77,8% dos com curso técnico e 80% dos pós-graduandos. Tem-se ainda que os que não possuem vínculo religioso [...] possuem maiores índices de ideação suicida (82,1%). (CORREA et al, 2020, p.16-17)

Nos mais variados recortes realizados pelos pesquisadores o percentual de pessoas que apresentou ocorrência de pensamentos suicidas é assustadoramente grande, o que evidencia a fragilidade da saúde mental das pessoas transexuais. O estudo afirma ainda que

No quesito aprovação familiar [...], o fato de a família desaprovar ou desconhecer a orientação sexual dos indivíduos mostrou que, em ambos os casos, a frequência de ideação suicida pode atingir aproximadamente 90% dessa população. Além disso quando indagados sobre a utilização de recursos para modificar o corpo [...], aqueles que não realizaram intervenções (80,5%) exibiram maior correlação com pensamentos de autoextermínio. A análise da influência do nome social, apesar de possuir significância estatística, é de difícil avaliação pois apenas 3 (1,5%) participantes não o possuíam. (CORREA et al, 2020, p.17)

Os dados acima põem em destaque a relação óbvia entre a saúde mental das pessoas trans e o acolhimento familiar. Como discutimos anteriormente, a situação de abandono é recorrente nessa categoria demográfica e acontece não raro no começo da adolescência. O abandono, que encontra raízes profundas no desconhecimento (alimentado sobretudo pela heteronormatividade e violência simbólica que contaminam o imaginário social em torno da transexualidade) acaba por se tornar um fator decisivo nas vidas de uma fatia imensa destas pessoas: sem o aporte afetivo e a tutela econômica das famílias, transexuais e travestis são empurradas para a marginalização, informalidade e mais frequentemente, a prostituição. O ponto de tangência entre o estudo realizado em Ontario e no Distrito Federal reside na confirmação da prevalência do sofrimento psíquico e consequente correlação com a frequência das tentativas de suicídio. De acordo com o estudo

A relação entre o pensamento suicida e comorbidades psiquiátricas evidenciou que o grupo dos pacientes em acompanhamento psiquiátrico [...] desenvolveu mais pensamentos suicidas (77,3%), assim como o daqueles com doença psiquiátrica [...] autorreferida (87,5%), e os com histórico positivo para internações prévias [...] pela psiquiatria (92,3%). Observou-se [...] que todos os integrantes com pensamentos suicidas prévios tentaram autoextermínio, diferentemente daqueles (68%) que não apresentaram ideação prévia. Quando abordados sobre a quantidade de tentativas [...], 58,1% dos pacientes que relataram tentativas prévias não especificaram quantas vezes o fizeram, e os demais tenderam a ter mais de um episódio. Todos os pacientes com um a dois episódios de autoagressão/mutilação apresentavam pensamentos suicidas, sendo esses encontrados em 93,3% dos que apresentaram no mínimo três episódios autolesivos [...]*. Além disso, também foi notada uma relação positiva [...] entre o pensamento suicida e os grupos dos pacientes com sofrimento com o corpo (77,9%), sentimento que a vida não vale a pena (79,7%) e busca por ajuda especializada (75,4%). A relação entre as comorbidades psiquiátricas e o pensamento suicida evidenciou-se estatisticamente significativa entre os indivíduos que autorreferiram

ansiedade (82,4%), depressão (92,3%) e as duas simultaneamente (100%). (CORREA et al, 2020, p.18)

O estudo publicado no *Jornal Brasileiro de Psiquiatria* informa ainda que “em relato com 154 participantes transexuais, foi observado que 48,3% possuíam ideação suicida e 23,8% tentaram suicídio, constatando que existem níveis mais altos de ideação e tentativas suicidas em pessoas com disforia de gênero do que na população geral” (CORREA et al, 2020, p.18).

Citado pela ANTRA no Dossiê dos assassinatos e da violência contra travestis e transexuais brasileiras em 2019, o relatório do Projeto Transexualidades e Saúde Pública no Brasil: Entre a Invisibilidade e a Demanda Por Políticas Públicas Para Homens Trans, elaborado em parceria entre o Núcleo de Direitos Humanos e Cidadania LGBT (Nuh) e o Departamento de Antropologia e Arqueologia (DAA) da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), revela que entre o público entrevistado, 85,7% relataram a ocorrência de ideias suicidas ou tentativas prévias de atentados auto impingidos contra a própria vida (2015, p. 57). A pesquisa coligiu informações prestadas por meio de questionários aplicados a um grupo de homens trans/transmasculinos residentes nas regiões metropolitanas das cidades de Belo Horizonte, São Paulo e Campinas (2015, p.03).

De acordo com o relatório supracitado, o projeto tinha o intuito de realizar um “estudo do tipo corte transversal que teve como objetivo traçar um perfil dos homens trans/transmasculinos quanto às características sociodemográficas, escolaridade, família, religião, migração/moradia, trabalho, transformação no corpo, saúde, política pública, violência, uso do tempo/lazer e cotidiano” (2015, p.05), a amplitude do estudo é digna de nota, os dados são apresentados em uma série de 137 gráficos com informações que variam desde os indicativos mais tradicionais como nível de renda e grau de escolaridade dos pais até questões mais íntimas e particulares do grupo (e portanto ainda mais significativas) como o acesso à saúde em temas como terapia hormonal ou a realização de exames ginecológicos. Em artigo intitulado Precisamos Falar Sobre o Suicídio da população Trans! publicado no site da organização em 2018, a ANTRA informa que enquanto a taxa média de tentativas de suicídio gira em torno de 42 a 46% para pessoas trans, o mesmo índice na população em geral não passa de 4,6% (BENEVIDES, NOGUEIRA, 2018).

3.3 O ambiente escolar e as pessoas LGBTQIA+

Para a realização desta pesquisa foram levantados materiais de diferentes fontes, de modo que além de acessar ao Dossiê elaborado pela ANTRA, entrei em contato com os dirigentes das

Comissões de Diversidade Sexual e de Gênero (CDSG) da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB). A minha intenção era obter a pesquisa mencionada na série especial de matérias realizadas pelo *Correio Brasiliense*, da qual foram utilizados alguns excertos anteriormente. O interesse se deu especialmente por conta dos dados compilados acerca da evasão escolar previamente citados, uma vez que é nesta pesquisa que consta o surpreendente índice de evasão entre transexuais/travestis (de acordo com o qual a evasão chega a atingir a marca de 80%, o jornal informa que esta pesquisa foi realizada pela Comissão Especial da OAB). A fim de obtê-la já havia me dirigido, sem sucesso, aos editores do jornal e à coordenação da divisão paulista da CDSG. Depois de tantos reveses e contando com poucas esperanças de obter o material que eu desejava, me dirigi à administração da Ordem dos Advogados do Brasil seccional Rio Grande do Sul OAB/RS. A resposta que eu recebi acabou fornecendo material para o enxerto destes parágrafos e criação desta seção, que não estavam previstos no desenho inicial do capítulo. A CDSG da OAB/RS não encontrou a pesquisa que eu buscava, entretanto, no corpo do e-mail incluíram o link para um estudo realizado pela Secretaria de Educação da ABGLT – Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais e Transexuais. O documento intitulado “Pesquisa Nacional Sobre o Ambiente Educacional no Brasil 2016” foi produzido pela ABGLT tendo como enfoque o mapeamento das experiências de jovens LGBTQIA+ em ambiente escolar. Ainda que o tema da minha pesquisa esteja mais intimamente ligado ao papel da escola na produção do imaginário social e a instrumentalização dos direitos civis das pessoas LGBTQIA+, a questão da acolhida dessas pessoas na escola pode ser vista como o negativo do mesmo problema: o imaginário coletivo é o vetor principal na sistemática exclusão das minorias sociais, a privação do acesso aos serviços básicos como a saúde e a educação vem de encontro à fragilidade da acolhida quando, porventura, esses serviços são alcançados pelas populações mais vulneráveis. Esse ciclo se torna crônico quando direcionamos o foco à questão educacional visto que a escola que repudia, segrega e maltrata jovens LGBTQIA+ abre mão do potencial transformador para tonificar a reprodução da desigualdade e reforçar os marcadores sociais da diferença. Em contrapartida a solução para os dois problemas pode ser partilhada: medidas análogas são teoricamente capazes de otimizar a guarida aos jovens LGBTQIA+ ao mesmo tempo em que tem potencial efeito de reformatar (lenta e progressivamente) o imaginário coletivo.

A pesquisa foi realizada por meio de um questionário *online* dirigido aos estudantes que cursavam o ensino fundamental ou médio no ano de 2015. Entre os critérios estabelecidos pela organização estavam a idade de mínima de 13 anos, além de “identificar-se como lésbica, gay, bissexual ou ter uma orientação sexual que não a heterossexual (ex. *Queer*) ou se descrever

como transgênero ou ter uma identidade de gênero que não seja cisgênero” (ABGLT, 2016, p. 24). A divulgação foi realizada por meios eletrônicos de comunicação como e-mail e mídias sociais, articulados com entidades parceiras, sindicatos e movimentos sociais/ grupos LGBTQIA+. A amostra final compõe um mosaico bastante diverso com abrangência nacional: com exceção do Estado do Tocantins, todas as Unidades de Federação se fizeram representar. O intervalo de idade dos respondentes ficou entre os 13 e 21 anos, com uma média de idade igual a 16,3 anos. O perfil demográfico dos participantes revela que “a maioria dos/das estudantes se identificou como branca (59,3%), seguido de afro-brasileira ou negra (17,7%) e multirracial (14,6%). Cerca da metade se identificou como sendo do sexo feminino (46,9%), e a maioria se identificou como gay ou lésbica (70,7%). A maioria dos/das estudantes lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais (LGBT) estava no Ensino Médio no ano letivo de 2015. (ABGLT, 2016, p. 24)

O questionário elaborado pelos pesquisadores era majoritariamente formado por perguntas objetivas de múltipla escolha, no entanto, dois questionamentos abriram espaço para manifestações discursivas dos participantes: a primeira delas pedia que o sujeito interpelado explicasse por que não denunciou as agressões sofridas à Instituição em que estudava. A segunda, ao final do questionário deixava espaço livre para que os respondentes compartilhassem suas experiências em relação à acolhida que receberam no ensino básico (ABGLT, 2016, p. 24). Os relatos compilados enriquecem muito a pesquisa e dão vida às estatísticas apresentadas, transmitindo de forma mais penetrante a sensação de rejeição e isolamento de alguns jovens LGBTQIA+.

Quando inquiridos acerca da sensação de insegurança experimentada dentro da escola, ligada à características pessoais como orientação sexual e identidade/expressão de gênero uma porção substancial revelou conviver com a sensação de insegurança: “60,2% afirmaram se sentir inseguros/as na instituição educacional no último ano por causa de sua orientação sexual [...] 2,8% se sentiam inseguros/as por causa da maneira como expressavam o gênero” (ABGLT, 2016, p. 24). Os relatos que acompanham esta seção da pesquisa dão conta de perseguições, xingamentos e ameaças. Um dos respondentes revela que em função do assédio constante abandonou a escola aos 16 anos. Dados dessa pesquisa mostram também que os locais em que os jovens respondentes se sentiam mais desprotegidos eram nos banheiros, aulas de educação física e vestiários, esses locais aparecem no topo das menções com frequências correspondentes a 38,4%; 36,1% e 30,6%, respectivamente. Além disso, 31,7% afirmaram ter faltado aula ao menos uma vez nos últimos 30 dias em virtude de insegurança ou desconforto ligados à orientação sexual ou identidade/expressão de gênero (ABGLT, 2016, p. 26-30).

Há indicação de reiteradas manifestações de homo/lesbofobia e transfobia, tanto entre pares quanto entre professores e funcionários. Questionados acerca da frequência com que ouvem comentários ofensivos e pejorativos nas suas respectivas Instituições Educacionais, mais da metade relata ouvir termos preconceituosos “frequentemente” ou “quase sempre”. Os resultados sugerem, como afirmam os pesquisadores, “que comentários negativos sobre as expressões de gênero das pessoas estavam generalizados nas instituições educacionais” (ABGLT, 2016, p. 34). Pouco mais de um quinto (21,7%) dos estudantes atribui à maioria de seus colegas o uso frequente de termos ofensivos às pessoas LGBTQIA+ ao passo que 14,5% relatam ter ouvido “frequentemente” (10,4%) ou “quase sempre” (4,1%) termos similares por parte de professores e funcionários. Na avaliação dos alunos que responderam à pesquisa, em média 27,0% das vezes havia presença de professores/funcionários quando as ofensas foram proferidas, porém em 53,9% das vezes não houve qualquer tipo de intervenção dos profissionais (ABGLT, 2016, p. 31-36).

O documento também traz um alerta para outros recortes presentes nos comentários preconceituosos testemunhados pelos respondentes: comentários sexistas foram considerados alarmantemente comuns, com avaliação de ocorrência chegando a 56,5% (quase sempre) e 26,3% (frequentemente). Nestas duas categorias de respostas também foram registrados altos percentuais de ofensas de cunho preconceituoso em relação ao tamanho do corpo/peso (72,0% no total), depreciação da capacidade intelectual (68,2%) e comentários racistas (43,5%). Os relatos referem casos de desrespeito ao nome social, violação da privacidade por parte da escola (há relato de um caso particular em que a escola comunicou aos pais acerca da orientação sexual de um aluno sem o seu consentimento) e todo tipo de violência simbólica perpetuada por professores, desde ameaça “de ir para o inferno” por ser bissexual ou praticar religiões de matriz africana até o uso de metáforas sexistas para desqualificar orientação sexual divergente da heteronormativa. (ABGLT, 2016, p. 34-38)

Em relação às formas de agressão, a pesquisa denuncia um quadro bastante grave, de acordo com os dados apresentados,

Quase três quartos dos/das estudantes LGBT (72,6%) já foram verbalmente agredidos/as por causa de sua orientação sexual; quase um quarto (22,8%) vivenciou essa forma de agressão quase sempre ou frequentemente; e [...] mais de dois terços dos/das estudantes LGBT (68,0%) foram agredidos/as verbalmente na instituição educacional por causa de sua identidade/expressão de gênero; um quarto (23,5%) relatou ter sido agredido por este motivo com frequência ou quase sempre. (2016, p. 39)

Registros de agressões físicas menos severas (puxões e/ou empurrões) foram relatadas por 35,8% dos alunos. Manifestações de violência física mais grave como espancamentos ou ferimentos com armas foram relatados com maior ou menor frequência por 14,7% dos entrevistados; a maioria atribuiu estas agressões físicas (do tipo mais leve aos casos mais extremos) à orientação sexual ou identidade/expressão de gênero. (ABGLT, 2016, p. 40). Atos de violência moral e simbólica entre os pares também foram alvo de investigação e levantamento, tendo sido registrados por em média 76,1% dos estudantes, dos quais 30,2% revelam terem sido vítimas de boatos maliciosos e mentiras, 34,4% referem terem sido vítimas de exclusão durante as atividades de rotina no ambiente escolar. Episódios de assédio sexual foram indicados por 56,2% e pouco mais de um terço afirma ter sofrido *cyberbullying* (agressão sofrida em redes sociais ou por outros meios de eletrônicos de comunicação) (ABGLT, 2016, p. 41-42).

São reiterados os casos em que as vítimas de agressões ou violência física não denunciaram os casos em função da falta de confiança na acolhida, tanto dos responsáveis e dirigentes das Instituições Escolares quanto dos próprios familiares. Falta de conhecimento, culpabilização da vítima, medo de retaliações, apatia dos professores em relação às manifestações de violência testemunhadas e indiferença a denúncias anteriores foram outros fatores que motivaram o silêncio das vítimas. Do total de pessoas que responderam a estas questões 57,6% nunca denunciaram o ato à escola e 65,2% não falaram nada aos pais e familiares. Nos casos denunciados, 55,9% dos respondentes consideraram “nenhum pouco eficazes” as providências tomadas pela Instituição Educacional. (ABGLT, 2016, p.44-45)

A sujeição a um clima hostil dentro do ambiente escolar e seus efeitos potenciais também foram alvo da investigação dos pesquisadores, de acordo com eles “embora todos/as os/as estudantes devam ter acesso igual à educação, os/as estudantes LGBT podem se defrontar com uma variedade de obstáculos às oportunidades acadêmicas e ao êxito acadêmico. Em vista dos climas hostis encontrados por estudantes LGBT, é compreensível que alguns/algumas tenham desempenho mais baixo na instituição educacional” (ABGLT, 2016, p.46). Muito embora os dados da pesquisa revelem que a maioria dos estudantes declarou ter intenção de concluir um curso de graduação e pós-graduação após a conclusão do ensino médio (65,2%), como os autores assinalam, é muito significativo que entre aqueles que não desejavam continuar os estudos após o terceiro ano (10,3%) tenha-se encontrado grande probabilidade de haverem sofrido algum tipo de discriminação (33% destes relatou algum tipo de agressão). A pesquisa também encontrou correlação entre os níveis de discriminação e o rendimento escolar e desempenho acadêmico dos estudantes LGBTQIA+: “dos/das estudantes LGBT que

vivenciaram níveis menores de agressão verbal devido à orientação sexual, 80,2% afirmaram ter notas boas ou excelentes quando comparados aos 72,4% de estudantes LGBT que vivenciaram níveis maiores de agressão”. A probabilidade de faltas foi duas vezes maior entre os estudantes que passaram por algum tipo de agressão ou relataram quaisquer atitudes de discriminação. (ABGLT, 2016, p. 47)

Acerca da sensação de pertencimento e aceitação por parte da comunidade escolar, os pesquisadores afirmam que

O quanto os/as estudantes se sentem aceitos/as pela comunidade educacional e se sentem parte da mesma é outro indicador importante do clima na instituição educacional e é relacionado a vários desfechos educacionais. Os/as estudantes que sofrem agressões ou discriminação na instituição educacional podem se sentir excluídos/as e desvinculados/as da comunidade educacional. [...] os/as estudantes que vivenciaram discriminação mais severa por motivo de orientação sexual ou identidade/expressão de gênero se sentiam menos pertencentes à instituição educacional que aqueles e aquelas que vivenciaram discriminação menos severa na instituição educacional. Por exemplo, a metade (59,7%) dos/das estudantes que vivenciaram níveis menores de discriminação por causa de sua orientação sexual indicaram um sentimento positivo de pertencimento à instituição educacional, comparados com os 21,2% de estudantes que vivenciaram discriminação mais severa devido à orientação sexual. (ABGLT, 2016, p. 47-48)

O quadro de saúde mental dos respondentes e sua relação com o ambiente escolar também foi escrutinado pelo questionário. Os dados revelam uma probabilidade 1,5 vezes maior de relatos de depressão entre os alunos que compõe o conjunto que relatou ser objeto de discriminação com maior frequência. Entre estes também foi constatada maior prevalência de problemas de autoestima (ABGLT, 2016, p. 49).

Os/as estudantes LGBT que relataram discriminação mais severa em relação à sua orientação sexual ou identidade/expressão de gênero também tinham níveis mais baixos de autoestima.¹⁹ Os/as estudantes LGBT que vivenciaram níveis maiores de agressão verbal devido à orientação sexual ou identidade/expressão de gênero (“frequentemente” ou “quase sempre”) tinham menos probabilidade de indicar autoestima mais elevada (34,9% comparados com 47,2% no caso da orientação sexual; e 36,8% comparados com 46,0% no caso da identidade /expressão de gênero) (ABGLT, 2016, p. 49)

A segunda seção do documento resultante da pesquisa da ABGLT analisa a disponibilidade de recursos e apoio aos estudantes LGBTQIA+ em ambiente escolar. Os organizadores alertam para o fato de que a diversidade de cenários em relação a estes recursos é inversamente proporcional à demanda, visto que dois terços dos alunos indicaram presença

de outros estudantes LGBTQIA+ nas suas instituições de ensino (ABGLT, 2016, p. 53). Para os pesquisadores,

Há vários recursos-chave que podem ajudar a promover um ambiente mais seguro e experiências mais positivas para os/as estudantes LGBT: profissionais acolhedores/as na instituição educacional, componentes curriculares inclusivos a respeito de questões LGBT, e disposições no regimento escolar em resposta a incidentes envolvendo agressões e violência (ABGLT, 2016, p. 53).

Para a maioria dos respondentes o grau de aceitação de pessoas LGBTQIA+ no ambiente escolar fica situado entre “não aceitam muito bem” (31,9%) ou “são neutros” (22,4%). A imensa maioria (54,7%) relatou não ter conhecimento da existência de qualquer tipo de programa ou grupo articulado para jovens LGBTQIA+ nas suas respectivas cidades, além destes 15,5% afirmaram nunca terem participado de atividades similares. Em torno de 47% dos respondentes afirmou haverem mais de dez pessoas LGBTQIA+ nas suas escolas; 19,5% apontaram existência um total de seis a dez e 27,4% entre dois e cinco.

Os relatos que ilustram essa seção tomam uma direção diametralmente oposta àqueles que aparecem na seção anterior. Aqui os testemunhos demonstram a alegria de jovens cuja orientação sexual ou expressão de gênero não deu causa à violência e exclusão, mas encontrou respeito e acolhimento nos braços da comunidade escolar. A conta do total de profissionais (professores/funcionários) com uma postura mais acolhedora revela um cenário bastante diverso: 24,7% dos estudantes apontam um número superior a dez pessoas; 17,7% indicam entre seis e dez; 38% entre dois e cinco e 7,7 somente um e 11,9% informaram não haver ninguém que classifiquem de tal forma.

Indagados acerca do grau de conforto que sentiriam no caso para dialogar com os profissionais da escola sobre as questões que envolvem ser LGBTQIA+, 60,9% alegam que ficaram “muito à vontade” ou “mais ou menos à vontade” para conversar com seus professores, entre os pedagogos essa marca atinge 50%, para demais categorias de funcionários o percentual variou entre 37,3 e 41%. Mais da metade (56,9%) dos alunos informou que questões LGBTQIA+ nunca foram abordadas em sala de aula, 16,7% apontaram ter havido socialização de questões negativas (referentes ao universo LGBTQIA+); 20,2% referiam a abordagem de questões positivas e 6,2% de ambas. Sociologia foi apontada como a matéria em que estas questões tiveram uma presença mais marcante (para 65,6%).

Entre os recursos pedagógicos auxiliares citados pelos alunos 35,2% destacam o uso de computadores para acesso à informações acerca de pessoas/eventos/tópicos LGBTQIA+, 26,4% relatam o ensino de questões relativas em sala de aula, 16,5% encontraram livros e outros

recursos afins nas bibliotecas das escolas e 13,3% encontraram nos livros didáticos quaisquer referências às questões LGBTQIA+ (ABGLT, 2016, p. 59). Apesar da disponibilidade de recursos a maioria (64%) dos respondentes afirmou não haver ou desconhecer a existência de marco regulatório acerca de agressões motivadas por discriminação no regimento da instituição. Dos 36% que afirmam existirem dispositivos neste sentido no regimento escolar, 27,7% acreditam que estes dispositivos são genéricos demais ou não incluem questões voltadas diretamente à orientação sexual e identidade/expressão de gênero.

A Pesquisa Nacional sobre o Ambiente Educacional no Brasil encontrou também uma correlação direta entre a quantidade de pessoas acolhedoras e os mais diversos aspectos que determinam a qualidade do ambiente escolar para pessoas LGBTQIA+. Os respondentes que afirmaram encontrar mais de seis pessoas com perfil mais receptivo também relataram sentirem-se mais aceitos e pertencentes à comunidade escolar. O índice de faltas foi significativamente menor entre os que contam com maior número de profissionais acolhedores, além de sentirem-se menos inseguros em relação à orientação sexual e identidade ou expressão de gênero. A análise da correlação entre a efetividade das intervenções dos profissionais em casos de agressão apresentou resultados similares: foram registradas maiores taxas de aceitação pertencimento e menores taxas de faltas e sensação de insegurança nos ambientes em que as intervenções eram mais frequentes e efetivas (ABGLT, 2016, p. 61-62).

A pesquisa se propôs a analisar também a presença de temas de interesse na composição curricular das escolas dos respondentes. Para os pesquisadores, a presença de questões positivas e temas voltados às questões LGBTQIA+ fazem com que os estudantes se sintam mais valorizados e reconhecidos pelos seus pares, o que sem dúvida contribui para a manutenção de um ambiente escolar mais favorável às diferenças (ABGLT, 2016, p. 62). Novamente neste aspecto foram registradas maiores taxas de aceitação pertencimento, a taxa de faltas registradas cai pela metade (em comparação ao grupo que indicou ausência de temas de interesse no currículo escolar) e também apresentaram menores percentuais em relação à sensação de insegurança em relação à orientação sexual e identidade/expressão de gênero.

O questionário também abordou as questões voltadas à proteção oficial (protocolada em regimento interno) contra agressões e violência contra pessoas LGBTQIA+. Nas palavras dos pesquisadores,

Políticas contra o bullying/agressão podem contribuir para seu enfrentamento quando estipulam explicitamente formas de proteção contra a discriminação baseada em orientação sexual e identidade/expressão de gênero. Políticas inclusivas contra o bullying/agressão também podem ser uma fonte de orientação necessária para a equipe da instituição educacional intervir de forma apropriada quando os/as

estudantes se utilizam de linguagem que é contra pessoas LGBT e quando estudantes LGBT reclamam de incidentes de agressão e violência. Políticas desta natureza também podem informar os/as estudantes quanto ao seu direito a uma educação segura e como denunciar incidentes de violência. No entanto, no caso de estudantes LGBT, as políticas da instituição educacional podem ser menos eficazes quando são genéricas e não estipulam especificamente a violência relacionada à orientação sexual e identidade / expressão de gênero (ABGLT, 2016, p. 63).

As considerações dos autores acerca da proteção institucional são irretocáveis, apesar disso não foram encontradas diferenças significativas “entre estudantes em instituições educacionais com uma política que fazia menção de orientação sexual ou identidade/expressão de gênero e estudantes em instituições educacionais que não tinham” (ABGLT, p. 63). Os percentuais comparativos da frequência das agressões em razão da orientação sexual e identidade/expressão de gênero foram praticamente uniformes nos três cenários analisados (regulamento claro em questões de violência contra pessoas LGBTQIA+, disposições genéricas ou disposição nenhuma). As maiores diferenças dizem respeito à sensação de insegurança entre os estudantes em razão da orientação sexual, entre aqueles cujas escolas não possuem dispositivos nas normativas o percentual de pessoas que sentem inseguras chegou a 65,2% contra 53,4% daqueles cuja proteção institucional foi considerada genérica e 43,4% dos que tinham proteção expressa (2016, p. 65). Não acredito que esses dados sejam sugestivos de uma possível ineficiência da proteção normativa à violência nos regimentos escolares, como se poderia inferir precipitadamente. Ainda que não tenhamos dados suficientes para respaldar essa especulação, acredito que a criação de um ambiente seguro e livre da sombra da ameaça de violência requer mais do que medidas punitivas, penso que é necessária uma ação mais global, envolvendo medidas, educativas, preventivas e de integração da comunidade LGBTQIA+ e é claro, previsão de repreensão e penalidade em casos de discriminação, agressão e violência.

O balanço geral da Pesquisa Nacional Sobre o Ambiente Educacional no Brasil revela, nas palavras dos próprios pesquisadores “um cenário nada alentador [...] caracterizado pela insegurança dos/das estudantes LGBT nas instituições educacionais, com alta incidência de agressão verbal, física e violência, sem o devido apoio ou medidas para contornar essas situações, e sem um número adequado de profissionais de educação capacitados/as para dar conta dessas situações e revertê-las por meio de ações educativas (ABGLT, 2016, p. 69). Em face do panorama sugerido pelos dados os pesquisadores fazem uma série de preconizações a exemplo da inclusão de conteúdos relativos à diversidade nos currículos dos cursos de licenciatura, medidas institucionais como promoção da formação continuada e estímulo à pesquisa voltadas às experiências e inclusão da comunidade LGBTQIA+, mapeamento e divulgação de experiências exitosas, disponibilização de materiais pedagógicos (baseados em

evidências), campanhas nas diferentes esferas governamentais e observância dos marcos normativos já existentes, responsabilização dos agentes políticos encarregados como forma de garantia de condições básicas para a evolução do ambiente escolar (formação + pesquisa + material pedagógico), apoio e suporte aos estudantes LGBTQIA+, disponibilização de canais de denúncia, recursos de mediação e serviços de apoio, entre outros (ABGLT, 2016, p. 69-71).

Os dados apresentados nesta seção têm como objetivo contextualizar o leitor demonstrando, através de estudos devidamente sancionados acerca da situação de vulnerabilidade social que sujeita pessoas transexuais e travestis, homens e mulheres trans e transmasculinos e pessoas que em geral fogem à normatividade binária de gênero. De qualquer forma, é preciso ter o cuidado de evitar que a transexualidade não se torne uma narrativa exclusiva de sofrimento e de violência. Reduzir os mais diversos aspectos das vidas dessas pessoas aos reflexos coletivos de exclusão e dor espelhados pelos dados apresentados seria acrescentar mais uma camada de violência simbólica a um grupo de pessoas intensamente hostilizado. Apesar dos dados e dos testemunhos é preciso lembrar que a trajetória pessoal de nenhum indivíduo pode ser definida de uma forma completamente unívoca por uma dimensão singular de sua vida, mesmo que esta carregue as marcas históricas da opressão à qual determinados grupos demográficos estão atrelados – no entanto – por mais evidente que isso seja, pouco parecemos avançar no sentido de trocar toda uma coleção de arquétipos infames e estereótipos obsoletos que povoam o imaginário coletivo por uma história mais rica, avessa à simplificação e à caricatura, uma história multifacetada, mais madura e bem instruída e por extensão mais compreensiva e inclusiva. É neste ponto que a questão da transexualidade se torna uma questão educacional: se a educação se furta a encarar de frente a diferença, não seria ela cúmplice por omissão de todo esse quadro de violência que aqui retratamos?

4 EMBATE DISCURSIVO E A INSTRUMENTALIZAÇÃO DA IMAGINAÇÃO SOCIAL NO AMBITO DO LEGISLATIVO DE PASSO FUNDO EM TORNO DA DISCUSSÃO SOBRE GÊNERO NAS ESCOLAS.

Nesse capítulo pretende-se aprofundar como o tema de gênero tornou-se objeto de embates legislativos em Passo Fundo nos anos de 2017 e 2018. Alguns vereadores empenharam-se em transformar o texto do Plano Municipal de Passo Fundo aprovado em 2015 para, inicialmente, suprimir o conceito de gênero e, posteriormente, para adjetivar o conceito de gênero em masculino e feminino. Para tanto, foram feitos usos de discursos e debates sem qualquer fundamentação científica, ao contrário, criou-se um ambiente de medo para as escolas e pais, caso o tema continuasse como estava posto no PME. Para dar conta desses embates o capítulo está estruturado em quatro tópicos: a) o tema ganha as redes: um vídeo incendiário e algumas considerações acerca do termo “ideologia de gênero”; b) estratégias discursivas e a concepção da bancada proponente em torno do tema: imolação dos direitos LGBTQIA+ como forma de alinhamento político; c) alguns apontamentos acerca do texto e da tramitação dos Projetos de Lei e do Substitutivo posteriormente aprovado; d) a Sessão Plenária de 26 de novembro de 2018; e) questões de gênero: o que a educação escolar tem a ver com isso? f) o que de fato os vereadores proponentes das mudanças no PME objetivavam? É dentro dessa delimitação possível, nesse momento, que o capítulo situa-se.

4.1 O tema ganha as redes: um vídeo incendiário e algumas considerações acerca do termo “ideologia de gênero”.

O estopim dos ataques à discussão de gênero no Plano Municipal de Educação de Passo Fundo e sem dúvida o movimento mais explosivo da bancada que propôs as mudanças, foi a postagem de um vídeo publicado na página do Facebook do vereador Mateus José de Lima Wesp (que atualmente cumpre mandato como Deputado Estadual pelo PSDB) e também na página do vereador Ronaldo Severo da Silva mais conhecido na região como Ronaldo Rosa. Produzido no rastro da polêmica levantada em torno da *Queermuseu*²⁷, o vídeo publicado no final de dezembro de 2017, tem pouco mais do que dois minutos, tempo que os vereadores da 17ª legislatura (01.01.2017 a 31.12.2020) da Câmara Municipal de Vereadores de Passo Fundo

²⁷ Exposição artística com curadoria de Gaudêncio Fidelis, promovida em 2017 pelo Santander Cultural da cidade de Porto Alegre. A exposição que tinha como tema a diversidade sexual nas obras de arte foi suspensa e posteriormente encerrada após uma série de protestos e ataques nas redes sociais.

(CMVPPF) dedicam a atacar (e manipular) uma série de questões ligadas à discussão de gênero nas escolas municipais da cidade.

De acordo com uma breve biografia fornecida pelo então vereador para a página da CMVPPF, Mateus Wesp é advogado, mestre e doutor em Direito Público pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) e à época atuava como professor universitário em Instituições privadas de Ensino Superior na cidade de Passo Fundo. Apesar de omitido pelo ex-vereador neste texto, achamos importante ressaltar que seu pai atuou como radialista na cidade, de forma que seu reconhecimento como conservador exerceu influência nada desprezível na ascensão política do filho. Wesp atuou como assessor jurídico na Procuradoria Geral do Município e já havia concorrido às eleições municipais em 2012 pelo Partido Progressista (PP). Foi eleito em 2016 pelo Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB) com um total de 2.710 votos, sendo o vereador mais votado do pleito. Ainda de acordo com o texto informado à Câmara de Vereadores, Wesp é afiliado à entidade defensora da criação de um sistema parlamentarista no Brasil e

Defende o conservadorismo político e *crê em uma íntima ligação entre propriedade e liberdade*. Reconhece que a existência da comunidade está sujeita a determinadas condições e que as mudanças sociais, para serem justas e válidas, devem manter uma continuidade histórica fortalecendo-se, assim, as *instituições tradicionais* da civilização ocidental. Partindo de uma visão aristotélica, reconhece o caráter político da natureza humana, pretendendo zelar pela *família*, pelo desenvolvimento da economia de *mercado*, da livre iniciativa, da *liberdade de expressão*, da ordem jurídico-política e do bem comum. (PASSO FUNDO (RS), 2017. *grifos nossos*)

A linguagem utilizada pelo ex-vereador para descrever a si mesmo e aos seus valores e ideais, retoma alguns dos termos utilizados por Brown para descrever os patronos do tradicionalismo moral como elemento do neoliberalismo e os defensores da expansão da esfera pessoal protegida. Como vimos anteriormente, a “liberdade de expressão” defendida pela nova direita não é aquela baseada na “emancipação e no direito à livre expressão da vontade individual”, mas, “todo sentimento histórica e politicamente gerado de arrogação (perdida) baseada na branquitude, masculinidade ou nativismo” (BROWN, 2020, p. 57-58). Para Brown, a liberdade de expressão que se defende nesse caso é na verdade a expansão da esfera pessoal protegida, hipertrofiada pela liberdade de culto e proteção dos valores tradicionais numa potência que viola a liberdade do outro, convertendo-se, na prática, numa licença para discriminar aqueles que porventura, não se encaixam nos padrões da tradição moral e da livre concorrência.

O texto introdutório à biografia de Ronaldo Rosa informa que o parlamentar é formado em Comunicação Social pela Universidade de Passo Fundo e que também é filho de um conhecido radialista local e célebre ex-vereador da cidade, Júlio Rosa. De acordo com as informações da página, Ronaldo atuou como radialista nos principais veículos da cidade e como colunista em um jornal local. Foi assessor do ex-prefeito Luciano Azevedo e elegeu-se pelo Solidariedade, em 2016, primeiro pleito a que concorreu (CMVFP, 2021).

O vídeo veiculado no final de 2017 mostra esses dois vereadores alternando falas curtas nas quais se dedicam a questionar aquilo que qualificam como “ideologia de gênero” supostamente capaz de confundir a constituição psicossocial individual e destruir a ideia de família, além de atacar uma presumida disposição da escola para, de acordo com suas palavras, “impor” essa ideologia às crianças. No canto superior direito do vídeo imediatamente notamos o logotipo de um “Manifesto Contra a Pedofilia e Sexualização Infantil”, porém, a alegada ligação entre a discussão de gênero nas escolas, a sexualização das crianças e prática criminosa da pedofilia não foi objeto das falas dos proponentes nesse vídeo. Conforme se percebe pela transcrição abaixo, o assunto não foi esclarecido, sequer abordado no diálogo constante do vídeo:

Mateus Wesp: a moda do momento é achar o máximo a tal ‘ideologia de gênero’.

Ronaldo Rosa: mas de onde vem esta pretensão das escolas de quererem impor às nossas crianças, esta ideologia?

Mateus Wesp: de quererem impor às nossas crianças aquilo que é certo ou errado?

Ronaldo Rosa: pois é, para quem não sabe, a “ideologia de gênero” afirma que ninguém nasce homem ou mulher.

Mateus Wesp: ela ensina que os sexos são invenções da sociedade.

Ronaldo Rosa: isso mesmo! A ideologia defende que deve ser ensinado às crianças que elas não nascem meninos ou meninas.

Mateus Wesp: mas que cada uma delas deve escolher aquilo que quer ser e isso desde os primeiros anos de escola.

Ronaldo Rosa: veja bem, não se trata de ser contra as diferenças sexuais.

Mateus Wesp: a ideologia de gênero não pretende defender nem os movimentos LGBT, nem os direitos das mulheres.

Ronaldo Rosa: ela nega, na verdade, que exista a figura tanto do homem, como da mulher.

Mateus Wesp: eles não nasceriam assim, mas seriam inventados pela sociedade.

Ronaldo Rosa: estamos falando, portanto, de sermos contra essa ideologia que cria uma confusão na cabeça não apenas das crianças, mas de toda a sociedade.

Mateus Wesp: fruto de uma pauta ideológica maldosa que visa destruir a família e manipular a mente das pessoas.

Ronaldo Rosa: não é só isso: você sabia que essa ideologia é conteúdo obrigatório no Plano Municipal de Educação de Passo Fundo?

Mateus Wesp: isso mesmo! No projeto de lei 5.146 aprovado em 2015, constou a obrigatoriedade de que a ideologia de gênero fosse ensinada para crianças da rede municipal de ensino de Passo Fundo.

Ronaldo Rosa: pois é meus amigos estamos pagando com nosso dinheiro, dos nossos impostos para que as nossas crianças sejam doutrinadas nesta ideologia do mal.

Mateus Wesp: por isso, estamos propondo a retirada da ideologia de gênero do nosso Plano Municipal de Educação.

Ronaldo Rosa: se você também concorda com esta ideia e está preocupado em ver as nossas as crianças exposta (sic) a este absurdo...

Mateus Wesp: ...procure seu vereador para que ele também compartilhe da nossa proposta.

Ambos: o futuro das nossas crianças depende de você!²⁸

Em primeiro lugar cabe fazer algumas considerações acerca do termo “ideologia de gênero”, para isso, tomaremos como base a abrangente genealogia realizada pela pesquisadora da Universidade Federal do Rio de Janeiro, Maria das Dores Campos Machado. De acordo com ela, essa expressão nasce na esteira dos embates ocorridos a partir da década de 1990 entre as feministas e setores religiosos, sobretudo, durante a elaboração (nos Comitês Preparatórios) e realização da Conferência Internacional da Mulher, promovida pela Organização das Nações Unidas (ONU) em Pequim no ano de 1995. De acordo com Machado a palavra “gênero”, apesar de não ser uma unanimidade mesmo dentro do movimento feminista, no contexto da Conferência era usada habitualmente para se referir às mulheres, em especial às questões ligadas à luta pelos direitos sexuais e reprodutivos. O uso da palavra gênero não passou despercebido pelo campo católico que, além de contestar o seu uso, articulou formulações discursivas a fim de tentar desqualificá-lo por associação com a homossexualidade e com a “cultura da morte”. (MACHADO, 2018, p. 02-03). Nas palavras da autora, dadas as contendas que tomaram lugar na elaboração da Conferência,

Na segunda metade da década de 90, sacerdotes e teólogos começaram, então, a formular um discurso para rebater a perspectiva de gênero que vinha sendo desenvolvida pelas acadêmicas feministas de vários países do mundo. As estratégias discursivas adotadas pelas/os intelectuais da Igreja Católica relacionam os pressupostos da perspectiva de gênero com as ideologias seculares e com as formas de sexualidades alternativas ao padrão cristão. Observa-se, assim, uma inversão argumentativa dos embates que aconteceram na Europa do século XIX, quando alguns filósofos e sociólogos imbuídos do espírito iluminista interpretaram os valores e ideias religiosas como expressões ideológicas que deturpavam a realidade social. Karl Marx, um dos mais conhecidos defensores desta concepção ideológica das religiões, aparece, em várias publicações de intelectuais católicos e mesmo documentos da Santa Sé, como um dos primeiros formuladores da ideia da desigualdade entre os sexos e da opressão das mulheres pelos homens que depois seria desenvolvida pelas feministas a partir da linguagem de gênero. *Ou seja, os elaboradores do discurso sobre a “ideologia de gênero” utilizaram uma das muitas concepções de ideologia formuladas pelo pensamento social (Flávia BIROLI, 2015) – conjunto de crenças e ideias que falseia a realidade – para desqualificar não só a terminologia gênero, mas toda uma linha teórica que balizava as ações políticas das militantes no plano internacional.* (2018, p. 03, , grifo nosso)

O termo em questão viria a ser utilizado pela primeira vez em uma publicação de 1998, lançada pela Comissão Episcopal do Apostolado Laical em parceria com a Conferência

²⁸ Disponível em: <<https://www.facebook.com/watch/?v=1416607371795163>> Acesso em maio/2021.

Episcopal do Peru, chamada *La ideologia de género: sus peligros y alcances*, “associando a perspectiva de gênero ao marxismo, ao ateísmo, e à “visão construcionista” que negaria a dimensão natural e instintiva de homens e mulheres”. A partir daí, com o surgimento de diversos marcos teóricos, o uso do termo se difunde entre sacerdotes, teólogos e demais integrantes dos setores religiosos, passando a aparecer não apenas em documentos da alta cúpula da Igreja Católica, mas em iniciativas privadas até infiltrar-se nos eixos da administração pública e no processo de elaboração de políticas públicas (MACHADO, 2018, p. 04).

Ao mapear a adesão ao discurso da ideologia de gênero no Brasil, Machado remonta à aproximação do movimento feminista e dos movimentos LGBTQIA+ com os governos do período pós-redemocratização, lembrando inicialmente o Programa Nacional de Direitos Humanos (PNDH) instituído pelo governo FHC, e a ampliação deste a fim de incluir pautas históricas dos movimentos, como a desigualdade de gênero e o preconceito com base na orientação sexual, emplacando ações específicas aos grupos LGBTQIA+ e às mulheres o que acabou culminando na apresentação do PNDH II. Destaca, também, durante os dois mandatos do Governo Lula, a realização da Primeira Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres, o lançamento do Programa Brasil sem Homofobia, a instalação de uma Comissão de Revisão da Legislação Punitiva sobre o Aborto, a realização da Primeira Conferência Nacional de Políticas Públicas de Lésbicas, Gays, Travestis e Transexuais, lançamento de um novo Programa de Direitos Humanos (PNDH III), e a elaboração do Plano Nacional de Educação, em 2010 (MACHADO, 2018, p. 04).

A autora pontua a iniciativa do Deputado Elimar Máximo Damasceno (PRONA - SP) como “uma das primeiras iniciativas de parlamentares contra o emprego das terminologias de gênero e orientação sexual nas políticas públicas do governo petista” (MACHADO, 2018 p. 06). Damasceno propôs alterações a um projeto que tratava da criação do Programa de Orientação Sexual, de Prevenção de Doenças Sexualmente Transmissíveis e do Uso de Drogas, a fim de suprimir o uso das expressões “orientação sexual” e “gênero” nos artigos 1º e 2º do Projeto de Lei. Machado assinala o acirramento da luta contra a pauta feminista dentro do Legislativo brasileiro a partir do começo da segunda década do século XXI. Para ela esse processo foi em grande parte catalisado pela apresentação do Projeto de Lei 8.035/2010, que viria a instituir o Plano Nacional de Educação (PNE), conforme Machado (2018, p. 07).

A pesquisadora dá ênfase ao reacionarismo que marcou a presença dos termos “gênero” e “orientação sexual” no texto base do PNE, justificando seu interesse uma vez que

entre os vários objetivos do PNE, encontrava-se, como colocado no artigo 2 (BRASIL,2015j), a superação das desigualdades educacionais com o destaque de que se deveria dar “ênfase na promoção da igualdade racial, regional, de gênero e orientação sexual”. Este destaque gerou uma grande mobilização de parlamentares católicos e evangélicos no Congresso Nacional, bem como de bispos, sacerdotes, pastores e fiéis na sociedade civil brasileira. O PL 8035/2010 (BRASIL, 2010) foi aprovado pelos deputados na Câmara em 2012, mas sofreu modificações no Senado, retornou à Câmara e só foi aprovado novamente na Comissão especial em 22/04/2014 e sem as referências (sic) ao gênero e à orientação sexual. Em 26/06/2014 o PNE foi finalmente sancionado pela presidente da república com as mudanças sugeridas pelos parlamentares [...] (2018, p. 07)

O vereador Mateus Wesp, em uma fala na tribuna da CMVPPF, lembra que a possibilidade da discussão de gênero ficou de fora das estratégias do Plano Nacional de Educação. Ele deixa bem claro que essa lacuna daria causa a falta do que ele qualifica como “viabilidade jurídica” para acolher a discussão sobre gênero no Plano Municipal de Educação, visto que, de acordo com as suas palavras, o PNE “norteia juridicamente o Plano Municipal de Educação”. Se a questão da “viabilidade jurídica” traduzisse uma efetiva relação de vinculação sobre a formulação do texto base do PME, é pouco provável que as questões de gênero tivessem chegado ao texto final de Lei, isso por que a incorporação da temática também foi objeto de severas disputas durante a elaboração do Plano Municipal. Vale lembrar que a inclusão da temática de gênero não foi ponto pacífico entre os diferentes setores que atuaram na composição do texto – pelo contrário – foi foco de grandes tensões e controvérsias; uma passada rápida pela sessão plenária de 08 de julho de 2015 (também disponível no canal da CMVPPF) demonstra que a grande maioria das manifestações da sociedade civil versaram sobre a presença da temática de gênero no Plano.

A única fotografia da audiência pública disponível no site da CMVPPF mostra uma panorâmica do alto plenário da CMVPPF, na qual podemos ver todos os assentos da casa ocupados, além da lotação completa dos corredores frontal, central e lateral. A notícia destaca que “durante a audiência diversos representantes de entidades ligadas a movimentos sociais, partidos, associações e sindicatos se manifestaram”, acrescentando ainda que “um dos pontos polêmicos da audiência foi o a (sic) inclusão da questão da identidade de gênero no Plano”. A primazia do tema sobre outras questões é ratificada pela presença de cartazes e faixas (sobretudo no fundo do plenário, ângulo oculto pela foto abaixo), uma delas com os dizeres “contra a ideologia de gênero na escola” pendurada a poucos metros de onde manifestantes levantavam uma imensa bandeira da comunidade LGBTQIA+.

Figura 2 - Audiência pública lota plenário da câmara – 08/07/2015



Fonte: <https://www.camarapf.rs.gov.br/noticia/377/plano-municipal-de-educacao>

Notícia de 19 de agosto de 2015 publicada na guia de notícias do site da CMVPPF a respeito da votação do texto final do Plano Municipal de Educação, classificava como avanço a adoção de estratégias não contempladas pelo PNE, destacando em particular a temática de gênero: “das 90 emendas e subemendas protocoladas pelo legislativo, 59 foram aprovadas. Com as aprovações, o Plano Municipal de Educação de Passo Fundo, passa a incluir questões excluídas no Plano Nacional e Estadual. A partir da votação, a questão de gênero e sexualidade e ainda, garantias à formação de professores são agora integrantes do PME do município”. Uma vitória dos coletivos e movimentos sociais que marcaram presença na discussão e elaboração do PME, exemplo claro de política pública construída com ampla participação popular.

Retomando a elaboração do PNE, Machado informa que durante a tramitação do projeto no Congresso Nacional, numerosos eventos foram realizados, a fim de difundir o discurso da “ideologia de gênero” entre os parlamentares. A conjuntura política da época favoreceu os grupos que faziam *lobby* contra a incorporação da temática de gênero e orientação sexual no PNE (tanto neopentecostais quanto católicos), a autora aponta a indicação do Deputado e Pastor Marco Feliciano para a presidência da Comissão de Direitos Humanos e Minorias e a eleição de Eduardo Cunha para a presidência da Câmara dos Deputados como fatores preponderantes. Ela recorda que essa dinâmica (realização de eventos, seminários e afins, com a presença de ativistas ligados a setores religiosos fortemente contrários à agregação da temática de gênero/orientação sexual ao PNE) forneceu substrato para influir na elaboração de diversas políticas públicas (posteriores ao PNE), além de apontar que as teses discutidas nesses eventos foram

replicadas e estratégias semelhantes foram empregadas também nas votações dos Planos Estaduais e Municipais (MACHADO, 2018, p. 07-09).

Em relação às diferenças entre os objetivos dos grupos católicos e neopentecostais, Machado afirma que

enquanto os primeiros se destacaram nas últimas décadas pela defesa da vida, os políticos pentecostais priorizaram o tema da sexualidade combatendo de forma assertiva as tentativas de ampliação dos direitos sexuais. Isto não quer dizer que o tema da vida não lhes fosse importante mas, sim, que as lideranças pentecostais se viram ameaçadas no início do século XXI com a proposta de Lei de iniciativa do poder executivo para criminalizar a homofobia (PL122) e, com isto, a temática da sexualidade tornou-se central para o grupo (MACHADO, 2011; VITAL e LOPES, 2013; Marcelo NATIVIDADE e Leandro OLIVEIRA, 2013). De qualquer forma, observa-se uma aliança cada vez maior entre os dois segmentos com parlamentares de ambos os lados assinando conjuntamente os projetos para coibir o aborto e a inserção da perspectiva de gênero nas políticas públicas ou sendo selecionados para serem os relatores dos mesmos. (p. 08, 2018)

A colocação de Machado vai de encontro às pesquisas de Smith, que demonstraram a predileção dos grupos neopentecostais pela socialização das questões ligadas à sexualidade, aos direitos sexuais e à identidade de gênero como forma de lograr êxito na congruência de opinião e alinhamento político. O Projeto de Lei apresentado na cidade de Passo Fundo, apesar de não ter sido mobilizado por uma bancada declaradamente religiosa, usou dos mesmos instrumentos e recursos discursivos mobilizados pelos grupos fundamentalistas: ataques infundados e distorcidos ao debate de gênero, retórica da perda associada à aniquilação de valores tradicionais e destruição da família e o apelo ao medo por meio do lançamento de ameaças infames como associação entre o debate de gênero/orientação sexual e a prática da pedofilia e a sexualização precoce de crianças.

4.2 Estratégias discursivas e a concepção da bancada proponente em torno do tema: imolação dos direitos LGBTQIA+ como forma de alinhamento político.

Para se ter uma ideia da concepção de gênero que emerge da bancada proponente, vamos começar analisando algumas falas do vereador Ronaldo Rosa em entrevista ao jornal “O Nacional”, de Passo Fundo. A entrevista foi publicada em 28 de dezembro de 2017, concedida imediatamente após o lançamento do vídeo nas redes sociais. Questionado sobre a intenção por trás da divulgação do vídeo, Rosa afirma que desejava “criar um fórum democrático de debate com a sociedade”. Diz o ex-vereador: “queremos saber qual é a opinião pública sobre essa questão da ideologia de gênero”. Mais à frente, ele acrescenta que a intenção do movimento “não é levar o debate para o lado preconceituoso. Só acho que o ambiente escolar não é onde

se deve tratar essas questões, que é (sic) de foro íntimo da família. Os pais tem a responsabilidade de orientar os filhos”.

Após declarar que enxerga a questão de identidade de gênero como uma ameaça à formação de crianças e adolescentes que de acordo com ele, não estariam “preparados psicologicamente para debater um tema com esta envergadura”, Rosa afirma que tampouco acredita que os professores estivessem preparados para absorver esta demanda, visto que, nas suas palavras, “seria um risco muito grande aos professores *ter que trabalhar essa sexualização em sala de aula*” (grifo nosso). Quando interrogado sobre o uso do termo “ideologia do mal”, Ronaldo Rosa explica que no seu entendimento, “uma coisa está ligada a outra. Pedofilia é algo muito ruim que temos na nossa sociedade. É crime. E a sexualização pode ir para este lado, principalmente se levarmos em conta quem são as pessoas que estão falando e escrevendo sobre este tema” [...]. Ele complementa:

não gostaria de citar nomes, mas se você pegar os autores que estão tratando deste assunto e que poderão ser levados para a sala de aula, vai ver que são pessoas que têm uma orientação sexual. São tendenciosos em fazer uma confusão na cabeça da menina e do menino, ao ponto de confundir se ele é realmente menina ou menino. Queremos evitar isso, porque sabemos que poucas escolas trabalharam o tema, mas mais cedo ou mais tarde isso vai acontecer (VEREADORES..., 2018).

O ex-vereador Mateus Wesp foi procurado pela reportagem mas não atendeu ao jornal alegando estar em viagem, no entanto, ele declarou “assinar embaixo” as declarações de Ronaldo Rosa. De acordo com o jornal, como o vídeo foi divulgado no finalzinho do mês de dezembro (período de recesso parlamentar), os vereadores apresentaram uma moção, indicando a intenção de apresentar Projeto de Lei sobre a matéria no início do próximo ano Legislativo (2018). A versão preliminar do Projeto (PL 131/2017) porém, foi protocolada na CMVPPF alguns dias antes, em 18 de dezembro de 2017 de acordo com o site da CMVPPF que, em sua justificativa, também revela uma concepção problemática acerca do debate de gênero. Num determinado trecho os proponentes afirmam que

[...] vem surgindo nos últimos anos, uma corrente denominada ideologia de gênero que *contrariando até mesmo a teoria da evolução, a biologia e tudo o mais que já se ouviu falar*, tenta implantar a ideia de que o ser humano não nasce homem ou mulher, mas constrói a sua identidade ao longo da vida. E com essa ideologia, pretendem implantar, também no ensino, essa prática, no sentido de excluir toda e qualquer forma de identidade feminina e masculina, deixando nossas crianças sem qualquer referência de identidade como pessoa e seu papel social.

Além disso, consoante estudos sobre o tema, identificou-se que A ideologia de gênero afirma que o homem e a mulher não diferem pelo sexo, mas pelo gênero, e que este não possui base biológica, sendo apenas uma construção socialmente imposta ao ser humano, através da família, da educação e da sociedade. Afirmar ainda que o gênero,

em vez de ser imposto, deveria ser livremente escolhido e facilmente modificado pelo próprio ser humano. Ou seja, que ao contrário do que costumamos pensar, as pessoas não nascem homens ou mulheres, mas são elas próprias condicionadas a identificarem-se como homens, como mulheres, ou como um ou mais dos diversos gêneros que podem ser criados pelo indivíduo ou pela sociedade. Deveria ser considerado normal passar de um gênero a outro e o ser humano deveria ser educado, portanto, para ser capaz de fazê-lo com facilidade, libertando-se da prisão em que o antiquado conceito de sexo o havia colocado. (PASSO FUNDO (RS), Projeto de Lei nº 131/2017)

O exemplo mais contundente é a justificativa do PL 131/2017, à qual os ex-vereadores anexaram um texto bastante replicado nas páginas de grupos conversadores religiosos cuja autoria foi suprimida no documento, mas cuja fonte indicada (*comshalom.org*) atribui ao Padre Luiz Carlos Lodi da Cruz, presidente do Pró-vida de Anápolis. De fato, o texto também está publicado no site do referido instituto com assinatura do padre Luiz Carlos, com o título “O exemplo da Suécia” e data de 21 de abril de 2014. Como se pode inferir pelo título, o texto traça um panorama da alegada desventura da experiência sueca, país supostamente “dominado pela ideologia de gênero”. O primeiro parágrafo do texto publicado na página do instituto, que se refere à tramitação do PL 8.035/2010 (que viria a aprovar o PNE) foi suprimido da justificativa do PL 131/2017, porém, o segundo parágrafo (primeiro no PL 131), resume o tom mais geral do artigo:

Nem todos compreendem a importância e a extensão do problema. A vitória da ideologia de gênero significaria a permissão de toda perversão sexual (incluindo o incesto e a pedofilia), a incriminação de qualquer oposição ao homossexualismo (crime de homofobia), a perda do controle dos pais sobre a educação dos filhos, a extinção da família e a transformação da sociedade em uma massa informe, apta a ser dominada por regimes totalitários (PASSO FUNDO (RS) , Projeto de Lei nº 131/2017).

De acordo com o autor, os dados apresentados “foram extraídos de uma entrevista feita em 2011 pelo portal *LifeSiteNews* a Jonas Himmelstrand, um *experiente educador sueco*, autor do livro *Seguindo seu coração: na utopia social da Suécia*, publicado em 2007 e ainda pendente de tradução” (SWEDEN..., 2011, *grifo nosso*). O texto eleva a uma potência altíssima o tom de conspiração adequado à disseminação do pânico moral através da retórica da perda, reforçando associação entre a identidade de gênero, a sexualização infantil e a pedofilia. Em linhas gerais, descreve-se o dilema de pais supostamente compelidos à enviar os filhos à escolas de educação infantil nas quais as crianças estariam sendo teoricamente doutrinadas e sexualizadas.

A entrevista referida pelo autor de “O exemplo da Suécia” tem como tema único a questão da permanência das crianças em creches e escolas de educação infantil durante o horário de trabalho dos pais. O entrevistado deixa claro que é um ativista obstinado contra a

subvenção das escolas de educação infantil, ligando a permanência nas escolas a problemas sociais e desenvolvimento. A única menção a gênero que aparece na entrevista diz respeito à política de igualdade de gênero da Suécia, que subsidia as creches para acolher as crianças enquanto os pais trabalham. Nas palavras dele “a maioria dos pais integram a força de trabalho em função da alta carga tributária e da pressão pela ‘igualdade de gênero’ que evita que as mulheres fiquem trancadas em casa, ‘presas ao forno’ como diz uma expressão sueca (SWEDEN..., 2011).

Ao afirmar que a permanência das crianças nas creches encoraja o colapso das famílias Himmelstrand reconhece que não tem dados concretos e, portanto, sustenta essa afirmação com nada além de uma opinião pessoal, não obstante a página *LifeSiteNews* refere-se a ele em termos bastante lisonjeiros, como “proeminente crítico social”, “bastante conhecido mentor sueco, pesquisador e consultor de negócios”, “um educador experiente, mentor e escritor que também apresenta e dá palestras a empresas desde 1981” e refere-se também a “sua distinta pesquisa que o levou a escrever um livro”²⁹ (SWEDEN..., 2011, tradução nossa).

Em uma busca pelas credenciais do provedor das informações replicadas pelo padre, encontramos um artigo intitulado “*Doubts over childcare 'expert' feted by Tories*” (em tradução livre “Dúvidas acerca de ‘especialista’ em cuidados com a criança, alimentado pelo Tories³⁰”), do jornal britânico *The Guardian* (DOUBTS..., 2013). O artigo traz no título a expressão “especialista” entre aspas, colocando em xeque a reputação de Jonas Himmelstrand após a realização de um evento na Câmara dos Comuns (*House of Commons*), a Câmara Baixa do Parlamento do Reino Unido. De acordo com a reportagem, durante sua fala no evento, Himmelstrand apontou a existência de correlação entre a permanência de crianças em idade pré-escolar em creches (*pre-school daycare*) ao declínio da saúde mental de adolescentes, problemas de desempenho escolar além do aumento de tendências suicidas entre jovens. No entanto, o responsável pelo estudo referido por Himmelstrand, Dr. Sven Bremberg, o desmentiu logo em seguida, afirmando que suas alegações não encontravam lastro no estudo conduzido por ele.

A reportagem informa ainda que o evento recebeu destaque da mídia local de modo que tanto o *Daily Telegraph* quanto o *Daily Mail* (tradicionais jornais britânicos) referiram-se à Himmelstrand como “pesquisador” e “psicólogo”, porém, procurado pelo jornal “*Observer*”,

²⁹ Em ordem: “prominent social critic”; “well-known Swedish mentor, researcher and business consultant”; “is an experienced educator, mentor, and writer who has presented and lectured to companies since 1981”; “[...] his unique research led him to write a book”.

³⁰ Tories: o partido conservador britânico.

Himmelstrand informou que era “autodidata” e que não possuía diploma de curso superior. Além disso, no evento Himmelstrand apresentou-se como fundador do *Mireja Institute* e como membro facultativo (*faculty member*) do *Neufeld Institute*, fundado pelo psicólogo Dr. Gordon Neufeld. Uma semana depois ele declarou que o *Mireja Institute* era um “clube de um homem só³¹” e ademais, os jornalistas descobriram que o site do *Neufeld Institute* informava que para tornar-se membro facultativo bastava concluir “um curso avançado em *homeschooling* e um estágio de dois anos em seu ‘campus virtual’”.

Ainda de acordo com o *The Guardian*, além do Dr. Bremberg, Himmelstrand foi desmentido por outro pesquisador citado por ele no evento: ele alegou que um estudo conduzido psicólogo sueco Magnus Kihlbom concluiu que o declínio na qualidade das creches suecas estava causando danos às crianças, porém, quando procurado, o pesquisador desacreditou-o com uma pitada de desprezo “provavelmente um conservador” e esclarecendo que “mesmo para crianças muito pequenas creches de qualidade com relações confiáveis entre cuidadores e crianças são boas para a maioria delas” (tradução nossa). A reportagem conclui informando que um estudo de revisão que seria em breve publicado pelo Instituto Britânico de Pesquisa em Políticas Públicas concluiu que existem evidências substanciais para afirmar que o impacto da permanência em creches é bastante positivo tanto para o desenvolvimento cognitivo quanto emocional. Himmelstrand “um advogado fervoroso do *home schooling*” de acordo com os jornalistas do *The Guardian*, mudou-se para a Finlândia temendo que o serviço social sueco tomasse a guarda de seus filhos. Ainda nas palavras dos jornalistas, ele se mantém por meio do seu trabalho como consultor e apesar de negar ser um político conservador, é um conferencista frequente em uma associação de libertários radicais da Suécia.

Como vimos acima, não existe qualquer razão para tomar a fonte das informações do padre Luiz Carlos Lodi da Cruz como uma fonte confiável. O editorial do *The Guardian* informa que Himmelstrand vinha sendo classificado como “nada científico” e “desqualificado”³². Porém tampouco o padre Luiz Carlos, autor do texto, passa ileso por uma busca rápida pelo seu nome: ele ganhou um certo destaque nos jornais brasileiros em função da condenação transitada em julgado no ano passado (2020), quando foi sentenciado a pagar uma indenização próxima de R\$ 400.000,00 a uma mulher da cidade de Morrinhos, no sul de Goiás, que no ano de 2005 obteve autorização legal para a interrupção da gravidez em função do bebê

³¹ No original “one-man outfit”, por falta de uma *mot juste*, optamos por traduzir a expressão como “clube de um homem só”, a fim de preservar o sentido utilizado pela redação do *The Guardian*.

³² No original “unscientific” and “unqualified”.

ter recebido o diagnóstico da síndrome de *Body Stalk*, que impede a vida fora do útero (SEM CHANCE..., 2020).

Desconsiderando o quadro de fragilidade da vítima em razão das circunstâncias de um diagnóstico tão trágico, o padre entrou com recurso judicial para impedir a interrupção da gravidez. A justiça concedeu uma liminar depois que o tratamento de quatro dias (para interrupção da gravidez) estava se encaminhando para o fim e a vítima foi obrigada a suspender o tratamento e deixar o hospital, mesmo com dilatação avançada pela medicação já administrada. Oito dias após a alta forçada, o parto foi realizado mas a criança morreu menos de duas horas após o procedimento. A advogada da vítima informou que na época, além de toda a violência a que foi submetida com a obrigação de levar a gestação a termo contra a própria vontade, ela ainda sofreu assédio por ter buscado o aborto, desenvolveu quadro de depressão e afirma que “até hoje a cliente sofre as consequências do aborto interrompido”. O padre, que declarou não se arrepender por estar “defendendo uma vida”, teve todos os seus recursos negados até o trânsito em julgado, quinze anos após o desenrolar dos eventos (SEM CHANCE..., 2020).

As alegações do texto do Padre Luiz Carlos dão conta, por exemplo, de que na Suécia “os professores são orientados a perguntar aos alunos: o que te excita?” O texto está cheio de afirmações contundentes, sem referências e capciosas como esta, que suscitam mais perguntas do que oferecem respostas – mas que tem o poder de disparar o gatilho do pânico moral – um reflexo muito mais acessível do que o da ponderação nos conservadores e fundamentalistas religiosos. A falta de detalhes, referências confiáveis e o extremismo sensacionalista da assertiva depõe contra a confiabilidade das alegações: é impossível imaginar um contexto em que essa pergunta, dirigida de um professor a um aluno (especialmente a uma criança) não configure um caso claro de abuso sexual e, sendo assim, não despertasse a suspeita, senão a ira e indignação de qualquer pessoa sensata e conseqüentemente, o acionamento de órgãos de proteção e regulação.

O padre atribui a informação a Johan Lundell, de acordo com ele secretário geral do grupo sueco pró-vida (*Ja till Livet*) à época. Infelizmente nossas buscas pelo nome de Lundell não retornaram nenhum material de fonte confiável em língua de que temos domínio. De qualquer forma isso não elimina as suspeitas em torno da alegação do padre, pelo contrário, se o material contivesse referências que pudessem ser consultadas sua veracidade poderia ser atestada sem maiores questões. A falta delas leva apenas à desconfiança e falta de credibilidade do texto, que além de não referenciar também não dá mais detalhes acerca do ocorrido. Não informa, por exemplo, a origem dessa suposta orientação: caso ela existisse de fato não seria

importante saber quem ou qual entidade/organização estaria orientando os professores suecos a fazer pergunta tão sórdida aos alunos? Se isso realmente estivesse acontecendo em larga escala como ele afirma, não seria pertinente supor que haveria no mínimo alguma reação da sociedade civil ou da comunidade escolar? Não é difícil crer que pais, professores e órgãos regulatórios da Suécia seriam tão obtusos a ponto de não esboçarem qualquer reação a uma postura sexualmente ofensiva e claramente violenta sobre suas crianças? Seria possível coligir outros registros de ocorrências semelhantes? Existiria alguma documentação/denúncia que pudesse provar que esta alegação é verdadeira ou devemos tomar a palavra do autor como prova suficiente?

Quando fazemos perguntas a respeito, a afirmação se esvazia e ganha contornos quase surreais, fica cada vez mais explícito que da forma como foi apresentada ela dificilmente tem assento na realidade e que serve sobretudo como forma de deslegitimar as questões voltadas à educação sobre sexualidade e ao debate de gênero nas escolas. Formular perguntas, desafiar convicções e declarações autocráticas, investigar e buscar respostas é parte fundamental do fazer científico e como tal essa postura deve ser encorajada, entretanto, uma estratégia notadamente oposta é bastante presente no texto do padre: a generalização de conclusões a partir de casos singulares, como no caso da escola *Egalia*, mencionado no texto:

O currículo nacional da Suécia procura combater os estereótipos de gênero, ou seja, os papéis atribuídos pela sociedade a cada sexo. A escola *Egalia*, do distrito de Sodermalm, em Estocolmo, evita o uso dos pronomes ele (han) ou ela (hon) quando se dirige aos mais de trinta meninos e meninas que lá estudam, com idade de um a seis anos. Em vez disso, usa-se a palavra sexualmente neutra hen, um termo inventado que não existe em sueco, mas que é amplamente usado por feministas e homossexuais. A escola contratou um pedagogo de gênero para ajudar os professores a removerem todas as referências masculinas ou femininas na linguagem e no comportamento. Os blocos Lego e outros brinquedos de montar são mantidos próximos aos brinquedos de cozinha, a fim de evitar que seja dada qualquer preferência a um papel sexual. Os tradicionais livros infantis são substituídos por outros que tratam de duplas homossexuais, mães solteiras, crianças adotadas e ensinam novas maneiras de brincar. Jenny Johnsson, uma professora da escola, afirma: a sociedade espera que as meninas sejam femininas, delicadas e bonitas e que os meninos sejam masculinos, duros e expansivos. *Egalia* lhes dá uma oportunidade fantástica para que eles sejam qualquer coisa que queiram ser (O EXEMPLO..., 2014).

A descrição da escola *Egalia*, acima reproduzida, não tem nada de absurdo, pelo contrário, mostra uma escola bastante progressista conjuminando esforços para dissolver ideias cristalizadas no imaginário social acerca dos papéis tradicionais de homens e mulheres, desconstruindo marcadores sociais da diferença já bastante reificados. Não se trata de confundir, sexualizar ou manipular o gênero das crianças, como arguem os conservadores, trata-se de evitar impor limitações à bagagem de referências das crianças para que, no futuro o

espectro de escolhas pessoais e profissionais seja mais fluido e livre de amarras desnecessárias e condicionantes. Um exemplo bastante ilustrativo é a participação das mulheres na ciência: meninos são estimulados desde muito cedo a se aventurarem no campo das ciências, das engenharias, da matemática, física, astronomia, etc., de modo que profissões ligadas a estas áreas acabaram se incrustando no imaginário social como atividades tipicamente masculinas. Essa concepção acaba excluindo essas referências do espectro de possibilidades das meninas, que tradicionalmente são orientadas às atividades domésticas ou, profissionalmente às artes, humanidades e afins. Diluir os papéis de gênero é abolir convenções como essas para que cada um possa fruir da própria liberdade independentemente do gênero, sem qualquer tipo de coação herdada social e culturalmente.

Averiguando as afirmações do padre Luiz Carlos, percebemos que a descrição feita por ele da Escola *Egalia* é bastante próxima da caracterização de uma outra pré-escola sueca, a *Nicolaigarden*, cuja descrição consta de um artigo de 2012 do jornal americano *The New York Times* reproduzido pelo periódico brasileiro Folha de São Paulo. A congruência entre os perfis da escola *Nicolaigarden* e a da Escola de *Egalia* que integra o texto do padre Luiz Carlos é tão grande que é difícil não imaginar que a matéria possa ter servido como base das alegações do padre sobre a Escola de *Egalia*, reproduzimos o primeiro trecho da matéria para que o leitor repare na similaridades

Numa pré-escola de Estocolmo, os professores evitam usar os pronomes "ele" e "ela". Em vez disso, chamam seus 115 aluninhos de "amigos". O uso dos pronomes masculinos ou femininos é tabu. Eles são substituídos pelo pronome "hen", palavra sem gênero que a maioria dos suecos evita, mas que é usada em alguns círculos gays e feministas.

A biblioteca da escola tem poucos contos de fada clássicos, como "Cinderela" ou "Branca de Neve", com seus estereótipos masculinos e femininos. Mas há muitas histórias sobre pais solteiros, crianças adotadas ou casais do mesmo sexo.

As meninas não são incentivadas a brincar com cozinhas de brinquedo, e os blocos de montar não são vistos como brinquedos para meninos. Os professores são orientados a tratar os meninos, quando eles se machucam, com o mesmo carinho que dariam às meninas. Lá, todo mundo pode brincar com bonecas. (PRÉ-ESCOLA..., 2012)

A *Egalia* aparece como escola modelo baseada nas diretrizes adotadas pela escola *Nicolaigarden*:

Malin Engleson, funcionária de uma galeria de arte, estava buscando sua filha na escola e comentou que as crianças são ensinadas ali "que meninas podem chorar, mas meninos também podem". "Foi por isso que escolhemos essa escola", prosseguiu. O modelo vem sendo tão bem sucedido que, dois anos atrás, três professores da *Nicolaigarden* abriram uma escola distinta nos mesmos moldes, que agora tem quase 40 alunos. Chamada *Egalia*, para sugerir igualdade, a nova escola fica no bairro de Sodermalm. (PRÉ-ESCOLA..., 2012)

O que a matéria destaca e o padre omite é que a *Nicolaigarden* e a Escola *Egalia* são exceções no sistema educacional sueco e não uma regra como ele, intencionalmente, deixa pressuposto (o título da seção do texto de autoria do padre em que consta o parágrafo sobre a Escola *Egalia* é intitulado “Crianças massificadas nas escolas”, assim, no plural). A *Nicolaigarden* tornou-se tema de reportagem do *The New York Times* justamente por conta das suas particularidades em relação às questões de gênero, não apesar delas. De acordo com a matéria a existência da escola reflete uma preocupação da classe política com a igualdade de gênero e teve sua pedra fundamental lançada pela aprovação, ainda em 1998, de uma lei “exigindo que as escolas garantissem oportunidades iguais para meninos e meninas”. Por mais que isso possa sugerir uma tendência forte na sociedade sueca, não quer dizer que todas as escolas estejam aderindo à linguagem neutra nem quaisquer outros dispositivos voltados à desintegração dos estereótipos de gênero.

O texto do padre usado pelos ex-vereadores na justificativa do PL 131/2017 ainda vocifera contra suposta subvenção estatal sueca para políticas de inclusão, leis de criminalização da LGBTfobia (cujos dispositivos legais não foram referenciados), avança contra a prática ilegal do *homeschooling* (proibido na Suécia salvo em circunstâncias extraordinárias³³), aborto e regulamentação dos direitos sexuais e reprodutivos da mulher (também sem referência objetiva), apontando todas estas questões para retomar na conclusão as palavras do seu “especialista”: “tudo na Suécia dá sinais de decadência: adultos com problemas de saúde relacionados com stress, jovens com declínio na saúde psicológica e nos resultados escolares, grande número de pessoas com licença médica e a incapacidade dos pais de se conectarem com seus filhos”. Mais uma vez há uma clara distorção nas palavras do entrevistado, visto que a citação acima refere-se exclusivamente à questão da permanência das crianças nas creches mantidas com recursos públicos, em momento algum Jonas Himmelstrand se referia ao aborto, direitos da mulher, identidade de gênero ou sexualidade quando enumerava os “problemas” da Suécia, apontados por ele sem qualquer evidência.

Os indícios apontam que o texto do padre tem mais elementos de função performativa do discurso, para efeito de disputa da imaginação social e disseminação do pânico moral do que informações factuais adequadas para a realização de um debate sério em torno do tema. Uma coletânea de distorções, informações não embasadas, sem qualquer referência e asserções propositalmente sensacionalistas que não podem ser verificadas, além de uma fonte nada

³³ De acordo com informações da HSLDA – Home School Legal Defense Association.

confiável são razões mais do que suficientes para desqualificar o artigo anexado pelos ex-vereadores à justificativa do PL 131/2017. Himmelstrand não é um “experiente educador sueco” como informa o texto do padre Luiz Carlos, é um lobista contra a subvenção estatal das creches na Suécia e um ativista sem formação acadêmica que usa um verniz de ciência para dar credibilidade às suas alegações, mas é incapaz de embasar suas demandas com estudos sérios e dados de procedência confiável.

Nas mais diversas falas da entrevista do vereador Ronaldo Rosa ao jornal O Nacional, bem como na justificativa um tanto barroca do Projeto de Lei 131/2017, percebemos explicitamente uma atitude técnico-instrumental sobre o imaginário em torno da discussão de gênero e orientação sexual nas escolas. As alegações dos proponentes do projeto de Lei no vídeo anteriormente citado e na justificativa não encontram lastro na realidade do chão da escola, tampouco na teoria *Queer* e nas demandas dos movimentos feminista e LGBT. Quando Rosa afirma, no vídeo, que existe uma “pretensão das escolas de quererem impor às nossas crianças, esta ideologia”, ele insinua que a discussão de gênero supostamente encontraria grande capilaridade dentro da comunidade escolar passofundense.

As questões relativas à discussão de gênero dentro das escolas constituem uma demanda forte dos coletivos LGBTQIA+, do movimento feminista e de outros movimentos sociais numa aspiração paralela às demandas do movimento negro que, conforme sublinhado por Moehlecke, reorganizando-se a partir da década de 1980, passa a postular a valorização da cultura africana e a história do negro no Brasil como componente curricular oficial a fim de combater os “enquadramentos” enviesados pelo preconceito racial e o racismo estrutural (2002, p. 204).

A própria ideia de que a discussão de gênero seria um esforço coletivo coordenado e defendido à luz do dia, com fins de sexualizar precocemente as crianças em idade escolar e de facilitar a prática monstruosa da pedofilia é tão grotesca e absurda que é difícil de admitir que tenha sido defendida numa Casa Legislativa. O processo Legislativo é um processo político, portanto, está sujeito às idas e vindas particulares da conjuntura de cada tempo, mas tratar uma questão tão séria, com implicações tão consideráveis, de forma tão leviana, distorcida e mal fundamentada (“seria um risco muito grande aos professores *ter que trabalhar essa sexualização em sala de aula*”; “vem surgindo nos últimos anos, uma corrente denominada ideologia de gênero que contrariando até mesmo *a teoria da evolução, a biologia e tudo o mais que já se ouviu falar*”) é sinal muito grave da degeneração do próprio processo legislativo. O que se verifica é a exacerbação dos processos detalhados por Backzo, de tal maneira que instrumentalização de determinados temas, sobretudo aqueles ligados à equidade e à justiça social, tem abandonado qualquer réstia de decoro para produzir narrativas virulentas e

completamente descompromissadas com os fatos, com a democracia e com os Direitos Humanos.

Mas não são somente as questões de gênero que servem como base para o reforço da função performativa dos discursos difundidos (Baczko, 1985), a educação sexual também precisa ser salvaguardada da ofensiva dos setores conservadores. A própria ideia de que a discussão (qualificada) dessas questões pudesse resultar na sexualização precoce e facilitar a prática da pedofilia não só é vulgar como é insidiosa, visto que é a escola como instituição que tem contribuído mais sensivelmente para levantar casos de violência sexual contra crianças e adolescentes.

Conforme dados preliminares divulgados pelo Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, somente entre primeiro de janeiro e 12 de maio de 2021, as denúncias de violência contra crianças e adolescente já somam um total de mais de 35.000 (trinta e cinco mil) ocorrências, das quais em torno de 6.000 (seis mil), ou aproximadamente 17,5%, correspondem à denúncias de violência sexual (BRASIL, MMFDH, 2018). De acordo com dados do balanço realizado pela Secretaria Nacional de Direitos Humanos da Presidência da República, divulgados no ano passado, no ano de 2019 foram registrados mais de 86.800 (oitenta e seis mil e oitocentas) queixas de violações de direitos de crianças e adolescentes, dos quais mais de 17.000 (dezessete mil) correspondem à queixas de violência sexual. A Página do MMFDH informa ainda que o levantamento da ONDH (Ouvidoria Nacional de Direitos Humano) permitiu identificar que a violência sexual acontece, em 73% dos casos, na casa da própria vítima ou do suspeito, mas é cometida por pai ou padrasto em 40% das denúncias” (BRASIL, MMFDH, 2018). A própria ministra Damares Alves reconhece a situação de vulnerabilidade das crianças em face da tutela única da família: “nossos telefones tocaram 3,5 milhões de vezes no ano passado. No ano de pandemia o número de ligações diminuiu e a gente sabe o porquê: as crianças estavam em casa e não na escola” (BRASIL, MMFDH, 2021).

Para além da questão da formação integral e cidadã, a discussão de gênero e sexualidade na escola atua como prevenção da violência e veículo de notificação: não é raro que casos de abuso e violência doméstica contra crianças e adolescentes sejam identificados por meio da atuação dos professores e funcionários da escola, visto que, conforme frisado anteriormente, na grande maioria dos casos os agressores fazem parte do núcleo familiar ou são pessoas muito próximas das vítimas. Os políticos que, em nome da “defesa da família”, atacam a inclusão da temática de gênero e sexualidade nas bases curriculares o fazem a custa da segurança e da integridade física e psicossocial das crianças submetidas à violência. Os dados coletados anualmente referendam a ideia de que enfraquecer os recursos da escola no que tange ao

tratamento da educação sexual é uma política de proteção aos agressores e não à família, muito menos às crianças.

A manipulação dos medos sociais e do pânico moral anula a possibilidade de diálogo, esvazia o processo democrático além de gerar desinformação e ódio. A difusão de uma ameaça grave como a sexualização de crianças e facilitação da pedofilia é, justificadamente, um forte apelo à resistência de qualquer pessoa minimamente sensata e preocupada com o bem-estar social e com a integridade de crianças e adolescentes e da escola como instituição. Nesse caso, o fato de que essa ameaça não tem nada de factível acaba em segundo plano: considerando que os pormenores da dicotomia gênero/sexo biológico e a forma adequada de se conversar sobre isso com crianças em idade escolar não são temas de domínio público, é natural que distorções como essa causem reações exacerbadas e gerem a antipatia da parte da população mal informada sobre o tema. Aqui se verifica a imolação das pautas feministas e LGBTQIA+ com fins de obtenção de alinhamento político: como Boas e Smith (2019) nos mostram, a pauta moral é muito eficiente na geração de congruência de opinião, ela mobiliza com muita facilidade os afetos que despertam a dimensão normativa da imaginação social.

4.3 Alguns apontamentos acerca do texto e da tramitação dos Projetos de Lei e do Substitutivo posteriormente aprovado.

O Projeto de Lei nº 131/2017 define como objetivo alterar a redação das “metas” nº 7.72, 8.7, 8.8, 8.16, 8.18, 8.19, 8.32, 10.16 e 15.14 do anexo único da Lei nº 5.146/2015 (o Plano Municipal de Educação) excluindo quaisquer menções à palavra “gênero”, contidas especificamente nestes itens. Uma ressalva: o anexo do Plano Municipal de Educação de Passo Fundo possui apenas 20 metas, sendo estas essencialmente as mesmas metas³⁴ fixadas pela Lei 13.005/2014 (o Plano Nacional de Educação). Ainda que a ementa do PL 131/2017 declare alterar as *metas* do PME, na verdade as alterações foram realizadas nas *estratégias* constantes das metas 07, 08, 10 e 15. Além disso, o PL objetivava também acrescentar um parágrafo ao Artigo 199 da Lei Orgânica do Município de Passo Fundo, com a seguinte redação:

Parágrafo único – Não será objeto de deliberação qualquer proposição legislativa que tenha por objeto a regulamentação de políticas de ensino, currículo escolar, disciplinas obrigatórias ou mesmo de forma complementar ou facultativa, que tendam a aplicar a

³⁴ Salvo pequenas alterações de forma na redação das metas nº 04, 14 e 16, as demais preservam exatamente a mesma redação constante do Plano Nacional de Educação. As metas cujo texto não foi fielmente reproduzido (enumeradas acima) apresentam redação bastante similar de forma que as alterações realizadas ficam circunscritas a recursos de texto, preservando em essência exatamente os objetivos e desígnios do PNE.

ideologia de gênero, o termo 'gênero' ou orientação sexual (PASSO FUNDO (RS), Projeto de Lei 131/2017).

Além de suprimir o debate em sala de aula, o projeto também tencionava travar quaisquer iniciativas análogas, criando impedimento para a tramitação futura de projetos que versassem sobre a matéria. O PL 131/2017 não foi apreciado pelo Legislativo, tendo sido arquivado em 29 de dezembro do mesmo ano, com base no Art. 145 do Regimento Interno vigente à época (que determina que as matérias que dependam de deliberação, não apreciadas até o final do período legislativo seriam arquivadas), de acordo com informação do Portal Legislativo da Câmara Municipal de Vereadores de Passo Fundo.

Em 20 de fevereiro de 2018 o Gabinete do ex-vereador Mateus Wesp apresenta novo projeto sobre a mesma matéria. O PL 14/2018, é bastante similar ao PL 131/2017. Utilizando um *software* para comparação dos diferentes arquivos notamos que, salvo pequenas alterações, ambos os projetos são praticamente idênticos (pra se ter uma ideia, o relatório fornecido pelo *software* classifica os dois arquivos como 97,7% idênticos; 0,6% pequenas alterações e 0,3% significado relacionado – isso considerando que alterações de data, códigos e dados de protocolo entram na conta das dessemelhanças entre os dois projetos). Foram realizadas alterações pontuais na justificativa, porém, essas alterações estão mais voltadas à formatação e correção ortográfica do que alterações de conteúdo, além disso, o texto do Padre Luiz Carlos Lodi da Cruz foi eliminado da justificativa deste novo projeto. Em relação à proposição em si, o PL 14/2018 não apresenta modificações significativas com exceção da exclusão do Art. 11º, que acrescentava parágrafo único à Lei Orgânica do Município como forma de coibir a apreciação de futuros projetos de Lei sobre a mesma matéria. O texto ainda exclui a palavra gênero das estratégias constantes das metas 07, 08, 10 e 15 do Plano Municipal de Educação.

Em 28 de fevereiro de 2018, o gabinete do ex-vereador Roberto Gabriel Toson, eleito pelo Partido Social Democrático (PSD), apresenta um Substitutivo ao PL 14/2018 fazendo uma emenda ao projeto original com objetivo de “deixar mais clara a definição do termo gênero no PME, não o suprimindo, mas tornando seu significado completamente específico”. Em tom bastante peremptório ele acrescenta ainda: “a definição expressa irá, definitivamente, encerrar as controvérsias em relação ao assunto e deixar claro o que a ciência e a psicologia já confirmaram” (PASSO FUNDO (RS), Substitutivo nº 1/2018). Na prática a proposta do substitutivo é bem menos ambiciosa e terminativa do que pretende a sua ementa: as nominadas estratégias do PME passariam a vigorar com a mesma redação original, porém onde se lê “gênero”, passa-se a ler “gênero masculino e gênero feminino”. Nesta manobra simplória consiste toda a alteração que pretende “encerrar as controvérsias em relação ao assunto”.

Efetivamente, a alteração proposta pelo Substitutivo pretende criar um artifício a fim de pautar a discussão em sala de aula *encerrando-a nos limites que os proponentes acham justo*. O que não fica muito claro, mesmo com a justificativa do vereador, é de que maneira limitar o texto das estratégias aos termos “gênero masculino” e “gênero feminino” encerraria as divergências em torno da discussão de gênero. Em primeiro lugar porque o PME não determina bases curriculares, em segundo, porque, mesmo que houvesse uma forma de fiscalizar um debate em sala de aula (para além do estímulo ao poder de polícia dos alunos), não é impossível falar sobre identidade de gênero usando apenas os termos “gênero masculino” e “gênero feminino”. Em entrevista à Rádio Uirapuru, rádio local líder de audiência, a concepção e a motivação do vereador ficam mais aparentes do que na justificativa do Substitutivo,

[...] o vereador Toson explicou que quando se fala em gênero, somente existem dois, pois as pessoas nascem homens ou mulheres, independentemente de sua orientação sexual. Segundo o vereador, o substitutivo tem por objetivo fazer com que seja tratado nas escolas sobre a desigualdade entre homens e mulheres. De acordo com Toson, a proposta foi bastante estudada e não havia nada de inconstitucional. O vereador defendeu a importância e necessidade de que o projeto (sic) seja votado pelos demais parlamentares (PROJETO..., 2018).

Nesta pequena sùmula de entrevista divulgada pela rádio fica claro que a intenção não é “deixar mais clara a definição do termo gênero no PME”, mas inscrever no texto da Lei a concepção pessoal do vereador acerca da constituição humana de gênero. Ao afirmar que uma “definição expressa vai encerrar as controvérsias sobre o assunto” o vereador está jogando poeira nos olhos dos próprios eleitores, dando a entender que essa definição seria capaz de obstruir completamente a realização de um diálogo acerca da identidade de gênero nas escolas. Caso o PME realmente fosse uma diretriz curricular e se ele fizesse de fato recomendação de trabalho da questão da identidade de gênero na sala de aula, então é certo que amarrar a palavra gênero aos termos masculino e feminino poderia até criar algum entrave, mas nada tão significativo que fosse inviabilizar ou sequer impedir a realização desse debate.

O que fica aparente na emenda do ex-vereador Toson é que a intenção é criar uma proibição que é muito mais simbólica do que factual, isso por que, mesmo que as estratégias do PME fossem uma diretriz curricular (o que não são), a única forma de “fiscalização” de quaisquer desvios à limitação imposta pelo Substitutivo seria por meio do estímulo ao poder de polícia dos alunos (sacar o celular e filmar o professor?) ou da pressão dos pares (entre os professores e profissionais). É um jogo de ganha-ganha para os proponentes: a medida em que dão a entender que o Substitutivo é instrumento efetivo para coibir a “ideologia de gênero” nas escolas os proponentes fazem um claro aceno ao eleitorado mais conservador, na mesma

proporção em que insuflavam a ideia (enganosa) de que existe um instrumento legal impeditivo da realização deste debate nas escolas, cerceando a liberdade de cátedra, estimulando a censura e a penalização daqueles que porventura se arriscarem a fazê-lo.

Anteriormente fizemos uma distinção em torno das *metas* e das *estratégias* constantes, tanto do Plano Nacional quanto do Plano Municipal de Educação. Como dissemos, tanto o vídeo divulgado pelos proponentes quanto a justificativa do PL 131/2017 criavam uma vinculação nebulosa visto que o assunto nunca foi esclarecido ou tratado de uma maneira frontal pelos proponentes, apenas sugerido pelo logotipo do vídeo e a justificativa do padre Luiz Carlos. Na tribuna Wesp justificou-se alegando que não havia inventado os argumentos, tendo somente se apropriado deles a partir de uma campanha nacional em torno do debate de gênero. A ementa dos dois projetos apresentados e também do substitutivo que posteriormente seria aprovado, listam as *estratégias* nas quais a palavra “gênero” aparece. O que não foi corretamente pontuado, tanto pelos jornalistas (visto que o caso ganhou uma repercussão local bastante grande) e tampouco pelos movimentos sociais, sindicatos e demais entidades que se posicionaram contra a aprovação do PL 14/2018 foi o fato de que *somente uma destas estratégias posteriormente modificada estava de fato relacionada à educação básica*.

Das nove estratégias alteradas, uma pertence à meta nº 07, seis pertencem a meta nº 08, uma a meta nº 10 e uma a meta nº 15. A oitava meta do PME, à qual está afiliada a maior fração das estratégias modificadas tem como enunciado:

Elevar a escolaridade média da população de 18 (dezoito) a 29 (vinte e nove) anos, de modo a alcançar, no mínimo, 12 (doze) anos de estudo no último ano de vigência deste Plano, para as populações do campo, da região de menor escolaridade no País e dos 25% (vinte e cinco por cento) mais pobres, e igualar a escolaridade média entre negros e não negros declarados à Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. (PASSO FUNDO (RS). Lei nº 5146/2015)

De acordo com o documento “Planejando a Próxima Década – Conhecendo as 20 Metas do Plano Nacional de Educação”, do Ministério da Educação, a oitava meta trata da conjugação de esforços entre os entes federados para elevar o nível de escolaridade média dos jovens entre 18 e 29 anos, uma vez que, “de acordo com dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD/IBGE,2012), o percentual de pessoas com no mínimo 12 anos de estudo entre 18 e 24 anos de idade não chega a 30% e das pessoas com 25 ou mais anos de idade é de apenas 4,1%” (BRASIL, 2014).

A meta nº 10 está fixada, tanto no PNE quanto no PME da seguinte maneira: “oferecer, no mínimo, 25% (vinte e cinco por cento) das matrículas de educação de jovens e adultos, nos

ensinos fundamental e médio, na forma integrada à educação profissional”. O documento do MEC informa que esta meta se refere aos mais de 45 milhões de pessoas (dados da época) *acima dos 18 anos* que não completaram o ensino fundamental, ou seja, as estratégias listadas nestes grupo dizem respeito, como já esclarecido no *caput*, à promoção da Educação de Jovens e Adultos (EJA), de modo que não a alteração desta meta também não se enquadra no discurso dos proponentes. (BRASIL, 2014, p. 37-38)

Vejamos a redação da meta nº 15 do PME na versão primeira:

Garantir, em regime de colaboração entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, no prazo de 1 (um) ano de vigência deste PNE, política nacional de formação dos profissionais da educação de que tratam os incisos I, II e III do caput do art. 61 da Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, assegurado que todos os professores e as professoras da educação básica possuam formação específica de nível superior, obtida em curso de licenciatura na área de conhecimento em que atuam (PASSO FUNDO (RS). Lei nº 5146/2015).

A décima quinta meta dos Planos Nacional e Municipal sequer trata de estratégias voltadas ao corpo discente, mas visa garantir a criação e fomento de programas de provimento de uma formação acadêmica adequada aos profissionais da educação básica, além de encorajar a formação continuada como forma de aprimoramento profissional. No embate discursivo em que se transformou a aprovação do Substitutivo, essa questão não foi levantada publicamente em momento algum. É difícil imaginar que essa sutileza tenha passado despercebida aos proponentes no momento da elaboração do PL, de qualquer forma ela foi muito bem fundamentada pelo ex-vereador Alex Necker (PC do B), relator do projeto na Comissão de Finanças, Planejamento e Controle que, na condição de relator, Necker pede vistas e emite voto contrário ao Parecer da Comissão, e pela Coordenação Colegiada do Fórum Municipal de Educação (em manifestação protocolada em 26 de novembro de 2018, de acordo com o site da CMVPPF). O documento do Fórum afirma que:

Das estratégias constantes no substitutivo, retiradas do Anexo Único do Plano Municipal de Educação – PME, relativas às metas do Plano Nacional de Educação – PNE/PME, com intuito de contribuir para os seus alcances: 7.72, 8.7, 8.8, 8.16, 8.18, 8.19, 8.32, 10.16 e 15.14. destaca-se que, somente a Estratégia 7.72 é relativa à Meta 07 (sete) que trata da educação básica – Etapas Ensino Fundamental e Ensino Médio, sendo que as demais tratam respectivamente da população de 18 a 29 anos; a Meta 08 (oito) da Educação de Jovens e Adultos; Meta 10 (dez) Educação Profissional; Meta 15 (quinze) formação dos profissionais de educação. (Anexo I).

Na juntada dos documentos que compõe o Processo de Tramitação do Substitutivo, consta também uma manifestação do CMP – Sindicato, o Centro Municipal de Professores de

Passo Fundo, aludindo à questão do conflito na orientação das estratégias a serem alteradas, na qual o colegiado reproduz o texto de cada uma das estratégias listadas pelo PL 14/2018, fazendo observações pontuais acerca do público-alvo de cada uma delas. Como dissemos anteriormente, esse aspecto, que foi levantado entre os atores que participaram do processo legislativo referente à aprovação das alterações do PME, nunca foi discutido nas arenas de disputa pelo imaginário social em torno do tema nem apareceu nas inúmeras reportagens que discutiram a tramitação do PL 14/2018. É difícil mensurar qual seria o impacto dessa informação na opinião pública, provavelmente ineficiente para pôr termo à disputa, mas é curioso que, mesmo com o protagonismo do embate nas redes sociais e a notoriedade do caso, esse recurso discursivo não tenha sido utilizado com maior ênfase pelos antagonistas do projeto.

Outra questão que vale a pena avaliar diz respeito à alegada obrigatoriedade de discussão da temática de gênero nas escolas de Passo Fundo. O ex-vereador Ronaldo Rosa afirmou categoricamente no vídeo divulgado em sua página do Facebook: “você sabia que essa ideologia é conteúdo obrigatório no Plano Municipal de Educação de Passo Fundo?” Vamos analisar brevemente a legislação que define as bases curriculares brasileiras a fim de avaliar a fundamentação dos argumentos do vereador.

O Plano Nacional de Educação deriva de uma previsão da Constituição Federal (CF) de 1988, segundo a qual

Art. 214. A lei estabelecerá o plano nacional de educação, de duração decenal, com o objetivo de articular o sistema nacional de educação em regime de colaboração e definir diretrizes, objetivos, metas e estratégias de implementação para assegurar a manutenção e desenvolvimento do ensino em seus diversos níveis, etapas e modalidades por meio de ações integradas dos poderes públicos das diferentes esferas federativas que conduzam (conforme Redação dada pela Emenda Constitucional nº 59, de 2009), a:

I – erradicação do analfabetismo;

II – universalização do atendimento escolar;

III – melhoria da qualidade do ensino;

IV – formação para o trabalho;

V – promoção humanística, científica e tecnológica do País.

VI – estabelecimento de meta de aplicação de recursos públicos em educação como proporção do produto interno bruto.

A Lei a que se refere o Art. 214 da CF é a Lei 9.394/1996, conhecida como Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), que responsabiliza a União pela elaboração do PNE, em colaboração com estados e municípios, definindo diretrizes e metas para a qualificação e a universalização do ensino básico no Brasil, nos termos da Declaração Mundial sobre Educação para Todos, da qual o Brasil é signatário.

A LDB atribui à União a obrigação de, em regime de colaboração com os demais entes federados, elaborar os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs), com a finalidade de “estabelecer competências e diretrizes para a educação infantil, o ensino fundamental e o ensino médio, que nortearão os currículos e seus conteúdos mínimos, de modo a assegurar formação básica comum” (Art. 9º, inciso IV). O Art. 26 da LDB também dispõe acerca das bases curriculares nacionais:

Art. 26. Os currículos da educação infantil, do ensino fundamental e do ensino médio devem ter base nacional comum, a ser complementada, em cada sistema de ensino e em cada estabelecimento escolar, por uma parte diversificada, exigida pelas características regionais e locais da sociedade, da cultura, da economia e dos educandos. (BRASIL, 1996)

A BNCC também estabelece conhecimentos, competências e habilidades que os estudantes devem desenvolver durante o processo educacional de modo que mais recentemente os Parâmetros Nacionais Curriculares vêm sendo progressivamente substituídos pelas disposições da Base Nacional Comum Curricular, no entanto, o texto final da BNCC não incluiu a discussão de gênero entre os conteúdos obrigatórios (foram suprimidos os termos “gênero” e “educação sexual” da redação final do documento).

Em nível estadual, no ano de 2018 o Governo do Rio Grande do Sul mobilizou uma comissão para implantação da BNCC por meio da criação do Referencial Curricular Gaúcho (RCG). O RCG, atuando em coadjuvação à própria BNCC, serviu como base para a elaboração, através da Secretaria Municipal de Educação, do Documento Orientador do Território do Município de Passo Fundo, documento responsável por firmar as bases curriculares para as escolas municipais, do qual destaco um trecho bastante significativo:

Para atender as demandas oriundas do conviver humano, a educação escolar tem sido ampliada pela necessidade da inclusão das Diversidades, caracterizando a Educação Básica como um percurso formativo que se inicia na Educação Infantil e culmina na conclusão do Ensino Médio.

A educação inclusiva e integral permeia toda educação básica por meio do desenvolvimento de competências e habilidades que preparam o sujeito para a vida em suas dimensões individuais e coletivas de forma contínua e na sua integralidade: físico, intelectual, emocional, afetivo, social e cultural. Contribui, sobremaneira, para garantia do direito de todos à educação com qualidade e equidade, visando não somente o acesso e permanência, como também a conclusão da trajetória escolar com níveis adequados de participação, aprendizagem e respeito às diferenças, em uma perspectiva de educação ao longo da vida.

Assim, a educação inclusiva é aquela que não somente respeita todas as diferenças, mas também integra em seu modo de pensar a prática educadora todos os alunos, permitindo que possam participar em igualdade de oportunidades, tendo em vista a garantia de que os direitos humanos conquistados permaneçam ou que os alunos se apropriem na busca de novos espaços. Partimos do pressuposto de que as escolas devem atender todos os estudantes, respeitando as especificidades de cada um, tendo

em vista que uma escola inclusiva é aquela que contesta as fronteiras entre o regular e o especial, o normal e o deficiente e promove ações educativas que tenham como eixo o convívio com as diferenças, a aprendizagem como experiência relacional, participativa e que produz sentido para o aluno (MANTOAN, 2008). Nesse sentido, a inclusão é uma possibilidade que se abre para o aperfeiçoamento da educação escolar e para o benefício de todos os alunos, provocando uma mudança de atitude diante do outro (PIETRO, 2000) (PASSO FUNDO, 2019)

Apesar da legislação educacional falar em formação humana integral e para a construção de uma sociedade justa, democrática e inclusiva, a temática de gênero, sexualidade e orientação sexual também não foi contemplada pelos componentes curriculares constantes do Documento Orientador do Território do Município de Passo Fundo. A palavra “gênero” e suas flexões contam com 649 ocorrências em toda a extensão do Documento, nenhuma das quais se refere às disparidades de poder entre gêneros, à violência contra a mulher ou mesmo à identidade de gênero, de modo que são totalmente infundadas as alegações dos ex-vereadores acerca de uma sugestionada obrigatoriedade de discussão da temática de gênero nas salas de aulas das escolas de Passo Fundo em virtude da presença da palavra gênero nas estratégias do PME. Esse plano fixa as metas para a melhoria da qualidade da educação, erradicação do analfabetismo e universalização do ensino básico. Os documentos que fixam as bases curriculares são, a nível nacional a BNCC, estadual o RCG e a nível municipal o Documento Orientador, nenhum dos quais integrou a temática de gênero aos conteúdos obrigatórios.

A única estratégia constante do PME que é efetivamente dirigida à crianças em idade escolar é a estratégia 7.72 constante da meta 07, cuja redação reproduzimos: “fomentar a qualidade da educação básica em todas as etapas e modalidades, com melhoria do fluxo escolar e da aprendizagem de modo a atingir as seguintes médias nacionais para o Ideb” (BRASIL, 2014). Pelo próprio corolário de cada uma das *metas* percebe-se que as disposições do PNE/PME não têm com finalidade fazer quaisquer preconizações acerca da composição curricular mas tão somente traçar as estratégias determinadas na busca pelos objetivos a serem alcançados no sentido de aprimorar a qualidade da educação, além de conjugar esforços para universalização, alcançando aqueles que porventura não tenham acesso ao ensino básico. O próprio texto da estratégia supracitada, reforça essa ideia: a estratégia 7.72 descreve expediente voltado ao desenvolvimento da educação em sintonia com demandas socioculturais contemporâneas que vão desde as questões ambientais até relações étnico-raciais e de gênero. Não existe aqui qualquer vinculação curricular, tampouco ameaça à integridade física e psíquica dos estudantes.

7.72. Garantir a abordagem da Educação Ambiental com uma visão sistêmica e perspectiva inter e transdisciplinar, de forma contínua e permanente no currículo, em atividades inseridas na vida escolar e acadêmica. Tal abordagem deve enfatizar a natureza como fonte de vida e relacionar o meio ambiente com outras dimensões, como a pluralidade étnico-racial, o enfrentamento do racismo ambiental, justiça social e ambiental, saúde, gênero, trabalho, consumo, direitos humanos, dentre outras. (PASSO FUNDO (RS). Lei nº 5146/2015)

Quanto à tramitação do PL 14/2018, o site da CMVPF informa que após o protocolo, o primeiro movimento foi a emissão do Parecer da Procuradoria Jurídica emitido pelo Procurador Alessandro Wibeling. O Parecer abre com algumas considerações acerca do caráter opinativo do mesmo, destaca a natureza provisória da análise prévia do tema e já nas primeiras linhas traz apontamentos de “divergência interpretativa” em relação à temática, afirmando que “a proposição aborda tema complexo, eis que permeado de forte subjetividade, característica que proporciona divergências interpretativas. Ademais, por ser novo no cenário jurídico, o mesmo não se encontra sedimentado no âmbito doutrinário e jurisprudencial” (Anexo II).

O parecerista analisa a constitucionalidade do Projeto, tanto sob o ângulo formal quanto material, levantando o arcabouço teórico que julga necessário para embasar o seu juízo. Ele afirma que a “constitucionalidade formal orgânica” se desdobra em “competência material” e “competência legislativa”. Ao analisar a questão da competência legislativa o Procurador avalia que, com base no Art. 30º da CF e no Art. 8º da Lei Federal 13.005/2014 (que aprova o PNE), o Município tem competência legislativa para tratar da matéria, entretanto, faz uma ressalva para o fato de que na época o Ministro Luís Roberto Barroso do STF havia concedido uma liminar na ADPF nº 461 (Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental), que julgava legislação similar da cidade de Paranaguá no Estado do Paraná, entendendo que a norma violava a “competência normativa suplementar municipal”. Em face desse desacordo, o parecerista declara que “para atender a constitucionalidade e a legalidade da proposição”, entende necessária “a adoção de medidas que permitam a ampla participação popular”, respaldando-se no Art. 19º da Constituição Estadual, no §2º do Art. 8º da supracitada Lei Federal que aprova o PNE, (que, respectivamente, reafirmam os princípios da legalidade e a obrigação de ampla participação da sociedade civil na elaboração dos planos municipais); além do inciso IV do Art. 3º da Lei Ordinária 5.215/2016, que institui e fixa as competências do Fórum Municipal de Educação de Passo Fundo (inciso IV determina que compete ao Fórum acompanhar a tramitação de projetos legislativos referentes à educação). (PASSO FUNDO (RS). Lei nº 5215/2016).

Quanto à legitimidade da iniciativa para legislar sobre a matéria (constitucionalidade formal subjetiva, conforme denominada no Parecer da Procuradoria Jurídica), o autor do

Parecer acusa divergência interpretativa, dada a existência de Parecer Ministerial emitido pelo Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul (TJRS) no julgamento de uma Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADIN) concluindo que a educação não constitui iniciativa reservada do Poder Executivo, podendo o Legislativo “exercer com mais liberdade o seu poder de emenda”, aludindo diretamente às Metas e Estratégias dos Planos de Educação. No entanto, também cita decisão do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais (TJMG) que defere medida cautelar no julgamento de ADIN em emenda legislativa ao PME do município de Governador Valadares, acusando “vício de inconstitucionalidade formal a emenda parlamentar municipal que impõe vedação à ideologia de gênero, em afronta ao plano educacional inclusivo que impõe vedação ideológica ao plano educacional inclusivo adotado pelo Poder Executivo [...]” (Anexo II).

Analisando a constitucionalidade material, definida por ele como “aquela que ocorre quando o conteúdo de leis ou atos normativos encontra-se em desconformidade (ou desacordo) com o conteúdo das normas constitucionais [...]” o parecerista qualifica a temática como “extremamente sensível, com forte controvérsia” e reproduz um extrato do PL 14/2018 referindo-se a este como as “bem lançadas linhas na justificativa do projeto original”. Na sequência recupera um trecho da manifestação do Procurador Geral da República da época, no qual este faz distinção clara entre sexo biológico e gênero, bem como a ementa da decisão provisória do Ministro Luís Roberto Barroso na ADPF nº 461 suspendendo os efeitos da lei que interditava o ensino das questões ligadas ao gênero e à orientação sexual, duas posições contrárias ao entendimentos dos proponentes do PL 14/2018. Mesmo em face dessa incompatibilidade, o parecerista conclui pela tramitação do Projeto de Lei, chamando atenção para as atribuições específicas das Comissões Permanentes da Câmara.

O Regimento Interno da CMVFP vigente na época (dez/2016 a dez/18) estabelecia três tipos diferentes de comissões: permanentes, temporárias e representativa. As comissões permanentes são definidas como: “comissões de caráter técnico-legislativo, para análise, estudo e deliberação das matérias submetidas à apreciação do Poder Legislativo Municipal”. Entre suas atribuições destacamos: a realização de audiência pública; a convocação de dirigentes de órgãos da administração direta e indireta, para prestar informações sobre suas atividades; solicitar depoimentos de autoridades e cidadãos, para prestar informações; o recebimento de petições, reclamações ou representações contra ato ou omissão de autoridade ou entidade pública (PASSO FUNDO (RS). Resolução nº 06, de 01 de dezembro de 2016, p. 20, 2016, grifo nosso)

As comissões são compostas pelos cinco titulares e seus respectivos suplentes, nomeados dentre eles um Presidente e um Vice-Presidente, sempre mantendo conforme o possível a proporcionalidade da representação partidária. De acordo com o Art. 42 do Regimento Interno, são quatro as comissões permanentes: Comissão de Constituição e Justiça (CCJ); Comissão de Finanças, Planejamento e Controle (CFPC); Comissão de Patrimônio e de Desenvolvimento Urbano e do Interior (CPDUI) e Comissão de Cidadania, Cultura e Direitos Humanos (CCCDH) (PASSO FUNDO. Resolução nº 06, de 01 de dezembro de 2016, p. 20).

Os incisos I a XIV do Art. 49 fixam as competências e alguns dos expedientes aos quais as comissões permanentes podem recorrer no exercício de suas atribuições, aqui destacamos: solicitar o auxílio dos órgãos técnicos do Poder Executivo no estudo de assuntos sob a sua apreciação; assessorar a Mesa Diretora, quando esta solicitar opinião sobre as matérias que lhes são afetas; estudar assunto compreendido na respectiva área de atividades, podendo promover fóruns, conferências, exposições, palestras e seminários; apresentar proposições de interesse público, dentro das suas respectivas atribuições; solicitar auxílio de órgãos técnicos dos Poderes Legislativo e Executivo para o estudo de matérias sob sua análise e, novamente, realizar audiência pública (PASSO FUNDO (RS). Resolução nº 06, de 01 de dezembro de 2016, p. 22, 2016).

Encontramos no Processo de tramitação do Substitutivo 01/2018 algumas manifestações isoladas de entidades locais (CMP – Sindicato, SME – Secretaria Municipal de Educação e profissionais da saúde ligados ao Centro de Referência em Saúde da Mulher e da População LGBT de Passo Fundo, do Plural Coletivo Sexo Diverso, porém, não foram realizadas audiências públicas, fóruns, conferências ou quaisquer eventos voltados ao esclarecimento da “divergência interpretativa” referida pelo autor do Parecer Legislativo.

A questão da determinação do mérito em função das competência de cada uma das Comissões também acaba se tornando um ponto controverso: apesar do Regimento Interno vigente na época ser bastante claro ao determinar o círculo de atuação de cada Comissão, a tramitação do Substitutivo mostra que, na prática, a atribuição de competência é um pouco mais difusa e que essa indefinição favorece o jogo de interesses. Naturalmente as Comissões mais adequadas para emitir parecer acerca da proposta de alterações do Plano Municipal de Educação seriam as Comissões de Constituição e Justiça (responsável por emitir parecer acerca dos aspectos legais das proposições apresentadas na CMVPPF) e a de Cidadania, Cultura e Direitos Humanos (inciso I do Art. 54 do Regimento Interno da CMVPPF vigente fixa “educação” como matéria de competência da CCCDH).

O Substitutivo 01/2018 recebeu parecer contrário à tramitação tanto na CCJ quanto na CCCDH. O Art. 144 determina, em seu inciso I que seriam arquivadas pelo Presidente da CMVPF, as proposições que recebessem parecer contrário de no mínimo três Comissões Permanentes, de maneira que o Substitutivo acaba obtendo pareceres favoráveis nas Comissões Patrimônio e Desenvolvimento Urbano e do Interior e na de Finanças, Planejamento e Controle. A primeira, responsável pela emissão de parecer em matérias afetas ao orçamento da administração pública municipal, a segunda, em assuntos ligados à segurança, habitação, mobilidade, saneamento, ou seja, o gerenciamento de bens e serviços ligados à infraestrutura da cidade. Esse artifício mostra que a volatilidade da determinação do mérito das Comissões serve muito mais ao jogo de interesses corporativos do que ao encorajamento de uma análise mais qualificada da proposição em questão. O que se pode inferir é que, mesmo que exista materialidade legal na atribuição das competências de cada Comissão, na prática qualquer Comissão pode baixar a matéria para análise alterando o rumo da tramitação ao sabor de interesses corporativos. O Substitutivo 01/2018 não provoca qualquer tipo de alteração orçamentária, tampouco tem impacto no desenvolvimento da infraestrutura da cidade, no entanto, as duas comissões que permitiram que essa proposição fosse a Plenário foram aquelas que deveriam se ater à discutir propostas voltadas à regulação/alteração de temas paralelos a estes não afetados pela proposição em questão.

4.4 A Sessão Plenária de 26 de novembro de 2018

Após cumprir os ritos legais, o Substitutivo foi encaminhado à votação na Sessão Plenária de 26.11.2018. Já no início da sessão uma quantidade substancial de manifestantes se aglomerava nos bancos da CMVPF: do lado direito, portando cartazes e usando roupas verdes e amarelas os simpatizantes do Projeto, mobilizados pela base da bancada dos proponentes. Do lado esquerdo reuniam-se manifestantes contrários à aprovação do Projeto, representantes dos coletivos LGBTQIA+ e feministas, siglas partidárias, entidades sindicais e demais movimentos sociais.

O grande expediente do dia foi ocupado pelo vereador Leandro Rosso e a comunicação dos líderes ocupada inicialmente pelo ex-vereador Ronaldo Rosa que propôs uma homenagem aos jogadores do Sport Clube Gaúcho, em virtude da classificação para a Série D do Campeonato Brasileiro em 2019. A Mesa Diretora fez uma rápida suspensão da sessão para entrega da placa com Diploma de Honra ao Mérito ao clube passofundense. Ainda na comunicação dos líderes a Mesa passa a palavra ao autor do Substitutivo do Projeto, Roberto

Gabriel Toson, que após parabenizar o clube homenageado passa a discursar acerca do tema do PL 14/2018, cumprimentando os proponentes e demais vereadores pelo esforço em levar o Projeto a voto, uma vez que, de acordo com ele, “a ordem do Poder Executivo era que fosse engavetado (00:46:08)”. O final da fala do vereador é marcado por protestos e palavras de ordem dos manifestantes contrários ao teor do Projeto (ecoavam gritos de “Não me representa!”). Esses protestos recebem objeção do primeiro secretário que ameaça suspender a sessão.

A bancada do PDT, na pessoa do ex-vereador Luiz Miguel Scheis, toma a palavra na tribuna, sendo saudado calorosamente pelos apoiadores do Substitutivo, também advertidos pelo primeiro secretário. O vereador comenta manifestação contrária ao seu posicionamento (a favor do Substitutivo) em uma rede social e reafirma a imunidade parlamentar dos vereadores por meio de disposição da Lei Orgânica do Município. A bancada do PSB, representado pelo vereador Gleisson Consalter (atualmente no PDT) não se manifestou em relação ao assunto. A fala do vereador Paulo Neckle da bancada do MDB gerou ruídos nos manifestantes em virtude da superficialidade e redundância. À reação dos manifestantes, o líder da bancada do MDB solicitou que, havendo manifestações contrárias ou a favor, a sessão fosse suspensa pela Mesa Diretora. A solicitação foi ironicamente aplaudida pelos antagonistas do PL 14/2018.

Na sequência, assistimos a manifestação da bancada do PSDB, representado pelo ex-vereador e autor do Projeto, Mateus Wesp, que inicia sua fala solicitando aos membros do Plenário que mantenham o respeito ao Regimento Interno (que assegura o direito à manifestação dos parlamentares), solicitando a suspensão da sessão fazendo uso das forças de segurança da Brigada Militar. À sua fala segue uma contenda entre manifestantes favoráveis e contrários. A sugestão do vereador foi aplaudida pelos apoiadores. Em resposta, os manifestantes contrários gritam palavras de ordem (recua fascista, recua! É o poder popular que tá na rua!). O Presidente da casa pede ordem aos manifestantes e o ex-vereador Mateus Wesp abre espaço ao ex-vereador Alex Necker para que se dirija a sua base a fim de acalmar os ânimos.

Os apelos da Presidência da casa à manutenção da ordem seguem em meio à crescente tensão entre os manifestantes. O vereador Renato Tiecher³⁵ sugere a antecipação da Ordem do Dia para a realização imediata da votação. Retorquindo-o, o vereador Luiz Miguel Scheis manifesta-se contrário à proposta de antecipação. O ex-vereador Mateus Wesp, que ocupava a

³⁵ Renato Tiecher teve passagens pelo PC do B e pelo Solidariedade entre 2012 e 2013. Foi eleito em 2016 pelo PSB, do qual foi expulso em 2019 quando filiou-se ao PSL. Desligou-se do PSL sete meses depois. Atualmente é vereador pelo PSC.

tribuna retoma sua fala e mantém-se a Ordem do dia na sequência programada, sem antecipação da votação.

Na sua fala, Wesp retoma os argumentos apresentados no vídeo divulgado nas suas redes sociais (discutidos anteriormente). Em primeiro lugar, reafirma que o PME traz a obrigatoriedade de se trabalhar a “questão de gênero” nas escolas. Em seguida faz referência à ausência do termo “ideologia de gênero” no PME, informando que

[...] é justamente a presença da palavra gênero de modo vago, aberto, sem esclarecer por sua vez se esta refere aos tradicionais gênero masculino e feminino [...] ou também a outras dezenas de identidades inventadas socialmente: cisgênero, pangênero, enfim... que cria a possibilidade do uso ideológico do termo gênero, gerando assim aquilo que chamamos ideologia de gênero. Desconectar o gênero de alguém do seu sexo biológico é uma forma ideológica, não científica, de abordar a sexualidade das pessoas (vaías [...]). Por isso, a simples citação do termo gênero no PME de forma não esclarecedora abre precedentes para o uso do termo de modo ideológico o que leva à confusão na cabeça das crianças, motivo que nos leva a propor a exclusão do termo (01:05:48) (SESSÃO PLENÁRIA 26.11.2018. Acesso em junho/2021).

O vereador foi vaiado durante este trecho de sua fala, especialmente após negar a existência de produção científica que embasa a separação de gênero do sexo biológico. Na sequência ele segue discursando tal como reproduzimos a seguir:

Teoria da identidade de gênero ou ideologia de gênero são palavras diferentes para se dizer a mesma coisa: tratar gênero como uma construção mental livremente construída e socialmente imposta, desvinculada por sua vez do sexo biológico das pessoas, é exatamente essa teoria, a teoria da identidade de gênero que não queremos que seja ministrada às crianças (01:07:05) (SESSÃO PLENÁRIA 26.11.2018. Acesso em junho/2021).

O ponto abordado em seguida pelo ex-vereador já foi referido anteriormente, na qual o proponente relembra que o PNE banuiu a discussão de gênero, defendendo que portanto não haveria “viabilidade jurídica” para a discussão de gênero no PME. Ele prossegue dizendo que os “professores possuem formações técnicas específicas [...] de modo que casos de disforia de gênero devem ser tratados por quem detém informação, competência e legitimidade para isso, psicólogos, médicos e principalmente a família, como traz a Constituição”. Os manifestantes novamente passam a gritar palavras de ordem e, dessa vez, evocando a defesa da atuação dos professores (“O professor é meu amigo, mexeu com ele mexeu comigo!”). A resposta da Mesa Diretora à manifestação foi a ameaça de retirada dos antagonistas do Plenário com uso da força policial.

A contenda termina com bate-boca entre o vereador Renato Tiecher e uma opositora do PL contrariada com colocações do Presidente da Mesa Diretora. Dirimidos os conflitos o ex-vereador Mateus Wesp segue suas colocações rebatendo críticas de que os proponentes se abstiveram da elaboração do PME em 2015 alegando que tomou posse somente em 2017 mas que acompanhou como membro da sociedade civil. Ele defende suas ideias alegando que

Democracia é a forma de governo em que as pessoas podem pensar e propor assuntos que nem todos concordam, então vamos respeitar as opiniões diferentes. O máximo que pode resultar de nosso projeto de lei é a retirada, a manutenção ou o detalhamento do termo “gênero no PME”. A definição deste assunto se dará aqui Câmara de Vereadores não nas redes sociais e não por meio de gritaria, obviamente. Se a Câmara de Vereadores foi uma Instituição democrática para colocar o termo gênero no PME em 2015, será também democrática para retirar ou para manter agora em 2018. Não há necessidade de exaltação. (01:11:06) (SESSÃO PLENÁRIA 26.11.2018. Acesso em junho/2021).

Wesp justifica a proposta do Substitutivo 01/2018 (acrescentar os termos “masculino” e “feminino” à palavra “gênero”) como forma de especificar que se a expressão “gênero” no PME tem como finalidade “gerar igualdade entre homens e mulheres, igualdade de direitos, acabar com o machismo, promover o respeito”, então seria necessário deixar isso bem claro, o que, de acordo com ele, o texto do Substitutivo seria capaz de fazer. Para ele,

Quem não concorda com a especificação, o detalhamento da palavra gênero para afirmar que é o masculino e o feminino e quer deixar o termo vago e aberto, provavelmente acredita na teoria ideologia de gênero e tem a pretensão de ensinar as crianças e adolescentes que existem *centenas* de outros gêneros sem vinculação com o sexo biológico e que não estão previstos, importa dizer, no ordenamento jurídico. É contra essa pretensão que nos opomos. (01:11:57, *grifo nosso*) (SESSÃO PLENÁRIA 26.11.2018. Acesso em junho/2021).

Ao afirmar que “crianças precisam aprender a respeitar diferenças e para isso não é necessário teoria ideologia de gênero, basta aprender a amar e respeitar os que pensam diferente, isso começa em casa” (01:12:36), Wesp demonstra total falta de conhecimento das teorias educacionais que vinculam a manutenção da democracia à criação de um ambiente de pluralidade, que proporcione o convívio com as diferenças, além de não compreender exatamente o papel da família no processo educacional.

Justificando a associação entre a discussão da temática de gênero nas escolas e a prática da pedofilia, alega que lançou mão de argumentos usados por uma campanha nacional “que não foi uma campanha inventada por ele”, mas desconsidera o fato de que esses argumentos, mesmo ecoando uma campanha maior, não encontram lastro na realidade, além de constituírem uma forma perversa de deslegitimação de pautas importantes para as pessoas LGBTQIA+ . Ele

conclui pedindo respeito à divergência de opinião e ao Parlamento como um todo. Ao deixar a tribuna, os antagonistas do PL 14/2018 gritavam repetidamente: “Não, não, não, me representa!”.

Segue-se à manifestação da bancada do DEM, representado pelo vereador Rafael Colussi que, com exceção de admoestações aos protestos dos presentes, não abordou diretamente a questão. Na sequência manifesta-se o ex-vereador Alex Necker, líder do governo na Câmara, que inicia sua fala ressaltando o caráter plural e democrático da construção e aprovação do PME, por meio da participação ativa da comunidade através de fóruns e audiências públicas (o ex-vereador exerceu mandato na 16ª legislatura de 2013 a 2016). Ele afirma que o texto da Lei que aprova o PME estabelece que quaisquer modificações deveriam ser realizadas somente após quatro anos a contar da data de sua aprovação, mediante monitoramento e avaliação desta política pública. De fato a Lei que aprova o PME estabelece a necessidade de monitoramento e avaliação do cumprimento das metas estabelecidas, porém, é possível que o ex-vereador estivesse referindo-se ao §2º do Art. 6º da Lei que aprova o Plano Nacional de Educação: “as conferências nacionais de educação realizar-se-ão com intervalo de até 4 (quatro) anos entre elas, com o objetivo de avaliar a execução deste PNE e subsidiar a elaboração do plano nacional de educação para o decênio subsequente” (BRASIL, Lei n.13.005/2014).

Necker acusa o ex-vereador Mateus Wesp de (além de não ter tomado parte na elaboração do Plano Municipal de Educação) fazer parte da Comissão responsável por realizar avaliação periódica da evolução das metas do PME³⁶ sem ter comparecido a nenhuma das reuniões da Comissão, o que provoca manifestação ruidosa dos antagonistas do projeto. Ele segue alertando para o clima de desconfiança gerado pelo PL 14/2018 entre os pais e familiares e os professores e funcionários das escolas. Alega que a presença da palavra “gênero” no PME garante inclusive a capacitação dos professores para que possam trabalhar a temática de forma adequada. Ele faz um paralelo entre as questões de gênero e a discussão das questões raciais dentro das escolas, afirmando que o debate serve tão somente à promoção da igualdade e do respeito às diferenças e que não tem como subproduto “transformar meninos em meninas”. Ele conclui sua fala fazendo um apelo para que o debate em torno da educação abandone o fantasma da “ideologia de gênero” para abarcar estratégias de estímulo à empatia e respeito às diferenças.

³⁶ Referindo-se, muito provavelmente ao Fórum Municipal de Educação, em cuja composição o Legislativo contribuiu (na época) com a indicação de um representante da extinta CEBES, a Comissão de Educação e Bem Estar Social da Câmara de Vereadores de Passo Fundo do RS e outro da Comissão de Legislação e Redação.

Diz, ainda, que considera o projeto inconstitucional e exorta os colegas a rejeitarem a matéria em nome das proteções constitucionais a que juraram servir.

O Presidente da Mesa (vereador Pedro Danelli) pede a palavra para, desta vez usando a tribuna, solicitar a colaboração dos presentes no sentido de não obstruir a votação do Projeto. Passa a palavra ao primeiro secretário que faz a leitura da Ordem do Dia, anuncia a votação do Substitutivo ao PL 14/2018 informando aos presentes que a CCJ e a CCCDH emitiram parecer contrário e que a CPDUI e a CFPC emitiram parecer favorável ao Substitutivo. Fazendo menção ao pedido de vistas e voto contrário apresentado pelo ex-vereador Alex Necker (relator pro Projeto na CFPC), abre inscrições para manifestações. Inscrevem-se os vereadores: Roberto Gabriel Toson, Mateus Wesp, Alex Necker, Ronaldo Rosa e Renato Tiecher.

O ex-vereador Roberto Toson afirmou que o projeto foi suficientemente discutido pelos vereadores, informando que esperava interferência do Executivo no sentido de alegar a inconstitucionalidade do Projeto (referindo-se a fala do líder do governo na CMVPPF). Ele admite que a Legislação prevê a realização de conferências públicas e o prazo supracitado para realização de alterações, porém, alega que não haveria “lastro constitucional uma vez que não existe exigência destes requisitos no Processo Legislativo ou na Constituição Federal”. Ele refuta as acusações de obstrução à participação da comunidade referindo-se à presença dos expectadores da Sessão, desconsiderando o fato de que a Sessão Plenária não é um espaço de manifestação e deliberação (como no caso dos fóruns e audiências públicas – que não foram realizadas no caso deste Projeto), mas tão somente de acompanhamento do andamento do Processo Legislativo.

Na sequência, a tribuna tem a manifestação do ex-vereador Mateus Wesp. Visivelmente exaltado ele rebate as acusações do ex-vereador Alex Necker, informando que seria suplente na Comissão encarregada de avaliar o avanço das metas do Plano Municipal de Educação e retomando os argumentos do ex-vereador Roberto Toson contra a alegação de inconstitucionalidade do Projeto de Lei no sentido de que uma Lei Ordinária não se sobrepõe à Lei Orgânica do Município. Além disso, ele evoca o Art. 226 da Constituição Federal, que, no seu entender, demonstra que “a CF trata do termo gênero fazendo referência ao masculino e feminino”, provocando manifestações efusivas na base de apoiadores. Ele recomenda a leitura de Pareceres do Senado Federal e da Comissão de Constituição e Justiça da Câmara dos Deputados que, de acordo com ele reafirmam esse entendimento (sobre gênero na CF), e termina por fazer uma aposta alta de que os Pareceres emitidos pelo Ministro Barroso (que apontavam inconstitucionalidade da matéria) seriam derrubados e que o recém eleito governo Bolsonaro iria “derrubar essa questão no Parlamento brasileiro”. A reação dos opositores ao

projeto foi imediata e ensurdecadora. Através do microfone do Presidente da Mesa escuta-se um homem (possivelmente funcionário da Casa ou assessor) sussurrando as seguintes palavras: “pegar aquelas quatro da frente e tirar as quatro”, referindo-se às manifestantes que ocupava a primeira fila do corredor esquerdo. O Presidente ameaça encerrar a sessão, porém, Wesp retoma a palavra e encerra o discurso sob gritos dos opositores.

Manifestam-se os vereadores Paulo Neckle (solicitando a suspensão da sessão), Luiz Miguel Scheis (pedindo a retirada de alguns manifestantes contrários ao Substitutivo) e Renato Tiecher (solicitando a manutenção da sessão). O Presidente resolve suspender a Sessão por cinco minutos. Retomadas as atividades pronuncia-se novamente o ex-vereador Alex Necker. Em seguida fala o ex-vereador Ronaldo Rosa que acusou os opositores do Projeto de serem “usados como massa de manobra” além de levarem “a discussão para o lado ideológico e partidário”, atribuindo a questão de gênero uma agenda dos partidos de esquerda mas, de acordo com ele, enfraquecida pela eleição do Presidente Jair Bolsonaro. Além disso, afirma que “não tem nada a ver com não gostar de quem ou não concordar com quem é gay ou com lésbica ou com homossexual”. A fala do vereador e proponente do PL instiga uma reação dos manifestantes que voltam a gritar palavras de ordem (A violência contra a mulher não é o mundo que a gente quer! A nossa luta é todo dia, contra o fascismo, racismo, homofobia!).

O Presidente da Mesa, frente à comoção dos opositores ameaça chamar a força policial. Manifesta-se o ex-vereador Paulo Neckle qualificando os protestos como “baderna”. Renato Tiecher sobe à tribuna aumentando a temperatura do ambiente, alegando que “ninguém está votando [...] contra os professores” “ninguém está contra os LGBTs”, “apenas estamos aprovando um projeto ou não aprovando que não tem nada a ver com o que muitos estão pensando”. Ele baseia seu discurso na leitura de alguns cartazes exibidos pelos apoiadores do PL 14/2018 com os quais manifesta concordância: “a família é quem decide o que deve ser ensinado às crianças”, “ideologia de gênero para crianças é violentar inocentes indefesos”, “não mexam com nossas crianças”. Menciona um cartaz trazido por antagonistas do PL, enunciado por ele da seguinte forma: “não falar sobre ‘ideologia’ de gênero é beneficiar o pedófilo”. Infelizmente na transmissão da TV Câmara não é possível ler o cartaz mencionado. Acredito que o termo ‘ideologia’ neste contexto, pode ser colocado em xeque entre os antagonistas do Projeto, existe grande probabilidade de que o termo usado tenha sido ‘identidade’. De qualquer forma, ele parabeniza a manifestante pelo teor do cartaz, o que nos permite inferir que ele não compreendeu o sentido do que ela quis dizer (referia-se justamente à função protetiva da escola ao abordar questões de gênero e sexualidade). A fala do vereador tem trechos um pouco confusos e em geral é um pastiche de revolta diante dos crimes contra a

dignidade sexual com críticas ao governo e apologias ao governo Bolsonaro. Essa estrutura truncada dificulta a realização de uma análise mais aprofundada do que ele quis efetivamente expressar em relação ao PL 14/2018, o que fica claro é que o vereador é um arquétipo perfeito da “direita raivosa”, referida pro Wendy Brown. Na dúvida reproduzimos a fala do vereador Renato Tiecher na íntegra para uma contextualização mais ampla dos seus argumentos:

Tu sabe (sic) o que que eu penso de pedófilo? O pedófilo em primeiro lugar tem que ser condenado a morte! Pedófilo, esturador, tem que ser condenado à pena de morte no nosso Brasil! Beneficiar o pedófilo é o que esse governo tá beneficiando todos os bandido (sic) não só o pedófilo. Eles beneficiaram só os bandido (sic) e esqueceram o povo de bem, o povo trabalhador. Então aqui ninguém tá contra A ou B. [...] Meu voto será contra qualquer coisa que possa enfraquecer a vontade das famílias! E não me venham dizer que o certo é errado ou que o errado é certo! Cada, cada ser humano depois de uma certa idade tem a livre escolha, pode escolher tudo o que achar certo e melhor para a sua vida, depois de uma certa idade, não com crianças de seis anos! Claro, tem que saber que cada escolha em tudo o que você escolher, tem o preço e as consequências, nós não vivemos num mar de rosas e nem num mundo de contos (sic), de contos de fadas, nós vivemos numa realidade e a realidade em que chegou nosso Brasil, colegas vereadores, nós temos que realmente mudar essa página. Esse governo lixo! GOVERNO LIXO! LIXO! GOVERNO LIXO! mudou. Agora vivemos uma nova história, principalmente na nossa política (SESSÃO PLENÁRIA 26.11.2018. Acesso em junho/2021).

Tiecher finaliza o seu discurso exaltando-se cada vez mais no mesmo compasso em que se intensificam os gritos dos manifestantes contrários à aprovação do PL. Ele termina seu discurso afirmando que “esse mundo de aceitar todas essas palhaçadas e frescura, e principalmente dentro das escolas, acabou! Vocês têm que aceitar!” A réplica imediata dos manifestantes: Não! Não! Não me representa! Ao que ele responde, finalizando: E viva pai e mãe e ‘vô’ e ‘vó’ de família, esses sim me representam!

O Presidente da Mesa Diretora coloca o Projeto de Lei 14/2018 em votação. Alguns vereadores solicitam espaço para justificar o voto. O vereador Rafael Colussi da bancada do DEM justifica, em tom elevado que “gênero é masculino e feminino”. O ex-vereador Mateus Wesp justifica o voto agradecendo ao ex-vereador Roberto Toson pela apresentação do substitutivo que “esclarece de forma muito clara (sic) que gênero são dois: masculino e feminino”. O vereador Paulo Neckle, justificando o voto pela bancada do MDB, afirma que “vota em favor da família”, provocando novamente os gritos de “Não me representa!”. O ex-vereador Luiz Miguel Scheis alega que a bancada do PDT tinha outro posicionamento, porém, em virtude do comportamento dos manifestantes contrários ao Projeto de Lei manifesta-se favorável ao Substitutivo. A votação é encerrada com 15 votos pela aprovação, 02 (dois) votos contrários (do ex-vereador Alex Necker e do vereador Gleisson Consalter) e 03 (três) ausências. Ao final da sessão uma cena inusitada: um conjunto de vereadores que votou a favor do Projeto

posa pra uma fotografia com a bandeira do Brasil imperial, ostentada pelo ex-vereador Mateus Wesp em seu gabinete. Seguem algumas imagens coligidas em matérias do site da CMVP e redes sociais dos parlamentares da 17ª legislatura.

Figura 3 - Alterações no Plano Municipal são aprovadas – 26/11/2018



Fonte: <https://www.camarapf.rs.gov.br/noticia/2609/pme>

Figura 4 - Alterações no Plano Municipal são aprovadas – 26/11/2018 (b)



Fonte: <https://www.camarapf.rs.gov.br/noticia/2609/pme>

Figura 5 - Alterações no Plano Municipal são aprovadas – 26/11/2018



Fonte: <https://www.camarapf.rs.gov.br/noticia/2609/pme>

Figura 6 - “Sob vaias, vereadores aprovam mudança no PME”- Notícia do Jornal O Nacional de 27/11/2018



Fonte: <https://www.onacional.com.br/politica,8/2018/11/27/sob-vaiais-veredores-aprovam-mud,87943>

Figura 7 - Da esquerda para a direita: vereador Rudimar dos Santos, Paulo Neckle, Luiz Miguel Scheis, Ronaldo Rosa, Rafael Colussi, Mateus Wesp, Renato Tiecher e Roberto Gabriel Toson.



Fonte: <https://www.instagram.com/p/BqqCDBQnQSW/>

4.5 Questões de gênero: o que a educação escolar tem a ver com isso?

No artigo intitulado “Escola sem Partido e sem gênero: redefinição das fronteiras público e privadas na educação”, os pesquisadores Carlos Eduardo Barzotto e Fernando Seffner nos oferecem a chave para compreender mais profundamente a gênese e a motivação dos ataques à escola e aos professores, perpetrados pelo movimento antigênero em articulação com

o movimento Escola sem Partido. Analisando estes ataques sob o prisma da associação entre o neoliberalismo e o neoconservadorismo os pesquisadores acabam por demonstrar sua influência sobre o universo da educação no sentido de atacar a formação cidadã e o caráter republicano da escola.

Recuperando falas da ministra da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, Damares Alves e do Presidente Jair Bolsonaro, em que a primeira defende uma concepção heteronormativa de gênero (‘menino veste azul, menina veste rosa’) e o segundo condena a suposta ‘ideologia de gênero’ nas escolas, os autores afirmam que suas colocações “manifestam um desejo pela volta de certas normas e princípios morais relacionados ao gênero e à sexualidade dos indivíduos, potencializadas por sua forte atuação junto às bases religiosas (neo)pentecostais” (BARZOTTO, SEFFNER, 2020, p. 151).

O ponto de encontro entre os movimentos antigênero e o movimento Escola sem Partido, arguem os pesquisadores, se dá “em um conjunto de estratégias discursivas que incidem na (re)definição das fronteiras entre o público e o privado no contexto da neoliberalização da educação pública” (BARZOTTO, SEFFNER, 2020, p. 152). Essas estratégias são compartilhadas pelos dois movimentos, de forma que acabam “atuando em sinergia”. Ao postular uma Escola sem gênero e sem Partido, o que se deseja é deslocar determinados temas da jurisdição da Escola para a família e a religião (2020, p. 152).

Algumas das manobras retóricas e estratégias discursivas características dos movimentos supracitados são analisadas por Barzotto e Seffner, de modo que os pesquisadores concluem que ambos os movimentos tendem a extrapolar as fronteiras do privado a fim de consolidar o domínio sobre do privado sobre o espaço público, neste caso particular por meio da patrulha sobre a educação. Nas palavras deles

As manifestações e estratégias utilizadas por essas mobilizações deixam à mostra certa percepção de que a escola pública brasileira, nos últimos anos, veio progressivamente instaurando programas de ensino em temas de gênero, sexualidade, questões políticas em geral e valores culturais, e isso desagradou setores da sociedade. Com isso a escola teria ‘exacerbado’ suas funções, invadindo terrenos próprios da família e da religião. Logo, criminalizar professores e professoras, vistos como ‘estupradores intelectuais’ dos jovens, foi um passo. A expressão ‘estupro intelectual’, sob todos os aspectos bastante violenta, consta em numerosas manifestações, verbais e escritas, do fundador do Escola sem Partido, Miguel Nagib [...] (2020, p.152)

Isso fica particularmente evidente nas primeiras falas do vídeo divulgado pelos vereadores que capitanearam a campanha pelas mudanças nas estratégias do PME: se recuperarmos as suas primeiras falas vemos que elas deixam implícita uma suposta conspiração da Escola para “doutrinar” os alunos nas questões de gênero. Como poderemos ver pelas

colocações dos vereadores na tribuna, ao final da Sessão Plenária que aprovou as alterações no PME de Passo Fundo, uma parcela significativa dos apoiadores do governo Bolsonaro apostou que a ascensão do Presidente seria a pá de cal na chamada “ideologia de gênero”. Desde o início da campanha eleitoral em 2018, o governo Bolsonaro foi fortemente marcado tanto pelo conservadorismo nos costumes quanto pela propaganda de uma agenda agressivamente liberal.

Para os autores, a aparente contradição entre uma agenda econômica marcada pela redução generalizada da intervenção estatal (característica das políticas neoliberais) e o patrulhamento do comportamento nos termos da tradição moral (fetiche neoconservador), é resolvida pela associação entre neoliberalismo e o neoconservadorismo como meio de borrar as fronteiras entre público e privado, fenômeno que Brown chamou de “desdemocratização” (2020, p. 152-153). Nesse caso, o emprego do termo ideologia de gênero “pode ser entendido [...] como uma das estratégias discursivas que unem a racionalidade neoliberal a um tipo específico de racionalidade conservadora” (BARZOTTO, SEFFNER, 2020, p. 153).

De acordo com eles, o alinhamento do movimento Escola sem Partido com grupos antigênero, marcado pelo compartilhamento de objetivos e estratégias entre ambos, converge para a formação de uma espécie de simbiose, na qual tanto um quanto outro se fortalecem. Essa dinâmica é interpretada pelos pesquisadores nos seguintes termos “[...] trata-se, em ambos os casos, de privatizar o espaço público da escola, o que não necessariamente significa eliminar a gratuidade da escola pública brasileira, mas implica modos de gestão e desenhos curriculares que deixam de lado valores públicos em benefício de valores da ordem do mercado e do privado (BARZOTTO, SEFFNER, 2020, p. 153).

Por “privado” os autores entendem como uma diversidade de instituições mas fazem um destaque para a família (“cristã, monogâmica, heterossexual, branca, urbana, de classe média”) e a religião (“do tronco judaico-cristão, com forte ênfase no que se convencionou chamar de religiões neopentecostais”). São estas as instituições mais empenhadas em infundir suas demandas a fim de ocupar e “(re)cristianizar” o espaço público (2020, p. 153).

Barzotto e Seffner nos trazem uma genealogia do termo “ideologia de gênero” remontando, tal qual Machado (2018), aos embates entre o movimento feminista e as lideranças católicas na elaboração da IV Conferência Mundial Sobre as Mulheres. Os autores fazem uma importante distinção entre as contribuições da ciência aos estudo de gênero e o termo cunhado com intuito de deslegitimar os avanços dos movimentos sociais ao mesmo tempo em que também denunciam a popularização do termo no campo conservador e a posterior infiltração na esfera política.

Os Estudos de Gênero são, portanto, um campo de estudos, ao passo que ‘ideologia de gênero’ é um *slogan* criado para combater avanços da laicidade e da secularização em escala global. Por seu caráter polivalente, ‘ideologia de gênero’ não é mais um monopólio da Igreja Católica, sendo agora utilizado por diversos atores sociais, como igrejas (neo)pentecostais e políticos, para ganhar um maior número de seguidores. Os movimentos antigênero – que utilizam tal sintagma – podem ser considerados transnacionais pelas articulações que demonstram (CORRÊA, KALIL, 2020) e atuam fortemente no que diz respeito ao combate a reformas educacionais que visam incluir a diversidade em currículos e práticas escolares, como ocorreu nos debates acerca do Plano Nacional de Educação de 2014 (MORENO, 2016) (2020, p. 155).

A partir dos conceitos de ‘aglutinante simbólico’ e ‘significante vazio’, Barzotto e Seffner mostram de que maneira o termo “ideologia de gênero” conspira para fazer da palavra “gênero” um termo genérico, capaz de abrigar uma profusão de associações (particularmente hostis), primeiramente esvaziando seu significado, de forma que

[...] aproximar esse conceito desenvolvido no meio acadêmico pelos estudos feministas às demandas políticas (ultra)conservadoras implica em esvaziar seu caráter científico de modo a torná-lo algo que não significa, em si, nada e, portanto, passível de tornar-se qualquer significado, ao sabor da conveniência do ataque político que se deseja desferir a este ou aquele adversário (2020, p. 156).

Os autores demonstram como o esvaziamento semântico do termo serve à criação de narrativas inteiramente novas a partir da aglutinação de “gênero” com “outras expressões ou gatilhos que auxiliarão na criação de um pânico moral” (BARZOTTO, SEFFNER, 2020, p. 156). Como vimos anteriormente, essa dinâmica se verifica muito claramente nos elementos secundários (entrevistas, justificativas, falas na tribuna) que permearam a tramitação dos Projetos de Lei que alteraram o PME de Passo Fundo: em reiterados momentos foram realizadas associações das questões de gênero à prática da pedofilia e da sexualização precoce de crianças.

A ação do neoliberalismo sobre o processo formativo é definida pelos autores como uma infiltração voltada à produção de capital humano alinhado com a racionalidade neoliberal, ou seja, a produção do “sujeito empreendedor que é empresa de si”. Essa dinâmica se verifica facilmente por meio da investida do segundo setor sobre a elaboração de políticas públicas educacionais como a BNCC e a reforma do ensino médio (2020, p. 156-158). O atestado dessa influência é dado pelo fato de que “a escola pública manteria, então, sua aparência republicana e democrática, mas não suas atitudes, valores, conteúdos, modos de avaliação e estatuto dos saberes” (BARZOTTO, SEFFNER, 2020, p. 158)

Mas não é apenas o mercado que assume papel importante nesse caso, Barzotto e Seffner ancorados nos argumentos de Brown, também chamam atenção para o protagonismo da religião enquanto força motriz do processo de desdemocratização, que “na educação passa pela restrição

do ensino de determinadas questões, como as relacionadas ao gênero e à sexualidade, e muitas outras vistas como portadoras de conteúdos ditos ideológicos” (2020, p. 160).

De acordo com os autores, a “ideologia de gênero” aparece como um ponto de tangência entre a racionalidade neoliberal e a moral familiar conservadora: dentro dessa associação entre o neoliberalismo e o neoconservadorismo, essa expressão emerge como uma estratégia discursiva de deslegitimação de quaisquer demandas por equidade e justiça social (pelo viés neoliberal), mas também como uma afronta à liberdade de cátedra e uma maneira de aninhar os mecanismos de reprodução de valores na tradição familiar e na religião (uma exigência dos neoconservadores). Referindo-se ao termo “ideologia de gênero”, Barzotto e Seffner afirmam que

A partir dele, ataca-se a escola enquanto instituição de formação do caráter cidadão. Em primeiro lugar, segundo esses movimentos, educar para a concorrência e para o empreendedorismo. Em segundo lugar, porque ela é vista como um local perigoso em que as crianças podem ser doutrinadas a tornarem-se de esquerda ou a mudarem seus sexos – como alegam os defensores do movimento antigênero e do Escola sem Partido. Desse modo, o sintagma ‘ideologia de gênero’ pode ser entendido como parte de um discurso da racionalidade neoliberal que visa (re)definir relações e fronteiras entre o público e o privado, esvaziando o primeiro em detrimento do crescimento do segundo.

A conclusão de que o termo “ideologia de gênero” resulta de conjugação de esforços das forças neoliberais com os conservadores e defensores do tradicionalismo moral a fim de investir sobre a esfera pública, nos leva a necessidade de pensar sobre os rumos da educação frente a essa espécie particular de privatização da coisa pública. A sujeição aos interesses de uma elite econômica e de grandes conglomerados religiosos vem enfraquecendo progressivamente e pode pôr fim à concepção de uma educação responsável pela criação de um “fator democrático”. Como nos alertaram Baczko (1985) e Brown (2020), é preciso manter vivas as referências de um futuro melhor para que este seja de fato possível. A medida que naturalizamos violências e exclusão nos tornamos incapazes de criar um amanhã mais justo, por isso nos vemos obrigados a teorizar acerca dos meios de disputar consciências e resistir ao desmonte da educação enquanto espaço democrático e cidadão.

As mudanças ocorridas no âmbito do PME em Passo Fundo em relação à discussão de gênero colocam em pauta um conjunto de desafios, entre os quais, o da diversidade e da relação entre educação e democracia. Vamos trazer algumas considerações da filósofa americana Martha Nussbaum a fim de problematizar o cenário da educação na atualidade, destacando as forças de tensionamento que atuam sobre a educação, a fim de pavimentar o caminho para a

discussão acerca da importância da inclusão do debate sobre gênero no âmbito da educação escolar como formadora do espírito democrático numa sociedade plural.

A partir dos escritos de Brown (2020) já temos uma boa ideia da envergadura do domínio neoliberal sobre a noção de moralidade humana e a agressividade com a qual o estímulo à lógica de concorrência transcendeu o mundo do trabalho e se instalou sobre os mais diversos aspectos da vida em sociedade. No que diz respeito à infiltração dessa ideologia no campo da educação, Bazotto e Seffner nos mostram que a elite econômica deu as mãos ao conservadorismo para atacar o caráter republicano da Escola e produzir um sujeito empresa de si, totalmente orientado para a concorrência e norteado pelos valores do tradicionalismo moral.

Nussbaum (2015) responsabiliza diretamente o paradigma econômico baseado unicamente nos indicadores de crescimento como forma de avaliação global da qualidade de vida pela acentuação da individualidade concorrencial e exiguidade da preocupação com a justiça social. De acordo com a autora, equiparar desenvolvimento social com crescimento econômico é um equívoco, uma vez que não existe correlação natural entre este último e a melhoria da qualidade de vida. A autora lembra que durante o período do apartheid, a África do Sul ocupava o topo dos índices de desenvolvimento (2015, p.14).

Ela considera que, por mais que este modelo venha sendo rejeitado, ele ainda é responsável pelo direcionamento de uma série de políticas governamentais, sobretudo aquelas influenciadas pelos Estados Unidos por meio de órgãos externos como o Banco Mundial (BM) e o Fundo Monetário Internacional (FMI). Barzotto e Seffner nos mostraram que não somente órgãos da estatura do BM e do FMI tem atuado sobre a educação: grupos privados de atuação local também têm orquestrado uma ofensiva sobre o campo da educação, influenciando especialmente a elaboração de políticas públicas na direção de seus interesses.

Para Nussbaum, no contexto deste paradigma, “o que todos dizem é que precisamos de uma educação que promova o desenvolvimento nacional entendido como crescimento econômico” (NUSSBAUM, 2015, p. 17) de maneira que este modelo preconiza uma educação voltada para a aquisição de competências básicas, como alfabetização e aritmética, alguns conceitos mais avançados em informática, sem se preocupar com a distribuição, uma vez que basta a formação de uma elite tecnológica e empresarial para que os índices de desenvolvimento gerem avaliações positivas independente das desigualdades sociais.

Apesar de não dar o mesmo peso à tradição moral na investida contra a mercantilização da educação, Nussbaum faz preconições interessantes no enfrentamento da produção da racionalidade concorrencial e da reprodução dos marcadores sociais da diferença, uma vez que de acordo com ela, a educação sustentada pelo paradigma do desenvolvimento econômico

deprecia o conhecimento da realidade, consequência do estudo das humanidades, como forma de evitar uma reflexão mais aprofundada sobre classe, raça e gênero, prevenindo a formação de uma postura crítica em relação à política e à manutenção de desigualdades, ao passo em que as artes e a literatura, potencializadoras de uma visão mais inclusiva e sensível, são sacrificadas em nome do perigo que representam, posto que esse modelo de desenvolvimento impõe políticas agressivas, que exigem uma certa letargia e dessensibilização aceleradas pela carência das humanidades. (2015, p. 20-21).

Ela nos fornece grandes contribuições ao explorar a gênese dos sentimentos morais e antimorais na trajetória pessoal. Ao introduzir o conceito de choque interior e de civilização como conjunto de fatores (“mitos de pureza e as forças que militam contra o respeito mútuo e a reciprocidade”), a autora sublinha o quanto estes conceitos estão presentes nas lutas em torno da inclusão nas sociedades modernas (debates sobre imigração, minorias sexuais, religiosas, etc.). Para ela, estas forças estão ligadas ao hiato que existe entre impotência e capacidade nos seres humanos. Fazendo uma retomada do desenvolvimento da constituição psicológica, afirma que a pretensa onipotência infantil e a ansiedade de perceber que não é onipotente conduzem o indivíduo ao que a autora denomina “vergonha primitiva” (a incapacidade de alcançar a completude feliz). Somada ao nojo primitivo (rejeição e controle da própria mortalidade) e ao narcisismo básico da primeira infância, a projeção do nojo sobre um determinado grupo surge como alternativa ao reconhecimento da própria animalidade. Esse “nojo projetivo” encontra ressonância na sociedade adulta por meio da desumanização do diferente (homofobia, racismo, hierarquização social, etc.) (NUSSBAUM, 2015, p. 27-46).

Para Nussbaum, um dos reflexos da patologia do nojo é a divisão maniqueísta do mundo em puros e impuros (nós e eles), muitas vezes reforçada pela cultura. No avesso desse quadro, encontramos a capacidade de sentir compaixão, gratidão e desenvolver o raciocínio posicional (empatia). Não obstante, autora faz uma ressalva para o fato de que a compaixão pode estar dirigida somente aos conhecidos, não se estendendo à culpabilizações injustas, possíveis geratrizes de crenças levianas como a exemplo da crença subjacente (bastante comum entre pessoas economicamente privilegiadas) de que os pobres são pobres por conta de sua própria indolência e falta de esforço. Esses déficits de compaixão podem reforçar os efeitos da vergonha e do nojo, fortalecendo o ódio a determinados grupos sociais à medida que os exclui da própria compaixão. Sublinha-se que o desejo de controle experimentado por muitas pessoas reforça tendências socialmente condenáveis e acaba por enfraquecer a percepção mais generosa do outro enquanto alguém independente. O respeito à autoridade e a pressão de grupo também exercem papel importante no comportamento pessoal (NUSSBAUM, 2015, p. 27-46).

As considerações de Nussbaum tem como horizonte a construção e qualificação democrática que está sendo ameaçada. Como vimos anteriormente, a religião divide protagonismo com a família no processo de sequestro do espaço público. Nussbaum reconhece a preponderância da atuação familiar, porém considera que “as escolas podem reforçar ou sabotar as realizações da família, as boas e as más” na medida em que modelam “a cultura de iguais” e o desenvolvimento mental da criança através do currículo e da pedagogia empregada (2015, p. 45)

Para a autora, a globalização intensificou a interdependência entre os povos ao mesmo tempo em que falhou em considerar o outro como algo além de um mero instrumento para o lucro. Frente a estas circunstâncias, cabe às instituições educacionais a tarefa de resgatar a capacidade de perceber-se como membro de uma nação heterogênea, ou seja, como “cidadão do mundo”. A formação de uma ideia de unicidade global leva ao enfrentamento de estereótipos e à uma preocupação mais profunda com a qualidade de vida daqueles que se relacionam indiretamente conosco. Isso se dá por meio da construção de uma ideia de cidadania que contempla os diferentes grupos sociais e sua luta histórica, ou, como a autora coloca através da “produção de uma cidadania global mais plena” (NUSSBAUM, 2015 p. 79-94).

Para ela, esse aspecto da educação impõe exigências acerca do conhecimento que contempla a diversidade (étnica, nacional, religiosa, de gênero). Baczko trata da questão dos estereótipos na imaginação social como fruto de um sistema de orientações afetivas que fundamenta relações de dominação e hierarquia e funciona como meio de atribuição de lugar social de grupos minoritários. Para Nussbaum,

Estereótipos culturais e religiosos tolos existem em abundância no mundo: por exemplo a equivalência simplória do islamismo com o terrorismo. O modo de começar a combater estes estereótipos é assegurar que os alunos aprendam, desde muito cedo, a ter uma relação diferente com o mundo, mediada por fatos corretos e uma curiosidade respeitosa. Os jovens precisam começar a compreender gradativamente tanto as diferenças que tornam difícil a compreensão entre grupos e nações como necessidades e interesses humanos compartilhados que tornam a compreensão fundamental se quisermos resolver problemas comuns (2015, p. 81)

Realçar as similitudes e os interesses compartilhados entre os diferentes grupos culturais, religiosos, étnicos e de gênero é um passo importante para abandonar arquétipos grosseiros e preconceituosos, enquadramentos nocivos das vidas dos outros. Os estereótipos geralmente se constituem de tipificações simplistas, caricaturais e violentas a fim de desqualificar todo um grupo em detrimento da individualidade de cada um e da profusão de valores, desejos e interesses compartilhados com eles. Referindo-se à religião Nussbaum

observa que “não existe nenhuma esfera (com exceção talvez da sexualidade) em que seja maior a probabilidade de as pessoas criarem estereótipos degradantes do outro que impedem o respeito mútuo e a discussão produtiva” (2015, p. 83). No Brasil, um país reconhecidamente plural em matéria de religião, persistem arquétipos infames dirigidos às religiões de matriz africana da mesma forma que caricaturas e estereótipos das minorias sexuais e de gênero já se cristalizaram no sistema de representações da cultura e do senso comum. Só muito recentemente estamos vendo um progressivo abandono do estereótipo de LGBTQIA+ como alívio cômico, por exemplo.

Nussbaum reconhece que a educação para a cidadania global é um tema complexo e multidisciplinar, alertando para os perigos de omissões e distorções deliberadas, recomendando o ensino da história associado às origens da desigualdade social, o ensino de outras línguas e sublinhando a necessidade de manutenção “do espírito crítico que deve permear toda a educação para a cidadania global” (2015, p. 88-90). Apesar de apresentar uma preocupação por vezes exageradamente concentrada com “os que produzem o que consumimos” o que mostra a relevância do *lobby* do poder econômico sobre a visão da filósofa, seus apontamentos são adequados à promoção de uma educação inclusiva e formadora de um “fator democrático”. De acordo com as palavras de Nussbaum

A educação adequada para viver numa democracia pluralista deve ser multicultural; quero dizer com isso uma educação que familiarize os alunos com alguns fundamentos básicos sobre as histórias e culturas dos inúmeros grupos com os quais compartilham leis e instituições. Dentre eles devem estar os grupos religiosos, étnicos, econômicos, sociais e os baseados em gênero. Aprendizado de idiomas, história, economia e ciência política: tudo isso tem um papel na facilitação dessa compreensão – de diferentes maneiras e em diferentes níveis (2015, p. 91).

As modificações propostas e sancionadas no PME de Passo Fundo caminham no sentido contrário ao da viabilização de uma educação “adequada para uma democracia pluralista”. Banir a discussão sobre a constituição de poder entre gêneros é, na verdade, uma omissão perigosa nos modos das quais Nussbaum recomenda uma dose extra de cautela. Jogar essa realidade para baixo do tapete tem um único efeito: assinalar o tema como assunto censurado, proibido e portanto cercado de mitos e vergonha, perpetuando estereótipos e marginalizado um grupo de pessoas. Na contramão de um individualismo acentuado pela exacerbação das políticas neoliberais e pela transformação nas comunicações (e por extensão nas relações pessoais), vemos a alteridade ganhando um protagonismo inédito no processo formativo. A formação de uma cidadania global tal como proposta por Nussbaum (2015), implica a recuperação do prestígio do outro, de sua independência e o respeito as suas características

peçoais, valorizando a outridade, contribuindo para a formação do “fator democrático” e apontando para construção de ações pedagógicas voltadas à promoção da empatia e à manutenção da estrutura democrática.

4.6. O que de fato os vereadores proponentes das mudanças no PME objetivavam?

O trabalho de recompor todos os passos da tramitação dos Projetos de Lei que consolidaram as alterações do Plano Municipal de Passo Fundo se tornou muito mais complexo na medida em que nos propusemos à coligir também os registros dos embates discursivos que marcaram esse processo. Desde o início da composição deste capítulo dirigimos nossos esforços no sentido de fazer um relato vivo das movimentações da bancada que propôs as alterações e dos movimentos que ofereceram resistência às modificações no Plano.

O elemento mais explosivo de todo o processo de alteração do PME foi, sem dúvida o lançamento do vídeo nas redes sociais dos vereadores Mateus Wesp e Ronaldo Rosa. O tom de apelo ao pânico moral, a associação da discussão de gênero à prática da pedofilia e sexualização precoce de crianças, a alegada obrigatoriedade de trabalhar o tema em sala de aula, são elementos de função performativa do discurso, que indicam a disposição para a disputa da imaginação social por meio da deslegitimação dos opositores, neste caso os defensores da discussão da temática em sala de aula.

O mosaico de falas em entrevistas aos meios de comunicação local combinado com a justificativa do PL 131/2017 compõe a amostra por meio da qual procuramos extrair a concepção de gênero da bancada de vereadores que mobilizaram a discussão e as alterações ao PME. Na entrevista ao jornal ‘O Nacional’ o vereador Ronaldo Rosa não fez quaisquer colocações pertinentes em relação aos estudos de gênero, discursando com liberdade sobre as ideias deturpadas e preconceituosas que nutre acerca do tema.

A fundamentação da justificativa do Projeto de Lei nº 131/2017 também é uma questão tanto emblemática quanto reveladora dos objetivos e dos meios empregados pela bancada proponente. Um traço evidente é o mais completo desprezo pelo rigor no tratamento de informações (“vem surgindo nos últimos anos, uma corrente denominada ideologia de gênero que contrariando *até mesmo a teoria da evolução, a biologia e tudo o mais que já se ouviu falar*”). Não houve a menor preocupação em amparar a justificativa em informações devidamente certificadas e de procedência: como vimos a torrente de argumentos contra a “ideologia de gênero” apresentada no PL 131/2017 é baseada nas distorções de um texto de autoria do padre Luiz Carlos Lodi da Cruz, ancorado nas palavras de um ativista sem formação

que se apresenta como especialista sem quaisquer referenciais concretos e embasa suas alegações em nada além das próprias convicções. Como se isso não fosse o suficiente, ainda descobrimos que as alegações constantes do texto “O exemplo da Suécia” não tratam da discussão de gênero nas escolas, mas da permanência de crianças em creches financiadas pelo governo sueco, durante o horário de trabalho dos pais. Provamos que os casos da escola *Egalia* e da *Nicolaigarden* foram generalizados e distorcidos, o que leva ao mais completo descrédito da justificativa apresentada pelos vereadores. Todos estes apontamentos nos levam a denunciar as bases frágeis sobre as quais a decisão de alterar o PME foi tomada. O debate não foi apenas insuficiente, mas deliberadamente pouco qualificado.

A fragilidade dos argumentos dos proponentes não impediu que a desinformação fosse espalhada por todos os setores da sociedade passofundense: em momento algum a ausência de autenticidade e a credibilidade das informações foi colocada em xeque. A análise que realizamos revela que esse processo foi composto por uma amálgama na qual se misturam uma bagagem de representações estereotipadas e preconceituosas, o mais completo desconhecimento (até mesmo distorções intencionais) acerca das teorias que embasam a discussão de gênero e uma concepção limitante e obsoleta em torno do papel da educação. Os recursos discursivos mobilizados pela base proponente do PL 14/2018 apontam para a instrumentalização do debate de gênero como forma de arrecadar a simpatia dos conservadores, fatia bastante substancial do eleitorado passofundense.

É necessário observar que em momento algum a bancada de vereadores que propôs as alterações no PME identificou o Projeto apresentado como um projeto com a assinatura do movimento Escola sem Partido, da mesma forma que nenhum dos membros dessa bancada se elegeu por meio de uma candidatura abertamente evangélica. Isso não impediu que estes mesmos vereadores lançassem mão dos mesmos estratagemas dos movimentos antigênero e do Escola sem Partido. Barzotto e Seffner nos mostram que a articulação entre estes dois movimentos é forte e beneficia a ambos e suas estratégias abarcam a defesa da família (evocada diversas vezes tanto no vídeo quanto na Sessão Plenária), a insinuação da existência de uma conspiração da escola para doutrinar os alunos em questões de gênero (presente no início do vídeo além das falas Ronaldo Rosa ao jornal O Nacional), além da criminalização das demandas do movimento LGBTQIA+ por associação com a pedofilia (insinuada no vídeo, atacada na justificativa do PL 131/2017 e mais uma vez, na entrevista do vereador Ronaldo Rosa).

O fato destas alterações terem sido mobilizadas por uma bancada que não tem raízes na religião neopentecostal nos permite concluir que o conservadorismo fomentado nos templos vem transcendendo a bolha da religião para angariar simpatizantes entre outros grupos. Como

vimos, a socialização das questões ligadas à sexualidade e à temática de gênero dentro dos templos tem sido responsável por otimizar o alinhamento da opinião entre os eleitores e a elite política evangélica. Ainda que esse ciclo seja exacerbado entre os neopentecostais, a nível de imaginação social isso parece produzir uma radicalização tão generalizada que ultrapassa a esfera dos praticantes da dogmática e expande os seus limites ao restante da população. Aliada aos ataques à justiça social, essa radicalização conspira para o destronamento da dimensão política, destruindo o lugar em que os mais expostos podem pleitear suas demandas.

Contrariando o que foi amplamente divulgado, mostramos que o Plano Municipal de Educação não é uma base curricular, portanto, não existe e nem nunca existiu qualquer obrigatoriedade de trabalhar a temática de gênero em sala de aula, conforme alegado pela bancada proponente. As bases curriculares são definidas atualmente pela BNCC, RCG e pelo Documento Orientador do Território do Município de Passo Fundo, nenhum dos quais contempla atualmente as questões de gênero e orientação sexual. É lícito, entretanto, inferir que a presença da temática de gênero no PME poderia servir como um embrião para que os documentos orientadores da base curricular viessem a aninhar essas questões futuramente. A suposta obrigatoriedade de discussão de gênero e orientação sexual em sala de aula se provou um recurso discursivo voltado à disseminação do pânico moral, sobretudo, nos pais preocupados com a integridade de seus filhos. Como dissemos anteriormente, quando se lança sobre crianças e jovens a ameaça da prática de crimes brutais como a violência sexual e a sexualização precoce, qualquer preocupação é sensivelmente compreensível. Não é a reação dos aflitos que se deve atacar, mas sim a disposição para manipular através de informações falsas, conspurcar demandas legítimas e cientificamente embasadas, além de criminalizar um movimento de defesa de pessoas condenadas a uma vida precária.

Outro ponto que demonstra claramente a instrumentalização da imaginação social é a enumeração de todas as estratégias do PME em que a palavra “gênero” era mencionada. Em apenas uma delas a meta de origem dirigia-se às crianças em idade escolar, todas as demais se dirigiam à educação de jovens e adultos ou a formação e aperfeiçoamento de professores. Em momento algum a bancada proponente referiu-se a este detalhe, dando a entender que excluindo a palavra “gênero” de *todas* as estratégias estariam salvaguardando a integridade (nunca ameaçada de fato) das crianças e adolescentes. Essa omissão deliberada serviu muito bem aos propósitos da bancada proponente, que utilizou o texto das nove estratégias como prova da materialidade da suposta obrigatoriedade da discussão em sala de aula, induzindo seus próprios apoiadores ao erro a fim de obter alinhamento político por meio do apelo à dimensão normativa da imaginação.

A despeito da ficção da obrigatoriedade da temática e da extrapolação do alcance das metas, as alterações propostas não são capazes de cumprir a promessa dos proponentes: nem de impedir a realização do debate de gênero, quanto menos tornar clara a sua definição. A inclusão dos termos “masculino” e “feminino” nas estratégias do PME serviu somente para aplacar a ira irracional de uma “direita raivosa” da cidade e matar a sede de notoriedade e poder de parlamentares mais ambiciosos. A obliteração do desenvolvimento do debate de gênero dentro das escolas foi mais afetada pela movimentação a nível de imaginário social (incitação ao pânico moral) do que propriamente pela modificação no texto da Lei. O engendramento de factoides perigosos e criminosos como a associação da discussão de gênero com a pedofilia e a sexualização precoce de crianças vilaniza o movimento LGBTQIA+ e abre um flanco na proteção da integridade de crianças e adolescentes, uma vez que, como vimos, os maiores responsáveis pelas agressões sexuais à crianças e adolescentes são familiares e pessoas próximas a elas, não raro do próprio círculo familiar.

Mas não é somente na prevenção da violência sexual que a integridade de crianças e adolescentes se mostra afetada pela supressão do debate nas escolas. Ao ocultar a dinâmica da constituição de gênero das crianças ajudamos a reproduzir estereótipos que limitam a bagagem de referências na constituição da identidade e reproduzem a hierarquização e violência entre gêneros. Embargando dos jovens o conhecimento da sexualidade, os tornamos ignorantes acerca de uma dimensão importante da vida: independente do que desejam os políticos conservadores e os fundamentalistas religiosos, a sexualidade é um bom indicador para a mensuração da qualidade de vida e manter os adolescentes ignorantes acerca da própria sexualidade os deixa mais expostos à uma série de riscos como a exposição à infecções sexualmente transmissíveis e ocorrência de gravidez na adolescência, por exemplo. Isso sem falar que a aura de censura ronda essas questões acaba por tonificar a vergonha, aumenta sofrimento psíquico daqueles que começam a se reconhecer como LGBTQIA+, além de gerar adultos imaturos, emocionalmente atrofiados e incapazes de fruir plenamente a própria sexualidade.

A forja do termo “ideologia de gênero”, numa aliança entre neoliberais e neoconservadores, constituiu um golpe bem sucedido no ataque ao caráter republicano da Escola. Barzotto e Seffner nos mostram de que maneira a associação entre a elite econômica e o fundamentalismo religioso empurra o processo de desdemocratização para o círculo de atuação dos profissionais da educação, numa tentativa deliberada de eliminar “valores públicos em detrimento de valores da esfera privada” sem comprometer a gratuidade e o verniz democrático que envolve a Escola (2020, p. 153). Essa questão nos obriga a analisar mais de

perto a necessidade de manutenção de uma educação capaz de oferecer resistência ao processo de mercantilização e privatismo da educação. Nussbaum, apesar de dar mais ênfase à atuação do *lobby* econômico do que ao conservadorismo religioso, faz apontamentos eficientes para garantir a formação de uma educação comprometida com a produção de um fator democrático.

Nussbaum afilia-se a uma corrente de pensadores que defende a educação *para a* democracia por meio do treinamento e aquisição de habilidades voltadas ao convívio pacífico e agregador com a diferença. Ela exalta os benefícios do exercício da criação de uma cidadania global, alcançada pela geração de um sentimento de reconhecimento e responsabilidade pelo outro como forma de manter relações harmoniosas. Essa cidadania se constrói por meio da educação crítica, potencializada pelo ensino das humanidades voltados à valorização da cultura e história de diferentes grupos sociais, religiosos, étnicos, sexuais e de gênero, fomentando o respeito à diversidade e a integridade do outro. A espécie de educação que Nussbaum preconiza está inteiramente distante da supressão do debate em torno das diferenças sociais, independentemente da natureza dessas diferenças. Para ela, somente uma educação que abraça e valoriza a diversidade pode preparar os sujeitos para o convívio em uma democracia pluralista. A partir das considerações de Nussbaum, concluímos que não é somente a concepção de gênero dos vereadores que aprovaram as mudanças no PME que apresenta problemas, mas também a concepção de educação e seus propósitos.

As repreensões constantes e a hostilidade declarada com que os manifestantes contrários foram tratados durante a sessão plenária que aprovou o Substitutivo ao PL 14/2018 revela muito acerca do juízo condicional que fazem os legisladores: o desdém e o incômodo dos vereadores não parecem ter sido despertados apenas pela sublevação e pelo comportamento contestador e ruidoso dos manifestantes, parecem apenas colidir com uma disposição anterior para a não acolhida das demandas das feministas e das minorias sexuais. A recusa em realizar audiências públicas sobre o tema mostra uma inclinação ao descaso com a pauta em votação, além disso, a sujeição do papel das Comissões interesses pessoais esvazia o processo político tal como estabelecido numa arena democrática. Outro fato que chama a atenção é a tentativa (posteriormente abandonada) de inclusão na Lei Orgânica do Município de um artigo impedindo a apreciação do tema a qualquer tempo, uma manobra claramente antidemocrática.

Os dados apresentados na segunda seção deste trabalho referendam a necessidade de avançar na luta pelos direitos civis e na proteção da comunidade LGBTQIA+, sobretudo a proteção e inclusão das pessoas transexuais e travestis. As demandas do movimento LGBTQIA+ não são fruto de caprichos: pessoas estão sendo rotineiramente assassinadas, discriminadas, agredidas e violentamente excluídas em função da sua orientação sexual e

identidade de gênero. Esses não são problemas privados e individuais, são questões de educação, segurança e saúde públicas e como tal precisam ter uma resposta à altura por parte do poder público.

Depois de muita luta do movimento negro, a educação já vem garantindo por meio de dispositivos legais, a valorização da história e da cultura africanas como meio de combate ao preconceito racial. De maneira análoga, acreditamos que negar a existência e a realidade das pessoas LGBTQIA+, as relações entre gêneros e a constituição de gênero, não contribui em nada para a coexistência pacífica entre diferentes, muito menos para a criação de um ambiente plural e inclusivo. A supressão do diálogo favorece apenas a manutenção da ordem vigente e a reprodução da exclusão e da violência. A escola não pode ser separada de sua função social, os ataques à liberdade de cátedra e a tentativa de censurar e pretender orientar a base curricular em direção às convicções particulares oriundas da dogmática religiosa e do tradicionalismo moral demonstram que os conservadores no poder conhecem e receiam o alcance da escola como produtora do fator democrático.

O ataque ao PME de Passo Fundo encerra um capítulo nefasto, consolidado com a violação de uma política pública construída com ampla participação social, palco de embates, e portanto manifestação de uma energia democrática de alta intensidade. Democracia não é sinônimo de unanimidade, tampouco subjugação da minoria pela maioria, é a luta pelo reconhecimento das diferenças em consonância com a coexistência pacífica com outro. Essa luta, no entanto não é apenas dos profissionais da educação e dos professores comprometidos com a inclusão e a democracia. Não é somente daqueles que vivem sob o jugo da necessidade, da arbitrariedade e da exclusão, é de todas as categorias, movimentos sociais e esferas públicas. Salvar o espaço democrático é uma necessidade suprapartidária e coletiva, anterior às demandas específicas de grupos exclusivos. É preciso retomar a ideia de necessidade da proteção social e da promoção da igualdade política a fim de moldar o imaginário para que a justiça social continue a fazer parte das nossas referências de sociedade e possa efetivamente integrar nosso futuro.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste 28 de junho de 2021, marco internacional do ato de resistência das minorias sexuais, dia em que escrevo estes parágrafos de considerações finais, fica ainda muito claro o quanto a luta pelos direitos da comunidade LGBTQIA+ precisa evoluir, mesmo contabilizando uma série de avanços conquistados nos últimos anos. É muito paradoxal que ao mesmo tempo em que vemos a indústria da publicidade absorver símbolos da comunidade LGBTQIA+ empenhada em atrair para si uma fatia do dinheiro rosa, também acabamos por testemunhar novos atos de preconceito, violência e assassinatos. No dia 24 de junho de 2021, Roberta Nascimento da Silva, mulher trans de 32 anos teve 40% (quarenta por cento) do corpo queimado após ser atacada por um adolescente que ateou fogo no corpo dela no centro do Recife, capital do estado de Pernambuco. Dois dias após o ataque ela foi entubada e teve o braço esquerdo amputado em razão da gravidade dos ferimentos. No dia 09 de julho o Hospital da Restauração, no Recife, confirmou o falecimento de Roberta.

Nossa revisão de literatura empenhou-se em trazer algumas considerações importantes acerca do papel da religião (especialmente a neopentecostal) nos embates que cercam a questão de gênero na imaginação social. Baczkó (1985) faz uma abordagem extensiva acerca dos métodos de disputa pela imaginação social, concluindo que a religião é um importante veículo de difusão da imaginário, interagindo com outras esferas e convergindo no estabelecimento do lugar social de determinados grupos. Brown (2020) detalha os meios através dos quais o fundamentalismo religioso perpetua o domínio da tradição moral e de da dinâmica de mercado, gerando ideias em torno do que é certo e o que é errado e tomando para si a responsabilidade pela reprodução de valores que norteiam a conduta tanto individual quanto coletivamente. Smith e Boas (2019) e Smith (2020) nos mostram como a dogmática religiosa pode servir à conversão da imaginação social em poder político, produzindo alinhamento de opinião nas questões mais frequentemente socializadas em detrimento do bem estar e dos direitos de grupos minoritários.

A busca pela legitimidade de poder historicamente recorre à projeção de uma imagem desvalorizada dos antagonistas ao mesmo tempo em que promove imagens engrandecedoras de si. A associação do discurso antigênero com a proteção à família e à criança fornecem a base para a aplicação dessa dinâmica. Além disso, Baczkó já alertava para o fato de que “na legitimação de um poder, as circunstâncias e os acontecimentos que estão na sua origem contam tanto, ou menos, do que o imaginário a que dão nascimento e de que o poder se apropria”

(BACZKO, 1985, p.310). Em tempos de pós-verdade essa afirmação ganha um contorno quase profético! Atualmente a ocorrência de um fato tem importância comparativamente menor do que aquilo que se diz sobre este fato. A veracidade dos acontecimentos passou à posição de coadjuvante da repercussão desse mesmo acontecimento. Analisando o vídeo, entrevistas, as justificativas e a Sessão Plenária, o que inevitavelmente se conclui é que a discussão em torno das alterações do PME não foi marcada pelo rigor aos fatos, mas pela ideia que circulava com maior facilidade em torno do tema, de que debater questões de gênero nas salas de aula é um perigo para a integridade dos alunos.

Conforme dito anteriormente, os dados apresentados na segunda seção deste trabalho evidenciam a marginalização e a violência a que estão sujeitas pessoas LGBTQIA+, sobretudo trans e travestis. O caso acima é um testemunho que ratifica a cruza do desprezo e do abandono da sociedade, assim como dão vida e rosto aos dados catalogados. Procuramos, por meio desta pesquisa, evidenciar alguns dos traços mais marcantes na guerra de narrativas que se acirrou nos últimos anos com o aumento da influência do fundamentalismo religioso e o colapso da política com o advento das redes sociais. Os ataques à justiça social, o progressivo descolamento da tutela estatal frente às desigualdades políticas e o destronamento da própria esfera política deterioram cada vez mais o espaço democrático, restringindo os mecanismos de negociação dos direitos daqueles que possuem menor expressão política e poder econômico.

As alterações no Plano Municipal de Educação de Passo Fundo foram marcadas pela forte instrumentalização da imaginação social da população local acerca do que é, efetivamente, a discussão de gênero e a maneira como seria realizada esta discussão dentro das escolas da cidade. Fenômeno semelhante foi observado em diversos cantos do país embaixo do guarda-chuva do movimento “Escola sem Partido”. A alegação ignominiosa de que a discussão de gênero incita a sexualização precoce de crianças e favorece a prática da pedofilia não é somente um desserviço ao Processo Legislativo, que se constrói em bases completamente infundadas, mas uma forma desrespeitosa de retratar os militantes da causa LGBTQIA+, criminalizando a conduta de um movimento íntegro que deseja garantir tão somente a igualdade de direitos, a proteção contra a violência, a inclusão social e a integridade física e psicológica de um grupo de indivíduos sujeitos aos mesmos deveres que os demais.

A associação da discussão de gênero com a prática da pedofilia e a sexualização de crianças é um gatilho potente para mobilizar a dimensão normativa da imaginação social. Como já afirmamos anteriormente essa associação não tem nada de factual, pelo contrário, é absurda a simples presunção da sua veracidade, por outro lado é compreensível que essa afirmação seja capaz de despertar a ira dos desavisados, já que ela apela para a proteção de vulneráveis ao

mesmo tempo em que deslegitima as demandas de uma categoria de pessoas historicamente desprezadas. O mais grave nessa associação é a criminalização do movimento LGBTQIA+ por meio da distorção de suas demandas, é muito preocupante que acusações como estas tenham sido realizadas livremente dentro de uma casa legislativa, no meio de um processo que deveria ser uma das expressões mais genuínas da democracia.

A infiltração da dogmática religiosa na esfera política foi elegantemente modelada, compreendida e elucidada por Smith e Boas: a socialização de grupos religiosos em questões específicas ligadas à agenda moral está produzindo congruência de opinião e gerando alinhamento político entre elites e eleitores abertamente evangélicos. E dada a velocidade de crescimento da influência do grupo, esse não é um fenômeno desprezível, na prática o que se verifica é uma dinâmica perversa em que um grupo político maior e mais influente está drenando poder à custa da integridade de outro, mais vulnerável. A socialização nos templos atua como produção de imaginação social a serviço dos interesses de grupos fundamentalistas religiosos que manobram para operar a dimensão normativa da imaginação, transformando pânico moral em apoio político.

Pode-se imaginar que daqui a algumas décadas vamos olhar para este presente com o mesmo horror que sentimos da rejeição e exclusão a que a elite política deliberadamente submete as pessoas negras desde o período colonial. Dos horrores da escravização ao completo abandono pós-abolição, das teorias eugenistas que embasaram políticas de Estado por décadas e décadas até a reorganização do movimento e o sucesso na conquista de algumas demandas básicas no combate ao racismo – os atores do processo de amortecimento das demandas e apagamento da luta do povo negro estão sendo apontados e jamais serão absolvidos pela história. A luta do movimento negro ainda está longe do fim: as pessoas negras continuam sendo as maiores vítimas da pobreza, da exclusão social e da violência policial. O racismo à brasileira (estrutural e institucional) continua vivo, mas as marcas do passado de extermínio, repressão, interdição ao acesso aos espaços políticos, enfim as marcas da condenação a uma vida precária não estão mais ocultas na história escrita pelos vitoriosos: a revisão narrativa tem emparedado impiedosamente os agentes da política de ódio e segregação e não há motivos para imaginar que os seus alelos do presente serão poupados no futuro.

Evidentemente o julgamento histórico não é um consolo para os que padecem no presente: um grande número de pessoas está sendo gravemente penalizado, pela miséria, a discriminação e a violência. A luta pelos direitos das minorias não pode esperar que a história corrija as injustiças, mas a transformação passa pela conscientização tanto daqueles que não são afetados por ela quanto dos que sofrem com os efeitos da reprodução dos estereótipos e

arquétipos ligados ao gênero, raça e classe social. O fator democrático capaz de gerar uma sociedade mais justa e equitativa está intimamente ligado ao tipo de educação que promovemos, porém, quando pensamos em educação de qualidade cada um de nós tem uma concepção bastante particular acerca do tema. A educação é, em geral, uma questão bastante cara à sociedade, o que implica em um grande sortimento de ideias e concepções acerca do que define qualidade em educação, mas ainda que exista uma grande tendência a homogeneização das opiniões em consensos e clichês, a definição das bases da educação não deveria ficar sujeita à superficialidade do senso comum.

O caso das alterações do PME de Passo Fundo mostra que “as arrogações perdidas” de uma elite econômica atrelada ao fundamentalismo religioso ainda mobilizam agentes políticos mais interessados na manutenção dos privilégios dessa elite do que na construção de uma sociedade democrática. Para além do antagonismo do Estado mínimo *versus* Estado de bem estar social, estão as vidas precarizadas de pessoas inteiramente afastadas das instâncias de construção de políticas públicas e tomada de decisões. Como procuramos demonstrar nesta pesquisa, este processo não está a salvo dos embates discursivos que caracterizam a disputa pelo imaginário social, e por conseguinte, disputa pelo poder.

Nesta pesquisa procuramos também trazer alguns dos elementos que ajudam a explicar a radicalização da política ocidental nas últimas décadas com ênfase especial para aqueles que estão direta ou indiretamente ligados à questão da instrumentalização do imaginário social em torno dos direitos sexuais e reprodutivos e da constituição de gênero e sexualidade. As disputas pela hegemonia da sintaxe do imaginário são históricas e sempre retroalimentadas pela deslegitimação do outro. O modo de fazer da política institucional no Brasil vem favorecendo a instrumentalização de questões ligadas à pauta moral-religiosa fundamentalista de forma que a retórica da perda ganhou protagonismo na busca pela legitimidade do poder. Feministas e LGBTQIA+ são caracterizados como o inimigo capital da moral e a revogação de seus direitos e a interdição de suas demandas passam a ser vistas como um requisito básico para a manutenção da ordem e da moralidade. Mas de que forma essa dinâmica se traduz em um problema educacional?

É fato inconteste que a educação não foi poupada pelos entusiastas da esfera pessoal protegida. Do marxismo ao fantasma da “ideologia de gênero”, o movimento Escola Sem Partido se alastrou de norte a sul do País numa tentativa deliberada de banir quaisquer conteúdos que julgasse minimamente vinculados à construção de estudantes críticos, pensadores independentes e preocupados com a justiça social. O que há de sutil por traz destes ataques é a confirmação de que a escola é vista como um agente a ser neutralizado, uma vez que constitui

um dos recursos mais potentes para fazer frente ao obscurantismo do *lobby* político cristão. A socialização nos templos dos grandes consórcios neopentecostais favorece a reprodução do conservadorismo moral e econômico, justamente pela fusão de infraestrutura adequada com ambiente fértil para a assimilação de ideias. A escola não é exatamente um negativo das igrejas, ao menos se considerarmos que o ideal de qualidade de educação está longe da catequização vazia, repetitiva e autoritária do passado, mas de qualquer forma não é difícil enxergar uma similaridade tanto na infraestrutura quanto no potencial gerador do fator democrático. Em linhas gerais, o percurso dessa pesquisa (fortemente embasada na ciência política) nos permite inferir com convicção que desejar suprimir da educação os elementos geradores das assimetrias sociais é desejo daqueles que não tem qualquer compromisso com uma educação contemporânea, inclusiva e intelectualmente emancipadora, mas que, consciente ou inconscientemente estão advogando pelo atraso e pela exclusão. Sem a expectativa de novas conquistas e transformações sociais ficamos abandonados à resignação e a passividade de um futuro insuportável, somente a construção coletiva de uma educação plural pode garantir que nossas representações de futuro não sejam completamente esvaziadas de sentido e de esperança.

REFERÊNCIAS

APOIO evangélico a Bolsonaro é marcado por uma grande volatilidade. *Entrevista especial com Christina Vital da Cunha*. Disponível em < <http://www.ihu.unisinos.br/159-noticias/entrevistas/592934-apoio-evangelico-a-bolsonaro-e-marcado-por-uma-grande-volatilidade-entrevista-especial-com-christina-vital-da-cunha>>. Acesso em 01 set 2020.

ATWOOD, Margaret. O conto da aia. 1ª ed. Rio de Janeiro: Editora Rocco, 2017.

AUDIÊNCIA pública lota plenário da câmara. *Site da Câmara Municipal de Passo Fundo*, Passo Fundo, 08 jul. 2015. Disponível em <<https://www.camarapf.rs.gov.br/noticia/377/plano-municipal-de-educacao>>. Acesso em maio/2021.

BACZKO, Bronislaw. Imaginação social. In: Leach, Edmund et Alii. *Anthropos-Homem*. Lisboa, Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1985.

BARZOTTO, Carlos Eduardo; SEFFNER, Fernando. Escola sem partido e sem gênero: redefinição das fronteiras público e privado na educação. In: *Revista da FAEEBA - Educação e Contemporaneidade*, v. 29, n. 58, p. 150-167, 11. Disponível em <<https://www.revistas.uneb.br/index.php/faceba/article/view/9043/5996>>. Acesso em jun/2021.

BENEVIDES, Bruna G.; NOGUEIRA, Sayonara N. B. *Dossiê: assassinatos contra travestis brasileiras e violência e transexuais em 2019*. Disponível em <<https://antrabrazil.files.wordpress.com/2020/01/dossic3aa-dos-assassinatos-e-da-violc3aancia-contra-pessoas-trans-em-2019.pdf>>. Acesso em 20 out 2020.

BENEVIDES, Bruna G.; NOGUEIRA, Sayonara N. B. *Dossiê: assassinatos contra travestis brasileiras e violência e transexuais em 2020*. Disponível em < <https://antrabrazil.files.wordpress.com/2021/01/dossie-trans-2021-29jan2021.pdf>>. Acesso em 01 mar 2021.

BENEVIDES, Bruna G. Precisamos falar sobre o suicídio das pessoas trans! Disponível em < <https://antrabrazil.org/2018/06/29/precisamos-falar-sobre-o-suicidio-das-pessoas-trans/>>. Acesso em 31 out 2020.

BOAS, Taylor C.; SMITH, Amy E. *Looks like me, thinks like me: descriptive representation and opinion congruence in Brazil*. *Latin American Research Review*. Disponível em < <https://larlasa.org/articles/10.25222/larr.235/>>. Acesso em 25 set 2020.

BIESTA, Gert. Para além da aprendizagem: *Educação democrática para um futuro humano*. Tradução Rosaura Eichenberg. 1. Ed. Belo Horizonte. Editora Autêntica, 2013.

BRASIL. Balanço – Disque 100. Brasília: Ministério dos Direitos Humanos, 2018. Disponível em: <https://www.gov.br/mdh/pt-br/assuntos/noticias/2020-2/maio/ministerio-divulga-dados-de-violencia-sexual-contra-criancas-e-adolescentes>. Acesso em: 04 mai. 2021.

_____. Balanço – Disque 100. Brasília: Ministério dos Direitos Humanos, 2021. Disponível em: <https://www.gov.br/mdh/pt-br/assuntos/noticias/2021/maio/disque-100-tem-mais-de-6-mil-denuncias-de-violencia-sexual-contracriancas-e-adolescentes-em-2021>. Acesso em: 04 mai. 2021.

_____. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

_____. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional Lei número 9394, 20 de dezembro de 1996.

_____. Lei n.13.005, de 25 de junho de 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação – PNE e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF., 26 jun 2014. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/113005.htm>. Acesso em maio/2021.

_____. Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular. Brasília, 2018.

_____. Ministério da Educação. Secretaria de Articulação com o Sistema de Ensino. Planejando a Próxima Década: conhecendo as 20 metas do Plano Nacional de Educação. MEC/SASE. Brasília, 2014. Disponível em <http://pne.mec.gov.br/images/pdf/pne_conhecendo_20_metas.pdf>. Acesso em maio/2021.

BROWN, Wendy. *Nas ruínas do neoliberalismo: a ascensão da política antidemocrática no ocidente*. 1ª ed. São Paulo: Editora Politeia, 2020.

BUTLER, Judith. Conferência Magna com Judith Butler durante o I Seminário Queer que aconteceu em 2015 no Sesc Vila Mariana. Disponível em <<https://www.youtube.com/watch?v=TyIAeedhKgc&t=197s>>. Acesso em 15.05.2020.

BUTLER, Judith. *Quadros de guerra: quando a vida é passível de luto?* 1ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015.

CÔRREA et al. *Pensamento suicida entre a população transgênero: um estudo epidemiológico*. Disponível em <<https://www.scielo.br/pdf/jbpsiq/v69n1/1982-0208-jbpsiq-69-01-0013.pdf>>. Acesso em 18 out 2020.

CUNHA, Christina V. da; LOPES, Paulo V. L., LUI, Janayna. *Religião e política: medos sociais, extremismo religioso e as eleições 2014*. 1ª ed. Rio de Janeiro: Fundação Heinrich Böll Brasil & Instituto de Estudos da Religião (ISER), 2017.

DOUBTS over childcare 'expert' feted by Tories. *The Guardian*, 21 abr. 2013. Disponível em <<https://www.theguardian.com/money/2013/apr/21/childcare-expert-jonas-himmelstrand-tories>>. Acesso em maio/2021.

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA (Org.). Anuário brasileiro de segurança pública 2020. FBSP, 2020.

HANNA, Wellington; CUNHA, Thaís. Expulsos da Escola. *Correio Braziliense*. Disponível em <<http://especiais.correiobraziliense.com.br/violencia-e-discriminacao-roubam-de-transsexuais-o-direito-ao-estudo>> . Acesso em 01 nov 2020.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA; FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA (Org.). Atlas da violência 2020. Brasília; Rio de Janeiro; São Paulo: IPEA; FBSP, 2020

IRINEU, Bruna A. *Negociações, disputas e tensões na arena LGBT brasileira entre os anos de 2010 e 2014*. In: GREEN, James N. et al., (Org). *História do Movimento LGBT no Brasil*. 1ª ed. São Paulo: Alameda.

LEVI, Joseanne A.M.; BRÁS, José Gregório V. Desafios atuais apontados pelos alunos em relação as (sic) questões de gênero e sexualidade. Disponível em <<http://www.brazilianjournals.com/index.php/BRJD/article/download/9678/8126>>. Acesso em 15.05.2020.

MACHADO, Maria das Dores Campos. O discurso cristão sobre a ideologia de gênero. *Revista Estudos Feministas*. Disponível em <<https://www.scielo.br/j/ref/a/pywfVLVSDYNnH8nzJV3MmQk/?lang=pt>>. Acesso em junho 2020.

MOEHLECKE, Sabrina. Ação afirmativa: história e debates no Brasil. In: *Cadernos de Pesquisa*, n. 117, p. 197-217, novembro/2002. Disponível em <<https://www.scielo.br/j/cp/a/NcPqxNQ6DmmQ6c8h4ngfMVx/?lang=pt&format=pdf>>. Acesso em maio/2021.

NÚCLEO DE DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA LGBT (NUH-UFGM) DEPARTAMENTO DE ANTROPOLOGIA E ARQUEOLOGIA (DAA-UFGM). *Projeto transexualidades e saúde pública no Brasil: entre a invisibilidade e a demanda por políticas públicas para homens trans*. Disponível em <<http://www.nuhufmg.com.br/homens-trans-relatorio2.pdf>> . Acesso em 10 nov 2020.

NUSSBAUM, Martha C. *Sem fins lucrativos: por que a democracia precisa das humanidades*. Tadução Fernando Santos. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2015.

O EXEMPLO da Suécia. *Pró-vida de Anápolis*, 21 abr. 2014. Disponível em <<https://www.providaanapolis.org.br/index.php/todos-os-artigos/item/430-o-exemplo-da-suecia>>. Acesso em maio/2021.

PASSO FUNDO (RS). Documento Orientador do Território do Município de Passo Fundo. Passo Fundo, 2019. Disponível em <http://www.pmpf.rs.gov.br/servicos/geral/multimidia/sme_doc_orientador_2019_final.pdf>. Acesso em maio/2021.

_____. Lei nº 5146 de 21 de setembro de 2015. Aprova o Plano Municipal de Educação - PME e dá outras providências. Publicado no Jornal *O Nacional* em 22 set 2015. Disponível em <<https://leismunicipais.com.br/plano-municipal-de-educacao-passo-fundo-rs>>. Acesso em maio/2021.

____ Lei nº 5215, de 15 de agosto de 2016. Institui o Fórum Municipal De Educação De Passo Fundo e dá outras providências. Centro Administrativo Municipal, 15 de agosto de 2016.. Disponível em < <https://leismunicipais.com.br/a1/rs/p/ passo-fundo/lei-ordinaria/2016/522/5215/lei-ordinaria-n-5215-2016-institui-o-forum-municipal-de-educacao-de-passo-fundo-e-da-outras-providencias?q=5215%2F2016>>. Acesso em maio/2021.

____ Lei Ordinária nº 5.387 de 08 de janeiro de 2019. Altera as metas 7.72, 8.7, 8.8, 8.16, 8.18, 8.19, 8.32, 10.16 e 15.14 do anexo único da lei nº 5146, de 21 de setembro de 2015, que aprova o plano municipal de educação PME e dá outras providências. Disponível em < <https://leismunicipais.com.br/a1/rs/p/ passo-fundo/lei-ordinaria/2019/539/5387/lei-ordinaria-n-5387-2019-altera-as-metas-772-87-88-816-818-819-832-1016-e-1514-do-anexo-unico-da-lei-n-5146-de-21-de-setembro-de-2015-que-aprova-o-plano-municipal-de-educacao-pme-e-da-outras-providencias?q=plano%20municipal%20de%20educa%E7%E3o>>. Acesso em 01.05.2020.

____ Plano Municipal de Educação. Lei Ordinária nº 5.146 de 21 de setembro de 2015. Disponível em < <https://leismunicipais.com.br/a/rs/p/ passo-fundo/lei-ordinaria/2015/515/5146/lei-ordinaria-n-5146-2015-aprova-o-plano-municipal-de-educacao-pme-e-da-outras-providencias>>. Acesso em 01.05.2020.

____ Projeto de Lei 131 de 2017. Site da Câmara Municipal de Passo Fundo, Disponível em <<https://cmpf.cittatec.com.br/portal-legislativo/proposicoes/detalhe/122200>>. Acesso em maio/2021.

____ Projeto de Lei 14 de 2018. Site da Câmara Municipal de Passo Fundo, Disponível em < <https://cmpf.cittatec.com.br/portal-legislativo/proposicoes/detalhe/123920>>. Acesso em maio/2021.

____ Resolução nº 06, de 01 de dezembro de 2016. Aprova o Regimento Interno da Câmara Municipal de Passo Fundo, dez. 2016.

____ Substitutivo nº 1 ao Projeto de Lei nº 14 de 2018. Site da Câmara Municipal de Passo Fundo, Disponível em <<https://cmpf.cittatec.com.br/portal-legislativo/proposicoes/detalhe/123968>>. Acesso em maio/2021.

PME INCLUI garantias excluídas pelo plano nacional e estadual. *Site da Câmara Municipal de Passo Fundo*, Passo Fundo, 19 ago. 2015. Disponível em < <https://www.camarapf.rs.gov.br/noticia/497/avanco>>. Acesso em maio/2021.

PRÉ-ESCOLA na Suécia estimula igualdade de gênero, *Folha de São Paulo*, 26 nov. 2012. Disponível em <<https://www1.folha.uol.com.br/mundo/1190527-pre-escola-na-suecia-estimula-igualdade-de-genero.shtml>>. Acesso em maio/2021.

PROJETO que altera a palavra gênero no plano municipal de educação volta a gerar polêmica em Passo Fundo. *Rádio Uirapuru*, Passo Fundo, 07 nov. 2018. Disponível em <<https://rduirapuru.com.br/politica/projeto-que-altera-a-palavra-genero-no-plano-municipal-de-educacao-volta-a-gerar-polemica-em-passo-fundo/>>. Acesso em maio/2021.

RIO GRANDE DO SUL. Resolução nº 345, de 12 de dezembro de 2018. Institui e orienta a implementação do Referencial Curricular Gaúcho – RCG... Disponível em <<https://www.ceed.rs.gov.br/resolucao-n-0345-2018>>. Acesso em maio/2021.

SCHWARCZ, Lilia M. Sobre o autoritarismo brasileiro. 1ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

SESSÃO PLENÁRIA 26.11.18. TV Câmara Passo Fundo (Canal do *YouTube*). Disponível em <<https://www.youtube.com/watch?v=BJocRAGVf0k>>. Acesso em junho/2021.

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE LÉSBICAS, GAYS, BISSEXUAIS, TRAVESTIS E TRANSEXUAIS – ABGLT. *Pesquisa nacional sobre o ambiente educacional no brasil 2016: as experiências de adolescentes e jovens lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais em nossos ambientes educacionais*. Disponível em <<https://static.congressoemfoco.uol.com.br/2016/08/IAE-Brasil-Web-3-1.pdf>>. Acesso em 10 nov 2020.

SEM CHANCE de novo recurso, padre condenado por interromper aborto legal deve indenizar vítima em quase R\$ 400 mil, diz advogada. *Portal G1*, 28 set. 2020. Disponível em <<https://g1.globo.com/go/goias/noticia/2020/09/28/sem-possibilidade-de-novos-recursos-padre-condenado-por-impedir-aborto-legal-devera-indenizar-familia.ghtml>>. Acesso em maio/2021.

SHUMANN, di B., MARTINI, S, R. A tendência suicida entre os transexuais. *Diritto Pubblico Europeo Rassegna online*, outubro, 2016. Disponível em <<http://www.serena.unina.it/index.php/dperonline/article/view/6477/7528>>. Acesso em 05 nov 2020.

SILVA, Juremir Machado da. *O que pesquisar quer dizer: como fazer textos acadêmicos sem medo da ABNT e da CAPES – Análise Discursiva de Imaginários*. Porto Alegre. Editora Sulina, 2010.

SMITH, Amy E. *Religion and Brazilian Democracy: Mobilizing the People of God*. 1st ed. Great Britain: Cambridge University Press, 2019.

SWEDEN: A warning against overzealous state family policies. *LifeSiteNews*, 09 mai. 2011. Disponível em <<https://www.lifesitenews.com/news/sweden-a-warning-against-overzealous-state-family-policies>>. Acesso em maio/2021.

VEREADORES querem mudar Plano Municipal de Educação. *O Nacional*, Passo Fundo, 28 dez. 2018. Disponível em <<https://www.onacional.com.br/politica,8/2017/12/28/vereadores-querem-mudar-plano-mu,81147>>. Acesso em maio/2021.